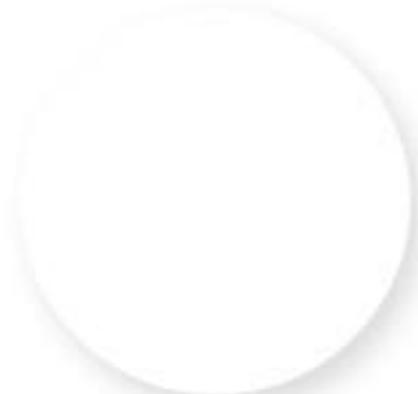


Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas



Fonte: Site da CM de Vendas Novas

Fase 1 | Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Volume I - Relatório de Caracterização e Diagnóstico

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE DE VOLUMES

Volume I – Relatório de Caracterização e Diagnóstico

Volume II – Relatório de Definição de Âmbito (AAE)

Volume III – Memória Descritiva da Delimitação da RAN

ÍNDICE DE PLANTAS

Planta 1 – Enquadramento

Planta 2 – Situação existente

Planta 3 A – PDM em vigor com RAN Bruta

Planta 3 B – RAN Bruta

Planta 4 – Riscos Naturais e Tecnológicos

Planta 5 – Planta do Perímetro Urbano de Afeiteira (em vigor)

Planta 6 – Planta do Perímetro Urbano de Bombel (em vigor)

Planta 7 – Planta do Perímetro Urbano da Landeira (em vigor)

Planta 8 – Planta do Perímetro Urbano de Marconi (em vigor)

Planta 9 – Planta do Perímetro Urbano de Nicolaus (em vigor)

Planta 10 – Planta do Perímetro Urbano de Piçarras (em vigor)

Planta 11 – Planta do Perímetro Urbano de Vendas Novas (em vigor)

Esta página foi deixada em branco propositadamente



ÍNDICE

PARTE I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	14
1. INTRODUÇÃO	16
2. ENQUADRAMENTO	17
2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	17
2.2. O PDM EM VIGOR HISTÓRICO, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO	19
2.3. CONTEXTO ESTRATÉGICO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	20
2.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.....	24
2.3.2. Estratégia para Vendas Novas 2020	33
2.3.3. Outros instrumentos de planeamento municipal	36
PARTE II - DOMÍNIO BIOFÍSICO E AMBIENTAL	47
3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA, CLIMA E RECURSOS HÍDRICOS	49
3.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	49
3.2. GEOLOGIA	49
3.3. HIDROGEOLOGIA.....	52
3.4. CLIMA	53
3.5. RECURSOS HÍDRICOS.....	55
4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E MORFOLOGIA DA PAISAGEM	59
4.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA	59
4.2. ANÁLISE FISIAGRÁFICA	59
4.2.1. Hipsometria.....	59
4.2.2. Declives	60
4.2.3. Exposições das vertentes	62
4.2.4. Uso do Solo	63
4.3. PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA	68
4.3.1. Paisagem	68
4.3.2. Estrutura Ecológica.....	74
5. QUALIDADE AMBIENTAL	82
5.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	82
5.2. QUALIDADE DO AR	82
5.3. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA	83
5.4. QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	84

5.5. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	85
6. RISCOS.....	87
6.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA	87
6.2. RISCOS NATURAIS	90
6.2.1. Meteorologia adversa	90
6.2.2. Cheias e Inundações	91
6.2.3. Sismos	92
6.2.4. Movimentos de Massa em Vertentes	92
6.3. RISCOS MISTOS.....	93
6.3.1. Incêndios Florestais	93
6.3.2. Degradação e contaminação de aquíferos.....	96
6.4. RISCOS TECNOLÓGICOS.....	97
6.4.1. Acidentes graves de transportes	97
6.4.2. Incêndios Urbanos	100
6.4.3. Colapso de túneis, pontes ou viadutos.....	101
6.4.4. Rutura de barragens	101
6.4.5. Acidentes industriais	101
6.4.6. Acidentes em locais com elevada concentração populacional	102
PARTE III - DOMÍNIO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL	103
7. ANÁLISE SÓCIO ECONÓMICA	105
7.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	105
7.2. SOCIO DEMOGRAFIA.....	105
7.2.1. Evolução e distribuição da população	105
7.2.2. Componentes do crescimento da população	107
7.2.3. Estrutura etária	108
7.3. QUADRO SOCIOECONÓMICO	110
7.3.1. Nível Educacional da População	110
7.3.2. População Ativa e Desemprego	112
7.3.3. Estrutura do Emprego.....	114
7.3.4. Poder de Compra.....	115
7.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	116
7.4.1. Estrutura Empresarial	116
7.4.2. Alojamento e restauração.....	124



8. PATRIMÓNIO CULTURAL	128
8.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	128
8.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	129
8.3. HISTÓRIA DO CONCELHO E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.....	130
8.4. NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS.....	133
PARTE IV – DOMÍNIO EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	135
9. ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE	137
9.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	137
9.2. REDE RODOVIÁRIA.....	137
9.3. TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS.....	139
9.4. REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTES PÚBLICOS FERROVIÁRIOS.....	141
9.5. MOBILIDADE SUAVE	142
9.6. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	142
10. EQUIPAMENTOS COLETIVOS	145
10.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA	145
10.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	146
10.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	149
10.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	150
10.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA	154
10.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER	154
10.7. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO.....	156
10.8. OUTROS EQUIPAMENTOS.....	159
11. INFRAESTRUTURAS	161
11.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	161
11.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	161
11.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	163
PARTE V – DOMÍNIO URBANO.....	165
12. DINÂMICA URBANA E POVOAMENTO	167
12.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	167
12.2. PARQUE HABITACIONAL.....	167
12.2.1. Evolução do edificado.....	167
12.2.2. Evolução dos alojamentos.....	168

12.3. DINÂMICA CONSTRUTIVA.....	169
13. AVALIAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR.....	174
13.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	174
13.2. CONCRETIZAÇÃO DO SOLO URBANO DO PDM EM VIGOR	175
13.3. UNIDADES DE PLANEAMENTO DO PDM	176
14. SISTEMA URBANO – ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA	179
14.1. INTRODUÇÃO	179
14.2. A CIDADE.....	179
14.3. ESTRATÉGIA	180
PARTE VI - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E PROPOSTA PRELIMINAR ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA	183
15. DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRATÉGIA.....	185
15.1. NOTA METODOLÓGICA.....	185
15.2. DIAGNÓSTICO SETORIAL	186
15.3. QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO.....	189
15.4. ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA PARA O FUTURO MODELO TERRITORIAL	190

FIGURAS

Figura 2.1 Enquadramento territorial do município de Vendas Novas	17
Figura 2.2 Enquadramento do município de Vendas Novas no PRN2000.....	19
Figura 2.3 Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral.....	27
Figura 2.4 Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos	28
Figura 2.5 Sistema da Base Económica Regional.....	29
Figura 2.6 Subsistema das Atividades.....	30
Figura 2.7 Sistema da Base Económica Regional.....	31
Figura 2.8 Planta de Implantação da 2.ª Alteração do PP do Parque Industrial de Vendas Novas	37
Figura 2.9 Planta de Implantação do PP de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas	39
Figura 2.10 Planta de Zonamento do PU de Landeira	41
Figura 2.11 Limite da ARU do município de Vendas Novas	43
Figura 3.1 Estrato da carta geológica á escala 1:50.000.....	51
Figura 3.2 Hidrogeologia	52
Figura 3.3 Classificação climática de Koppen	53
Figura 3.4 Valores médios anuais de escoamento.....	56
Figura 3.5 Localização do município de Vendas Novas nas regiões hidrográficas do Tejo e Sado e Mira.....	57
Figura 3.6 Principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas	58
Figura 4.1 Hipsometria	60
Figura 4.2 Declives.....	61



Figura 4.3 Exposição de vertentes.....	62
Figura 4.4 Evolução do uso do solo no município de Vendas Novas – comparação da COS 1995, 2007, 2015 e 2018 (Nível I).....	63
Figura 4.5 Uso do solo no município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V).....	66
Figura 4.6 Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental.....	70
Figura 4.7 Extrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas florestais sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no Município de Vendas Novas.....	76
Figura 4.8 Corredores ecológicos do PROF inseridos no Município de Vendas Novas – sobreposição com rede hidrográfica.....	77
Figura 4.9 Extrato da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral do PROT Alentejo.....	79
Figura 5.1 Localização pontos de recolha de resíduos.....	86
Figura 6.1 Articulação dos conceitos fundamentais.....	88
Figura 6.2 Perigosidade de risco de incêndio do município de Vendas Novas.....	94
Figura 6.3 Áreas ardidas do município de Vendas Novas (1999-2019).....	96
Figura 6.4 Extrato do Mapa do Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos do PROT Alentejo.....	97
Figura 8.1 Localização aproximada do território do atual concelho de Vendas Novas sobre o mapa de Portugal durante a Idade Glaciar Würm recente e sobre o mapa das rias flandrianas da Estremadura e Ribatejo (cerca de 3000 a.C.).....	130
Figura 9.1 Rede Rodoviária Nacional – aproximação ao concelho de Vendas Novas.....	138
Figura 9.2 Horários da Rede de Transportes “Mais Perto”.....	140
Figura 9.3 Rede Ferroviária que serve o concelho de Vendas Novas – Linha do Alentejo.....	141
Figura 9.4 Traçado da Linha do Alentejo.....	142
Figura 11.1 Zonas servidas por redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho de Vendas Novas.....	162
Figura 14.1 Esquema da dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas.....	180
Figura 14.2 Delimitação potencial da UOPG Parque VN, integrando os 2 PP e a interação com a cidade central.....	182
Figura 15.1 Esquema Global do Diagnóstico Integrado.....	186

GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Posicionamento do município de Vendas Novas no contexto dos municípios da NUTS III – Alentejo Central – superfície e população residente (2011).....	18
Gráfico 3.1 Temperatura do ar, normais climatológicas (1971-2010) para a Estação de Setúbal.....	54
Gráfico 3.2 Gráfico termopluiométrico: normais de precipitação e temperatura de Setúbal, 1970-2010.....	55
Gráfico 4.1 Distribuição do Uso do Solo – COS 2018, Nível I.....	65
Gráfico 6.1 Distribuição das classes de perigosidade de risco de incêndio no município de Vendas Novas.....	94
Gráfico 6.2 Índice de gravidade, 2014-2018.....	98
Gráfico 7.1 População residente por lugar censitário, 2011.....	106
Gráfico 7.2 Projeções da população residente – NUTS II Alentejo.....	110

Gráfico 7.3 Taxa de analfabetismo, 2001 e 2011	111
Gráfico 7.4 Proporção da população residente com ensino superior completo, 2001 e 2011	112
Gráfico 7.5 Taxa de atividade, 2001 e 2011	113
Gráfico 7.6 Evolução do número de desempregados, entre 2011 e 2020 (mês de referência: setembro*).....	114
Gráfico 7.7 Poder de compra per capita entre 2004 e 2017	116
Gráfico 7.8 Variação das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios.....	118
Gráfico 7.9 Evolução do número de hóspedes e dormidas em estabelecimento de alojamento turístico no concelho de Vendas Novas, 2017-2019	126
Gráfico 10.1 N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas, entre 1999/2000 e 2018/2019	149
Gráfico 11.1 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, 2011 e 2018	163
Gráfico 11.2 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, 2011 e 2018	164
Gráfico 12.1 Edifícios concluídos – construção nova e ampliação, alteração e reconstrução – entre 1999 e 2019	170
Gráfico 12.2 Distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, no período 1999-2019	173

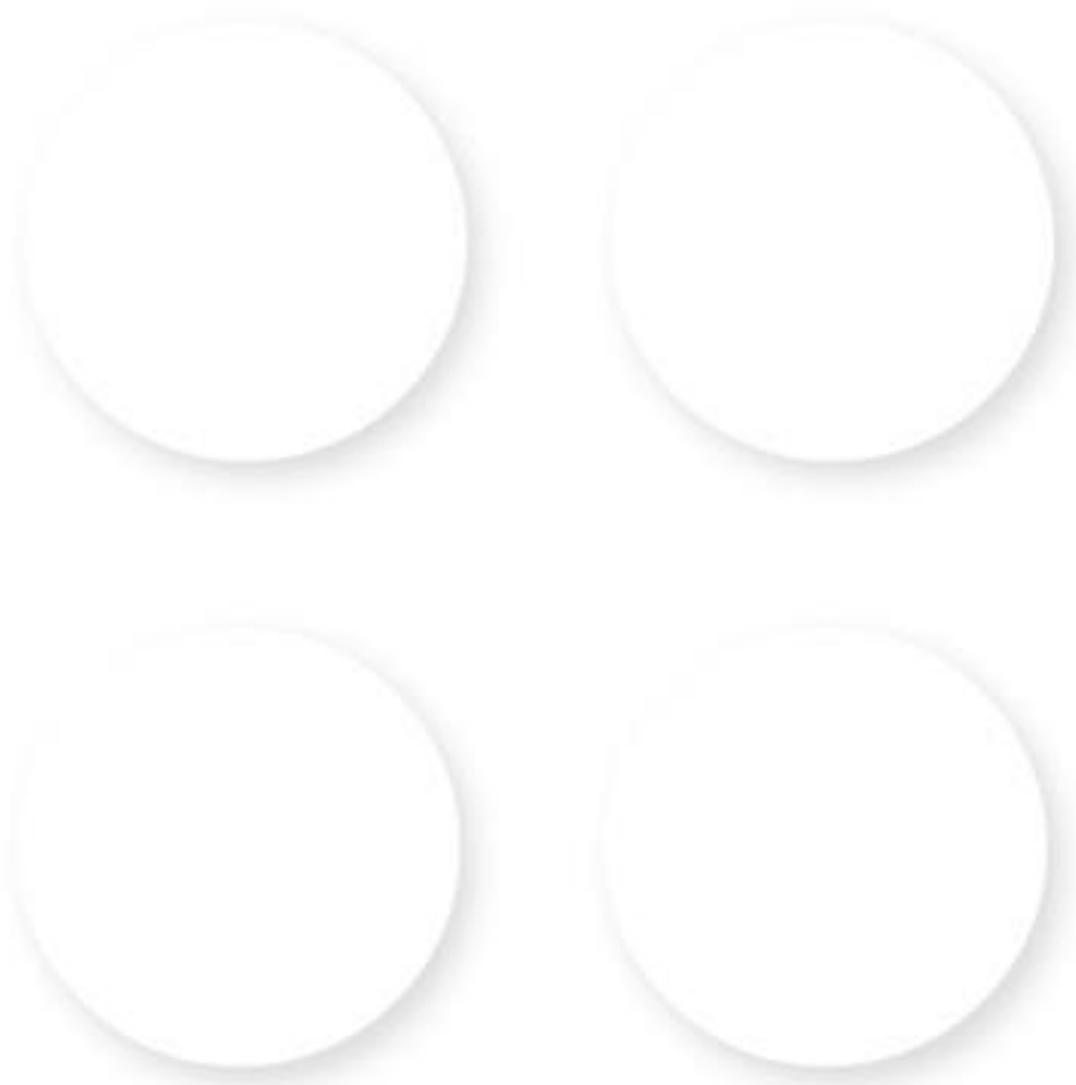
QUADROS

Quadro 4.1 Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 1995, 2004, 2015 e 2018 .	64
Quadro 4.2 Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)	67
Quadro 7.1 População Residente 2001 e 2011, e estimativas da população residente 2019, e variação da população residente	105
Quadro 7.2 Densidade Populacional, 2001, 2011 e estimativa para 2018.....	106
Quadro 7.3 Saldo natural e saldo migratório, 1999-2019	107
Quadro 7.4 Índice de envelhecimento 2001, 2011 e estimativa para 2019.....	108
Quadro 7.5 Estrutura Etária em 2011, e variação entre grupos etários, 2001- 2011	109
Quadro 7.6 Estrutura Etária estimada em 2019, e variação entre grupos etários, 2011- 2019 (estimativa).....	109
Quadro 7.7 População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2011	113
Quadro 7.8 População empregada por setor de atividade em 2001 e 2011, e variação 2001-2011	115
Quadro 7.9 Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios agrupados por Setor de Atividade, em 2018	117
Quadro 7.10 Distribuição das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por CAE, em 2018.....	120
Quadro 7.11 Empreendimentos Turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local no concelho de Vendas Novas (novembro de 2020)	125
Quadro 12.1 Edifícios em 2001 e 2011, e estimativa para 2019 e variação	167
Quadro 12.2 Edifícios por época de construção, em 2011	168
Quadro 12.3 Alojamentos familiares clássicos em 2001 e 2011, e estimativa para 2019 e variação	168
Quadro 12.4 Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em 2011	169





Quadro 12.5 Edifícios concluídos, % construção nova face ao total de edifícios concluídos – entre 1999 e 2019	171
Quadro 12.6 Fogos e edifícios licenciados em construções novas e nº de fogos por edifício entre 1999 e 2019	172
Quadro 13.1 Grau de ocupação dos perímetros urbanos do município de Vendas Novas	175
Quadro 13.2 Unidades de planeamento definidas no PDM em vigor	177



INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Vendas Novas
Referência do Projeto	P075 – Revisão do Plano Diretor Municipal
Descrição do Documento	Volume I - Relatório de Caracterização e Diagnóstico
Fase	1 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico
Versão	c)
Referência do Ficheiro	P075_PDM_F1_VOL_I_RE_c.docx
N.º de Páginas	192
Autores	RR Planning
Outras Contribuições	
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	25 de maio de 2021

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição
Preliminar	1	22-12-2020	
a)	1	23-02-2021	Incorpora o desenvolvimento de alguns temas em falta e dos contributos decorrentes das sessões públicas realizadas nos meses de dezembro a fevereiro.
b)	1	03-05-2021	Corresponde à versão consolidada dos ECD para envio para a PCGT
c)	1	25-05-2021	Versão revista pela CMVN





PARTE I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO





Esta página foi deixada em branco propositadamente

1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Vendas Novas foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro, tendo sido alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) através do Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro de 2010.

A Câmara Municipal deliberou em 8 de julho de 2020 iniciar o procedimento de Revisão do PDM de Vendas Novas, conforme a publicação do Aviso n.º 12994/2020, de 3 de setembro. Este procedimento foi antecedido pela elaboração do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Vendas Novas, aprovado em reunião de Câmara de 24 de junho de 2020 e pela Assembleia Municipal em 30 de junho de 2020, que aponta para a necessidade de se dar início ao processo de revisão do PDM de Vendas Novas

Uma das principais questões que apontam para a revisão do PDM deriva da necessidade de adequação ao novo quadro legal, entretanto produzido. Trata-se da publicação da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e ainda pela publicação do Decreto Regulamentar que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

O presente documento constitui o Relatório de Caracterização e Diagnóstico, referente à Fase 1 da Revisão do PDM, estando organizado nas seguintes Partes:

- Parte I – Introdução e Enquadramento: que inclui o presente subcapítulo, e onde se apresenta o enquadramento territorial do Município bem como a apresentação dos instrumentos de gestão territorial e de estratégia incidentes no Município, incluindo o PDM em vigor.
- Parte II – Domínio Biofísico e Ambiental: que abrange os temas geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos; análise fisiográfica, uso do solo, paisagem e estrutura ecológica, qualidade ambiental e riscos;
- Parte III – Domínio Socioeconómico e Cultural: que inclui a estrutura demográfica, quadro socioeconómico, atividades económicas e património cultural;
- Parte IV – Domínio Equipamentos e Infraestruturas: consiste na caracterização dos Equipamentos Coletivos, das Acessibilidades e Transportes e das Infraestruturas;
- Parte V – Domínio Urbano: abrange a caracterização do parque habitacional, da dinâmica urbanística e construtiva e do sistema urbano;
- Parte VI – Diagnóstico Integrado: que foca o diagnóstico setorial e aponta uma proposta preliminar dos elementos de estratégia da revisão do PDM.



2. ENQUADRAMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município de Vendas Novas situa-se na Região Alentejo (NUTS II), a oeste da NUTS III – Alentejo Central (Figura 2.1).

Encontra-se delimitado a Nascente, pelo Município de Montemor-o-Novo, a Sul pelo Município de Alcácer do Sal (NUTS III – Alentejo Litoral), e a Poente pelos Municípios de Montijo e Palmela (NUTS III – Área Metropolitana de Lisboa) (Figura 2.1).

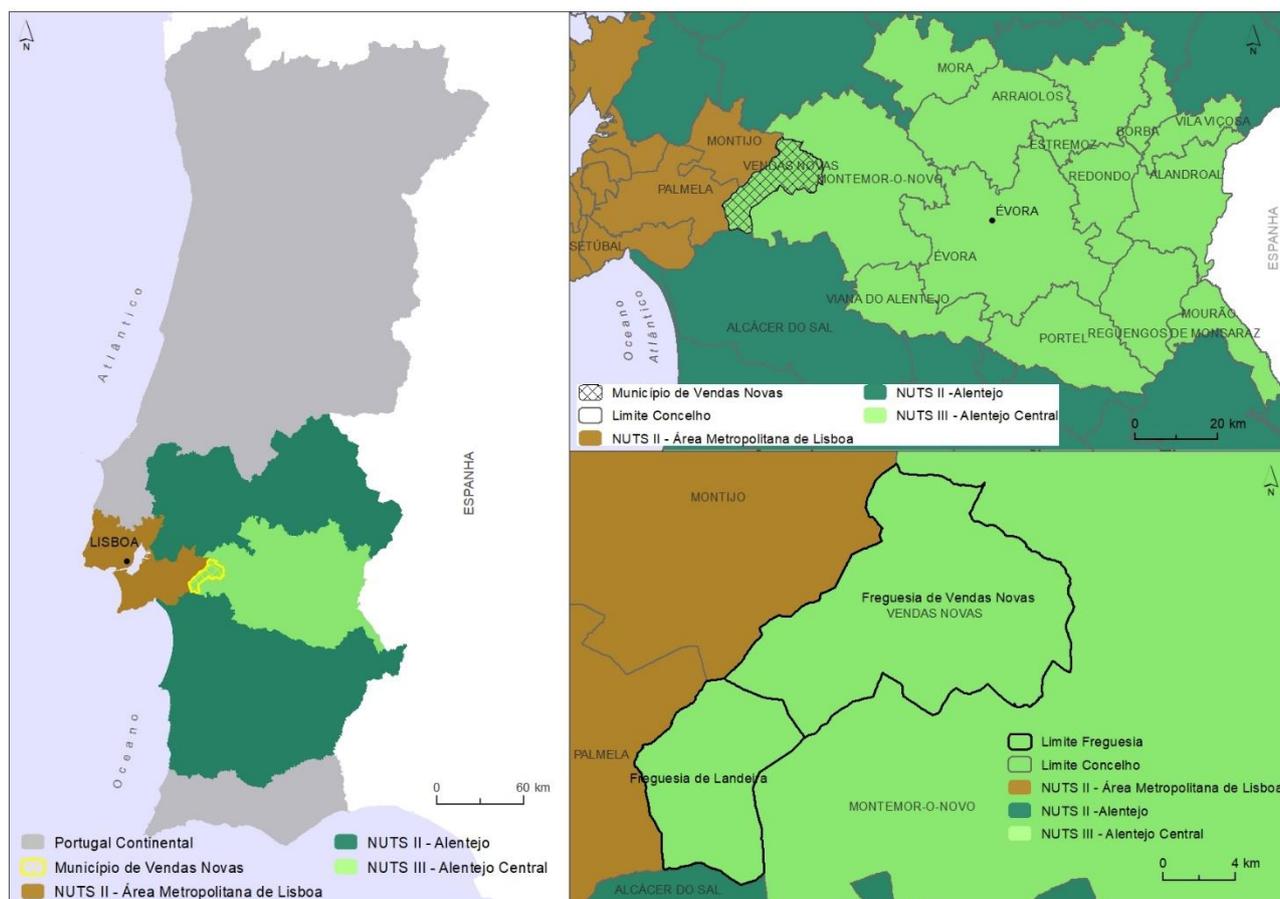
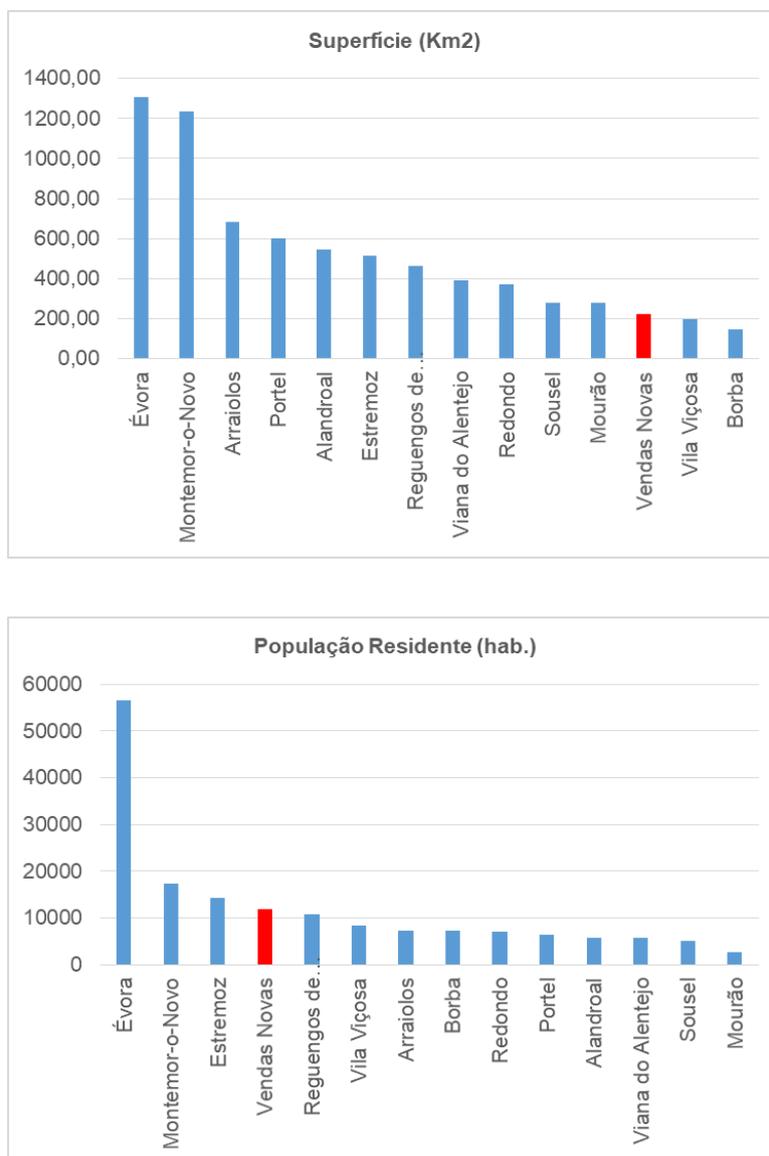


Figura 2.1 | Enquadramento territorial do município de Vendas Novas

Com 11.846 habitantes (Censos 2011), o município de Vendas Novas é o 4.º Município do Alentejo Central em termos de dimensão populacional, mas é dos menores em termos de área geográfica, com 222,39 km², apenas ultrapassando os municípios de Vila Viçosa e Borba (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 | Posicionamento do município de Vendas Novas no contexto dos municípios da NUTS III – Alentejo Central – superfície e população residente (2011)



Fonte: INE – Dados Estatísticos, Censos.

O município é constituído por apenas duas freguesias – Landeira e Vendas Novas, concentrando esta última cerca de 94% da população residente.

A cidade de Vendas Novas situa-se a 50 km de Évora, 45 km de Setúbal e 70 km de Lisboa. Apresenta assim uma localização privilegiada próxima da área metropolitana de Lisboa e relativamente central em termos logísticos, beneficiando de um conjunto de eixos viários de importância estratégica, nomeadamente o eixo rodoviário internacional, entre Lisboa e Madrid, proporcionado pela autoestrada A6, a ligação a Sul (Algarve) e a Norte (Santarém) pela A13, o eixo ferroviário eletrificado proporcionado pela linha de Vendas Novas que faz a ligação Lisboa-Évora e ligação entre Setil (Linha do Norte) e a estação de Vendas Novas e Évora (Linha do Alentejo), passando por três regiões NUTS III: Lezíria do Tejo, Península de Setúbal e Alentejo Central (Figura 2.2).





Fonte: Infraestruturas de Portugal, <https://www.infraestruturasdeportugal.pt>

Figura 2.2 | Enquadramento do município de Vendas Novas no PRN2000

2.2. O PDM EM VIGOR HISTÓRICO, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO

Tal como mencionado no capítulo introdutório, o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas foi aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro (publicado no *Diário da República n.º 253, 1.ª série B*), tendo sido posteriormente alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, através do Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro (publicado pelo *Diário da República n.º 237, 2.ª série*, visando a remoção das incompatibilidades relacionadas com a edificabilidade (artigo 19.º).

O PDM de Vendas Novas apresenta, de acordo com o artigo 5.º do regulamento do PDM em vigor, dois objetivos:

- “Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através de uma utilização racional dos recursos do território, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;
- Promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.”

O PDM de Vendas Novas é constituído pelos seguintes elementos constantes do artigo 4.º daquele regulamento:

- Elementos fundamentais:
 - Regulamento
 - Planta de ordenamento do concelho
 - Plantas de ordenamento dos aglomerados urbanos
 - Planta atualizada dos condicionantes

- Elementos complementares:
 - Relatório
 - Planta de enquadramento
- Elementos anexos:
 - Estudos de caracterização física, social, económica e urbanística.
 - Planta da situação existente.

Assinala-se a ausência de um Programa de Execução entre os elementos do PDM.

2.3. CONTEXTO ESTRATÉGICO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Desde a publicação do PDM em 1999, e especialmente nos últimos anos, assistiu-se a uma importante alteração no enquadramento legislativo do Ordenamento do Território, e à aprovação de novos instrumentos de gestão territorial. Esta dinâmica é acompanhada por uma revolução no contexto estratégico que serve de enquadramento aos mesmos instrumentos de gestão territorial, e que se traduz na aprovação de um conjunto de planos e programas de natureza diversa.

A abordagem aos planos e programas desenvolvida no presente capítulo, tem em consideração o enquadramento legal atual, designadamente:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (adiante designado de LBGPPSOTU);
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Os Planos e Programas considerados são listados no Quadro 2.1, com referência ao ano de publicação, sendo organizado em Instrumentos de Gestão Territorial e Planos e Programas Estratégicos, de âmbito supramunicipal ou municipal.



Quadro 2.1 | Planos e Programas

Instrumentos de Gestão Territorial*	Legislação
Âmbito nacional e regional	
Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Primeira revisão	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto
Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira (RH6) / Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT) - Revisão	Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro
Plano Rodoviário Nacional (PRN) – 2ª alteração	Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto
Âmbito municipal	
Planos Municipais de Ordenamento do Território	
Plano Diretor Municipal (PDM) de Vendas Novas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro alterado pelo Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro (publicado pelo
Plano de Pormenor de Entrada Sul (PPES) – Parque da Cidade de Vendas Novas	Aviso n.º 23436/2010, de 11 de novembro alterado pelo Aviso n.º 8617/2016, de 8 de julho
Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas (PPPIVN)	Portaria n.º 156/94, de 18 de março alterado pela Portaria n.º 21/97, de 7 de janeiro e do Aviso n.º 7206/2015, de 29 de junho
Plano de Urbanização da Landeira (PUL)	Aviso n.º 1031/2012, de 23 de janeiro
Plano de Urbanização de Vendas Novas (PUVN)	Em elaboração
Planos e Programas Estratégicos	Ano
Âmbito supramunicipal	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6.B/2015, de 4 de fevereiro
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)	Despacho Conjunto do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, N.º 8277/2007, de 9 de Maio de 2007
Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais	Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
Plano Nacional de Gestão de Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de março
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos+ (PERSU 2020+)	Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho
Programa de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central (PIAAC – AC)	2018
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho
Âmbito municipal	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	Aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2020
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	Aprovado 25-03-2015



Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Vendas Novas	Aviso n.º 19196/2018, de 20 de dezembro
Plano Municipal do Ambiente (PMA) e Projecto de Recuperação Ecológica e Paisagística das Ribeiras da Landeira e da Marateca (PREPRLM)	2003
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Vendas Novas	2015
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) de Vendas Novas	2015
Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES) (no âmbito da adesão do Município de Vendas Novas ao Pacto de Autarcas)	2011
Agenda 21 Local de Vendas Novas	2011
Estratégia 2020	Em atualização

* São Identificados como Instrumentos de Gestão Territorial os que se encontram listados no Sistema Nacional de Gestão Territorial (SNIT), consultado em http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/igt_em_vigor__snit_/acesso_simples/

De acordo com o RJIGT, o sistema de gestão territorial organiza-se, num quadro de interação coordenada, em quatro âmbitos, para os quais são aqui identificados os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que incidem no município de Vendas Novas¹:

- O âmbito nacional e regional – é concretizado através do programa nacional da política de ordenamento do território, dos programas setoriais e dos programas especiais. O município de Vendas Novas é abrangido, portanto, pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), pelo Plano Nacional da Água (PNA), pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT), pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) e pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN).
- O âmbito intermunicipal – é concretizado através de programas intermunicipais, plano diretor intermunicipal, planos de urbanização intermunicipais, e dos planos de pormenor intermunicipais. Contudo, o âmbito intermunicipal não se encontra representado entre os IGT aplicáveis ao município de Vendas Novas.
- O âmbito municipal – é concretizado através do plano diretor municipal, planos de urbanização e planos de pormenor. O Plano Diretor Municipal em vigor será apresentado no Capítulo 3, assim como os restantes planos municipais de ordenamento do território (PMOT) em vigor – o Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas, o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, e o Plano de Urbanização da Landeira.

A descrição destes Planos consta do Relatório de Definição de Âmbito, apresentando-se de seguida apenas as orientações principais decorrentes do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, da Estratégia para Vendas Novas 2020 e dos outros planos municipais de ordenamento do território em vigor ou em elaboração no município. Pela sua relevância sintetiza-se igualmente as propostas para ARU e do PEDU de Vendas Novas.

¹ Levantamento efetuado com base no SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial, que inclui todos os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor que se encontram registados ou depositados na DGT - Direção Geral do Território.

2.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo foi publicado em Diário da República em 2 de agosto de 2010 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, tendo sido posteriormente republicado em 1 de outubro do mesmo ano, através da Declaração de Retificação n.º 30-A/2010. Tal Plano Regional emana orientações estratégicas para a elaboração dos PDM, para além de revogar todos os Planos Regionais de Ordenamento do Território então em eficácia.

De entre os instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos com uma natureza estratégica e vocacionados para a definição das grandes opções com relevância para a organização do território, a Lei identifica os planos regionais de ordenamento do território (PROT). Os PROT definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

O PROT-Alentejo define as linhas de orientação quer em matéria de opções estratégicas regionais, quer no Modelo de Ordenamento do Território regional a considerar.

O PROT apresenta as seguintes opções estratégicas de base territorial:

“1. Integração Territorial e Abertura ao Exterior

- Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infraestruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, por forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atração de empresas e de desenvolvimento empresarial;
- Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora;
- Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem, em prol de uma maior integração territorial e de uma estratégia de construção de redes;

2. Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural

- Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais, em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza, e as oportunidades que se oferecem às atividades produtivas;
- Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais
- Prevenir os fatores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo a proteção da rede hidrográfica e dos aquíferos e uma política de uso eficiente da água;
- Valorizar e ordenar o Litoral potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e nacional;
- Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos no que se refere à reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração, com recuperação de energia, e confinamento técnico;



3. Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional

- Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional;
- Desenvolver o modelo de produção agroflorestal e agroindustrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis, promovendo a diversificação e valorização das produções e tornando operativa a multifuncionalidade dos sistemas agro-silvo-pastoris e do património agrícola e rural;
- Aumentar a atratividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida;
- Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região;
- Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade empresarial e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.

4. Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural

- Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.
- Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada.
- Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes.
- Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial.
- Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial.”

O Modelo Territorial regional estabelecido pelo PROT oferece uma configuração espacial prospetiva do Alentejo, integrando como componentes territoriais estruturantes, o sistema urbano, a estrutura regional de proteção e valorização ambiental, as atividades económicas e as infraestruturas e as principais redes de conectividade regional.

Do Modelo Territorial destacam-se um conjunto de aspetos fundamentais a enquadrar na estratégia proposta para o município de Vendas Novas:

- “(...) o posicionamento da região Alentejo no contexto das relações inter-regionais no espaço nacional (...)”, destacando-se neste contexto a posição fronteiriça entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa.
- “a função dos centros urbanos locais - sedes concelhias - no suporte da coesão territorial e na constituição de pólos de desenvolvimento social e de actividades económicas de âmbito local (actividades económicas em espaços de baixa densidade) e de pequenas economias de natureza residencial.”
- “(...) o papel estruturante das fileiras agro-florestais, nomeadamente no que se refere à exploração e valorização do sistema de exploração de povoamentos de azinheira e sobreiro em montado e da indústria da cortiça,”
- (...) a edificabilidade nos aglomerados urbanos e o desenvolvimento urbano compacto, funcional e economicamente diversificado, que evita expansões urbanas indiscriminadas e consumo de solo e de recursos naturais, no sentido da preservação da paisagem urbana do Alentejo.”
- O sistema de acessibilidades que “contempla ainda um conjunto de corredores de nível regional/sub-regional com uma função complementar dos corredores de nível nacional, garantindo uma maior acessibilidade entre a maioria das sedes concelhias e os centros urbanos regionais e articulando todos os espaços e centros principais da base económica regional.”

O Modelo Territorial para o Alentejo organiza-se em quatro sistemas estruturantes:

- Sistema Ambiental e Riscos;
- Sistema da Base Económica Regional;
- Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial;
- Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional.

1. Sistema Ambiental e Riscos

O sistema ambiental e de riscos subdivide-se:

- Subsistema Ambiental.
- Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

O subsistema ambiental engloba os recursos hídricos, a qualidade do ar, a gestão dos resíduos, o litoral, as unidades de paisagem e a estrutura regional de proteção e valorização ambiental.

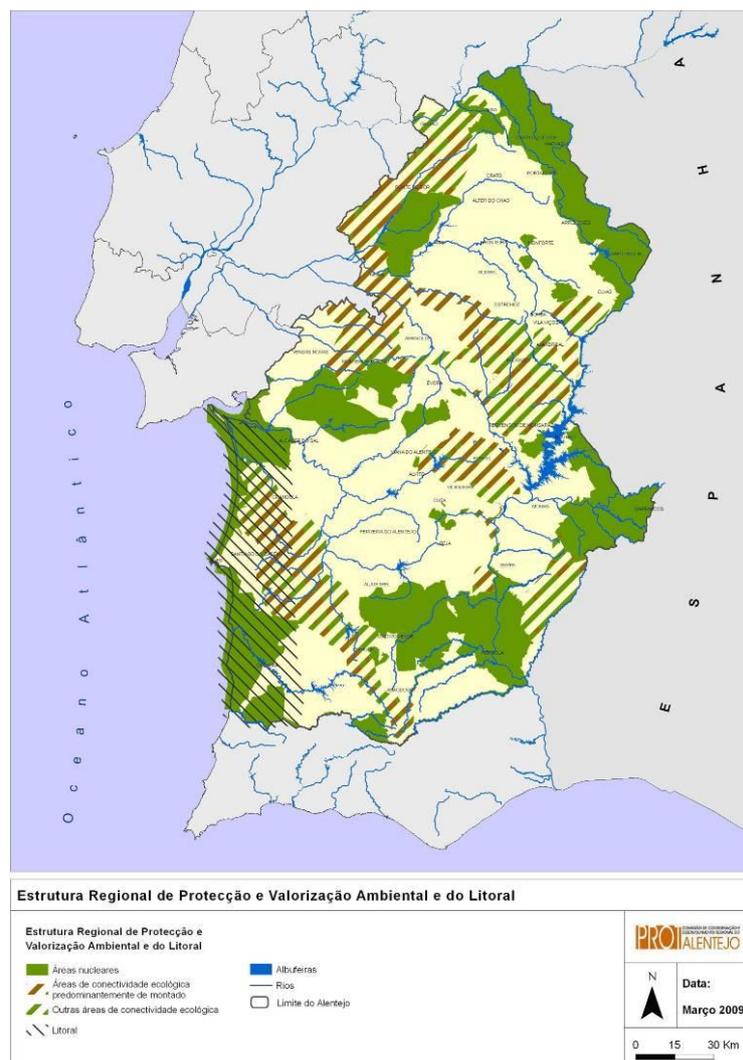
Relativamente ao subsistema ambiental destaca-se definição e delimitação da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), cujo principal objetivo é garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos. Dada a identidade e a paisagem regional, esta estrutura deve assegurar a perenidade dos sistemas humanizados.

A ERPVA, que se identifica na Figura seguinte “(..) assenta, pois, nas áreas classificadas para a conservação da natureza e da biodiversidade de importância nacional e internacional - áreas nucleares.” A conectividade entre as áreas nucleares é estabelecida através de áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos constituídos pela rede hidrográfica, pelas dunas e arribas costeiras, sapais e outras zonas húmidas, matos naturais ou seminaturais e por alguns habitats.



Por fim, refere-se que nas áreas classificadas como ERPVA “ (...) deverá ser dada prioridade à preservação das áreas naturais, contributos determinantes para os padrões e processos da paisagem, e à manutenção dos sistemas agrícolas ou florestais e, de uma forma geral, dos sistemas mediterrânicos tradicionais, ou ao restabelecimento ecológico.”

O município de Vendas Novas apenas se encontra classificado numa pequena parte (cerca de 3%) como ERPVA - área nuclear, por corresponder a Rede Natura.

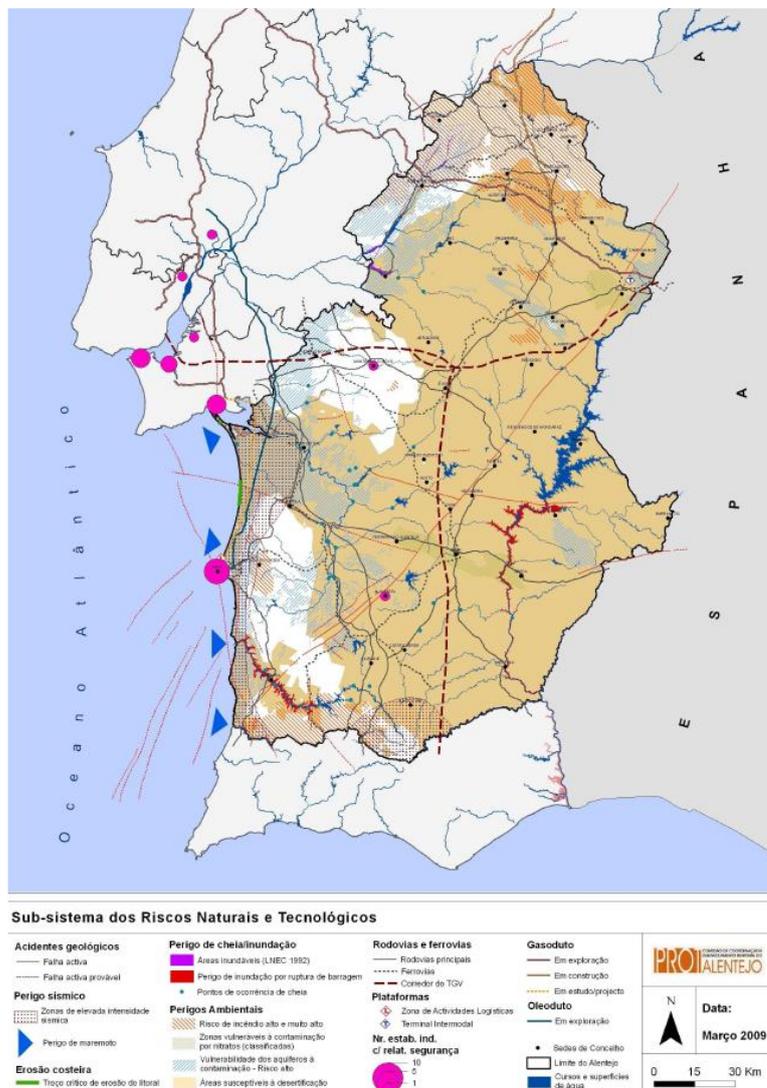


Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.3 | Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral

O subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos contempla as preocupações associadas aos riscos de desertificação, de secas e cheias, as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio e o risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos.

Neste subsistema, que está representado na Figura seguinte, verifica-se que, do conjunto de riscos naturais e tecnológicos representados no município de Vendas Novas, destaca-se o risco (alto) de vulnerabilidade de aquíferos à contaminação, verificando-se em contrapartida que não constitui uma zona suscetível à desertificação (como acontece com grande parte da Região Alentejo).



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.4 | Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos

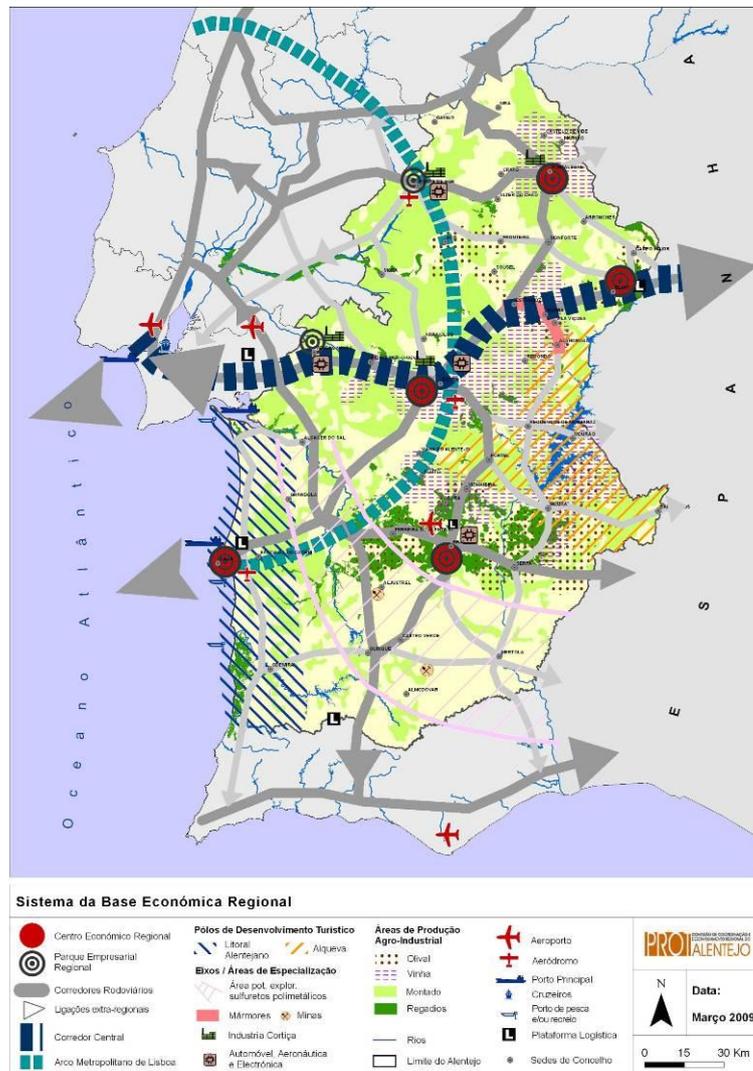
2. Sistema da Base Económica Regional

Este sistema procura realçar as componentes e estruturas territoriais que suportam e articulam as atividades económicas regionais, tendo sido tomados como elementos orientadores os seguintes princípios:

- Valorização da diversidade interna regional.
- Reforço da valorização económica dos recursos produtivos endógenos.
- Afirmação de uma nova relação urbano-rural.
- Reforço da integração económica regional no contexto ibérico e europeu.



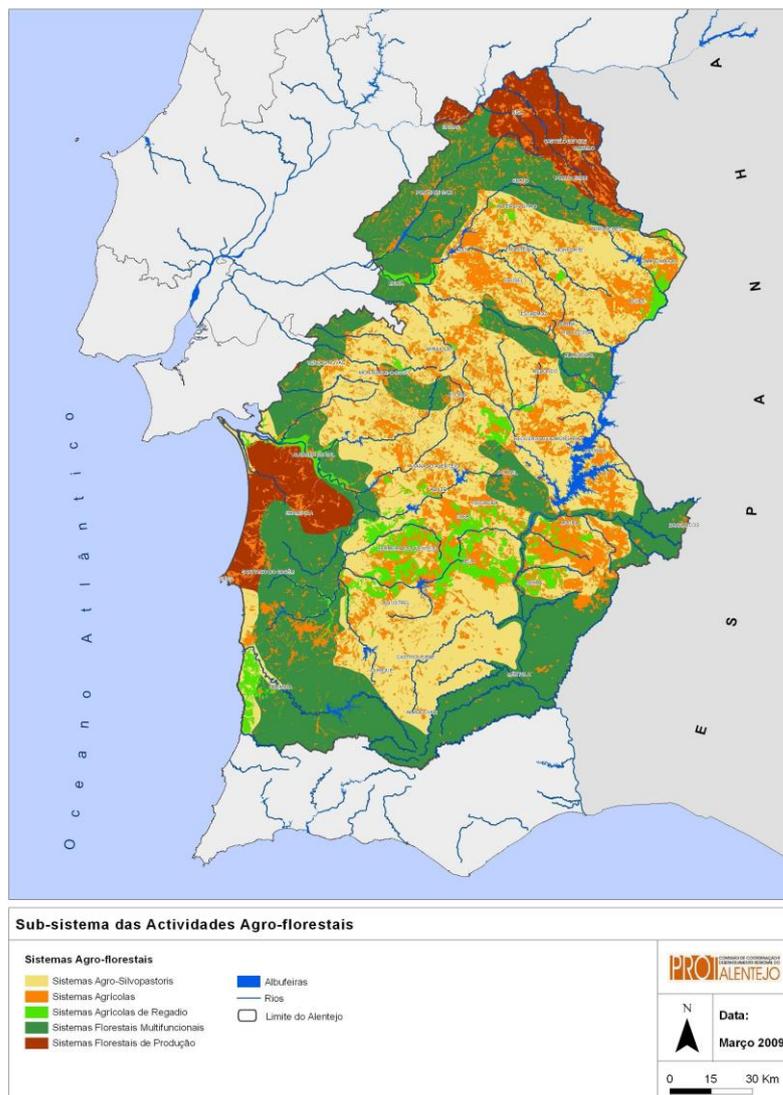
O Sistema da Base Económica Regional, que se apresenta na Figura seguinte, compreende um conjunto de componentes estruturantes, destacando-se a localização do município de Vendas Novas no Corredor Central que liga Lisboa a Espanha. Destaca-se ainda a presença de um Parque Empresarial Regional e da área de especialização “Automóvel, Aeronáutica e Eletrónica”.



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.5 | Sistema da Base Económica Regional

Este sistema incorpora ainda o Subsistema das Atividades Agroflorestais, que considera várias tipologias de sistemas de especialização agroflorestal, apresentando o município de Vendas Novas forte representatividade em Sistemas Florestais Multifuncionais.



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.6 | Subsistema das Atividades

Dever-se-á ainda ressaltar, no âmbito das orientações para o sector do turismo, que o PROTA estabelece um nível máximo de Intensidade Turística por sub-região, definido através de uma relação ponderada entre o número de camas turísticas e o número de habitantes residentes (para Vendas Novas está previsto um número máximo de 4728 camas).

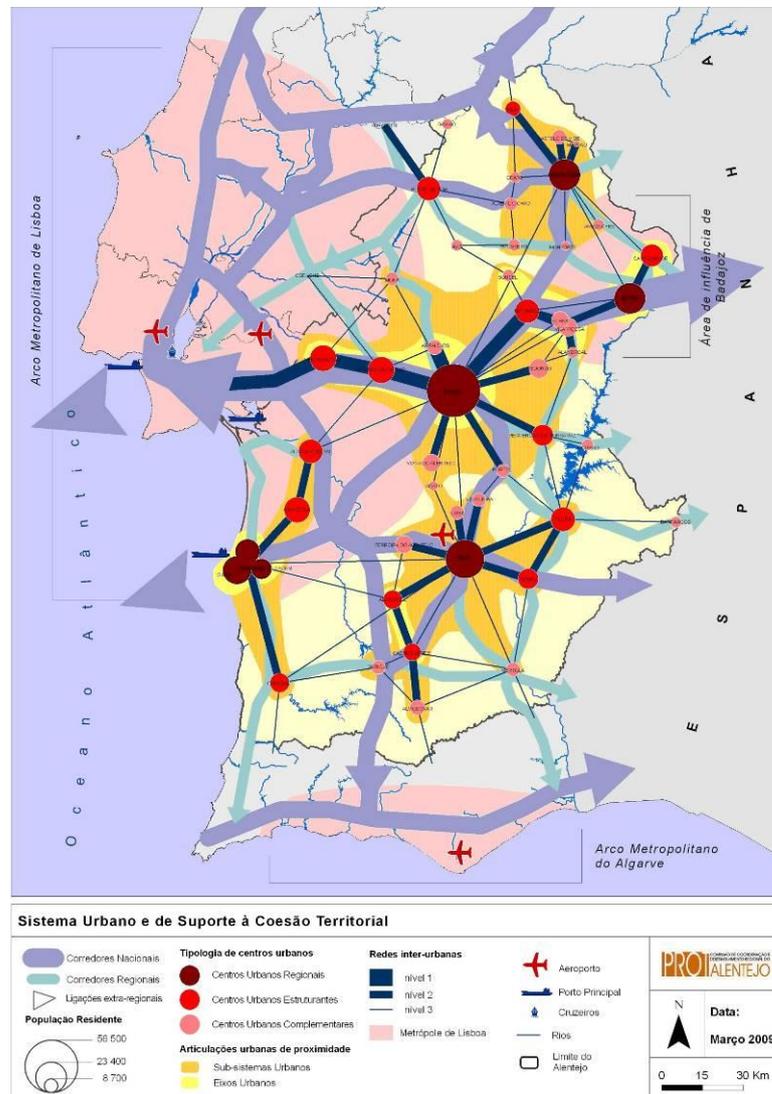
3. Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial

Este sistema organiza-se em torno dos seguintes elementos:

- Um conjunto de corredores e polaridades regionais, que desenvolvem posicionamentos competitivos diferenciados;
- Uma tipologia de centros urbanos, que estrutura a malha e diferencia as funcionalidades urbanas;
- e um grupo de subsistemas urbanos, que suportam a coesão territorial,



que se apresentam na Figura seguinte:



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.7 | Sistema da Base Económica Regional

Este sistema desenvolve-se em torno de um conjunto de elementos que se descrevem de seguida.

A. Corredores e polaridades regionais: são definidos em termos transversais e longitudinais consistindo em corredores que é necessário consolidar, de forma a construir uma malha urbana fortemente comunicante e difusora de desenvolvimento.

B. Tipologia de centros urbanos: tal como já mencionado na descrição do modelo territorial, o sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE), a que corresponde Vendas Novas; e Centros Urbanos Complementares (CUC). Os Centros Urbanos Estruturantes (CUE) desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas.

C. Subsistemas urbanos: Face à dimensão territorial da Região, considera o PROT que é no âmbito dos relacionamentos de proximidade que se registam as relações mais fortes, pelo que a consolidação do sistema urbano policêntrico assenta num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, designadamente: no subsistema urbano do Litoral Alentejano; no subsistema urbano do Norte Alentejano; no subsistema urbano do Alentejo Central e no subsistema urbano do Baixo Alentejo.

É no subsistema urbano do Alentejo Central que se insere o município de Vendas Novas, subsistema urbano que evidencia uma forte amarração, estruturada também por Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz, e ainda por Évora.

4. Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional

Este sistema estrutura-se em torno de 3 subsistemas:

A. Subsistema de infraestruturas terrestres: é composto pelas infraestruturas de nível nacional e europeu e pelas infraestruturas de nível regional/sub-regional

B. Subsistema de infraestruturas aeroportuárias: neste subsistema é mencionado com destaque o aeroporto de Beja para a captação de fluxos turísticos e os aeródromos de Évora e Ponte Sôr.

C. Subsistema de infraestruturas portuárias.

Síntese do Modelo Territorial

A concretização dos objetivos específicos e a implementação do Modelo Territorial descrito anteriormente baseia-se na aplicação de um conjunto de normas orientadoras, concretizadas por sistemas e desagregadas por Normas Gerais e Normas Específicas.

As normas específicas de natureza operacional subdividem-se em orientações para os seguintes sistemas e sectores:

- Sistema Ambiental e de Riscos:
 - Recursos naturais;
 - Litoral;
 - ERPVA;
 - Riscos naturais e tecnológicos.
- Sistema de Base Económica Regional:
 - Atividades Agroflorestais;
 - Zonas de Potencial Aproveitamento de Recursos Geológicos;
 - Sistema regional de logística empresarial;
 - Energia;
 - Desenvolvimento turístico;
 - Rede regional de ciência, tecnologia e inovação;
- Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial
 - Estruturação urbana.



- Planeamento urbano, urbanização e edificação.
- Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional
- Sistema de Transportes de Mobilidade Regional
- Rede Rodoviária
- Rede Ferroviária
- Sistema Aeroportuário
- Infraestruturas Portuárias e Navegabilidade Fluvial
- Ciclovias
- Tecnologias de Informação e de Comunicação

Tendo em conta a extensão do relatório do PROT, considera-se não ser de transcrever para o presente relatório a totalidade das normas gerais e específicas do PROT, que serão contudo consideradas na fase seguinte da revisão do PDM, como é o caso da aplicação da área mínima de 4 ha para a edificação isolada em solo rural.

2.3.2. Estratégia para Vendas Novas 2020

A Estratégia para Vendas Novas 2020 decorre da Visão integradora das diversas políticas sectoriais, que o município dispõe e que se traduz no objetivo fundamental de tornar Vendas Novas, um concelho mais amigo do ambiente, mais resiliente, atrativo para o investimento e para novos moradores, oferecendo qualidade de vida e oportunidades para seus cidadãos.

Para concretizar esta visão foram definidos cinco grandes objetivos, aos quais estão associados um conjunto de intervenções integradas:

Objetivo 1 - Requalificação Urbana e Ambiental

Clara aposta na reabilitação Urbana e ambiental, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público, reabilitação do património edificado, e redesenho da cidade, empregando uma abordagem holística ao planeamento urbano que considere todos os aspetos, designadamente qualificação ambiental e adaptação às alterações climáticas, considerando aspetos como vegetação, água, permeabilidade do solo, mobilidade, bem como desenvolvimento económico e equidade social.

São objetivos da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas:

- Reabilitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro, atrair e fixar mais habitantes para a área central da cidade;
- Captar mais empresas e mais emprego, criar mais serviços e comércio de proximidade. Revitalização do tecido económico na área central da cidade, nomeadamente através da oferta de incentivos específicos à reabilitação dos estabelecimentos comerciais;
- Incentivar a reabilitação urbana, consolidar e requalificar a malha da cidade existente, através da criação de estímulos à reabilitação urbana por parte dos proprietários de edifícios ou frações, nomeadamente incentivos e apoios de natureza financeira e fiscal;

- Reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética
- Reabilitar, preservar e valorizar os principais elementos do património histórico e arquitetónico da cidade;
- Requalificar o espaço público e o ambiente urbano através da concretização de um conjunto de ações estruturantes suportadas em investimento público;
- Animar e revitalizar económica, social e culturalmente a cidade consolidada, através da criação de espaços de produção e fruição cultural, e da criação de um sistema de incentivos à instalação de empresas e profissionais artísticos, culturais e criativos;
- Melhoria das respostas públicas às significativas carências existentes no domínio habitacional para os grupos sociais mais desfavorecidos;
- Promover a mobilidade sustentável, nomeadamente através da melhoria das condições de mobilidade urbana, designadamente no que respeita à promoção da utilização dos modos suaves de deslocação e à eliminação de barreiras arquitetónicas, potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano inclusivo.
- Incentivar a eficiência ambiental, aumentando a resiliência da cidade aos fenómenos extremos.

Objetivo 2 - Mobilidade Urbana Sustentável

Vendas Novas tem vindo a definir uma estratégia coesa para a mobilidade sustentável, através de medidas para restringir o uso de carros e priorizar a mobilidade por modos suaves, nomeadamente através da:

- a) Qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, de modo que as deslocações em modos suaves se possam efetuar em condições de conforto.
- b) Criar uma rede estruturante de percursos acessíveis, confortáveis, enquadrada na estrutura verde urbana.
- c) Redução do número de veículos motorizados que circulam na cidade, controlando a oferta de estacionamento (parques pagos, etc.).
- d) Aumento da oferta de estacionamento para residentes no centro da cidade.

Objetivo 3 - Desenvolvimento Económico e Eco-Inovação

O concelho tem de ser pensado de modo a que desenho urbano, planeamento, desenvolvimento económico, equidade social e qualificação ambiental sejam analisados de forma integrada, e sejam integradas nas diversas políticas sectoriais.

O objetivo é tornar Vendas Novas uma cidade mais qualificada e atrativa para o investimento. Nesse sentido, destacam-se aqui algumas medidas:

- a) Captar mais empresas e mais empregos – atrair investimento;
- b) Apoiar e potenciar investimentos na área da economia circular;
- c) Requalificação do Parque Industrial, e intervenção no mesmo para concorrer com os Parques Empresariais vizinhas. Aumento do índice de implantação, edificabilidade e cércea, garantindo ainda assim, uma percentagem de área permeável arborizada. Este aumento da edificabilidade



da área do PI, permite não só dar resposta às necessidades das empresas já instaladas, como tornar mais atrativos os terrenos para fixação de novas empresas;

- d) Apoiar as iniciativas espontâneas de reutilização dos espaços industriais abandonados;
- e) Em 2017, foi criada a StartUP Alentejo®, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas, no entanto, há que reforçar a atratividade da start-up Alentejo;
- f) Projeto de Urbanismo Comercial com o comércio tradicional, no seguimento de uma intervenção de Requalificação Urbana, de modo a tornar mais atrativo o espaço público;
- g) Permitir a fixação de empresas em qualquer local da cidade – cidade multifuncional (desde que com atividades compatíveis com a envolvente);
- h) Criação de Oficinas/ateliers de artesanato: Olaria, Cestaria, Tapeçaria – com design inovador; através de Programas de Formação Cofinanciados e Programas de Estágios profissionais – em parceria com Universidades e uma Associação de Desenvolvimento Local.

Objetivo 4 - Incentivar a eficiência ambiental

No âmbito deste objetivo são propostas as seguintes medidas:

- a) Integrar a estratégia de adaptação às alterações climáticas elaborada ao nível intermunicipal nos Instrumentos de Gestão do Território;
- b) Proteger e melhorar as áreas naturais, e proporcionar espaços recreativos ao ar livre de qualidade aos cidadãos;
- c) Criação de um sistema de incentivos à melhoria ambiental da cidade;
- d) Aumentar a recolha seletiva dos resíduos (caminhar no sentido de se fazer recolha de resíduos para compostagem);
- e) Incentivar a utilização de águas recicladas para rega, lavagens e autoclismos;
- f) Aumentar as áreas verdes, procurando continuidade, criando uma estrutura verde urbana. É essencial o aumento da presença de verde e da área permeável na cidade, nomeadamente no espaço público, nos interiores de quarteirões e nos lotes privados.
- g) Criar incentivos à eficiência energética do edificado, e à reciclagem de materiais em obra;
- h) Incentivos à reutilização dos edifícios.

Objetivo 5 - Reforçar a atratividade da cidade

No âmbito deste objetivo são propostas as seguintes medidas:

- a) Reforçar e desenvolver o programa de Requalificação Urbana da Cidade de modo a tornar o centro mais atrativo para o investimento;
- b) Regeneração do espaço público, com clara aposta na requalificação ambiental, criando uma nova identidade para a cidade, tornando-se referência de boas práticas a nível nacional.
- c) Atrair mais habitantes para o Centro da Cidade;

- d) Criar um programa de habitação para arrendamento a custos controlados para jovens e famílias carenciadas;
- e) Potenciar a criação de habitação inovadora no centro: habitações flexíveis, amigas do ambiente, eficientes, que possam conjugar habitação com local de trabalho, que possam tirar partido da proximidade a Lisboa para atrair mais residentes.
- f) Estacionamento para residentes.
- g) Ambiente urbano saudável – ruído e qualidade do ar.
- h) Maior compactação da cidade – alterar índices urbanísticos do PDM. Alteração dos índices referentes à densidade populacional, e densidade de fogos por ha.
- i) Redução da capacidade construtiva nas zonas mais periféricas do perímetro urbano.

Muitas destas intervenções e medidas encontram-se já concretizadas, e deverão integrar a estratégia de Revisão do PDM, outras encontram-se por concretizar, e importa também avaliar a pertinência da sua integração.

2.3.3. Outros instrumentos de planeamento municipal

2.3.3.1. Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas

O Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas foi aprovado pela Portaria n.º 156/94, de 18 de março, sendo, portanto, anterior à aprovação do PDM em vigor. O Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas seria objeto de duas alterações, através da Portaria n.º 21/97, de 7 de janeiro e do Aviso n.º 7206/2015, de 29 de junho, tendo atualmente “*como objetivo criar condições para a instalação de estabelecimentos industriais, bem como atividades logísticas, comerciais ou de serviços complementares e compatíveis com o uso industrial dominante*”

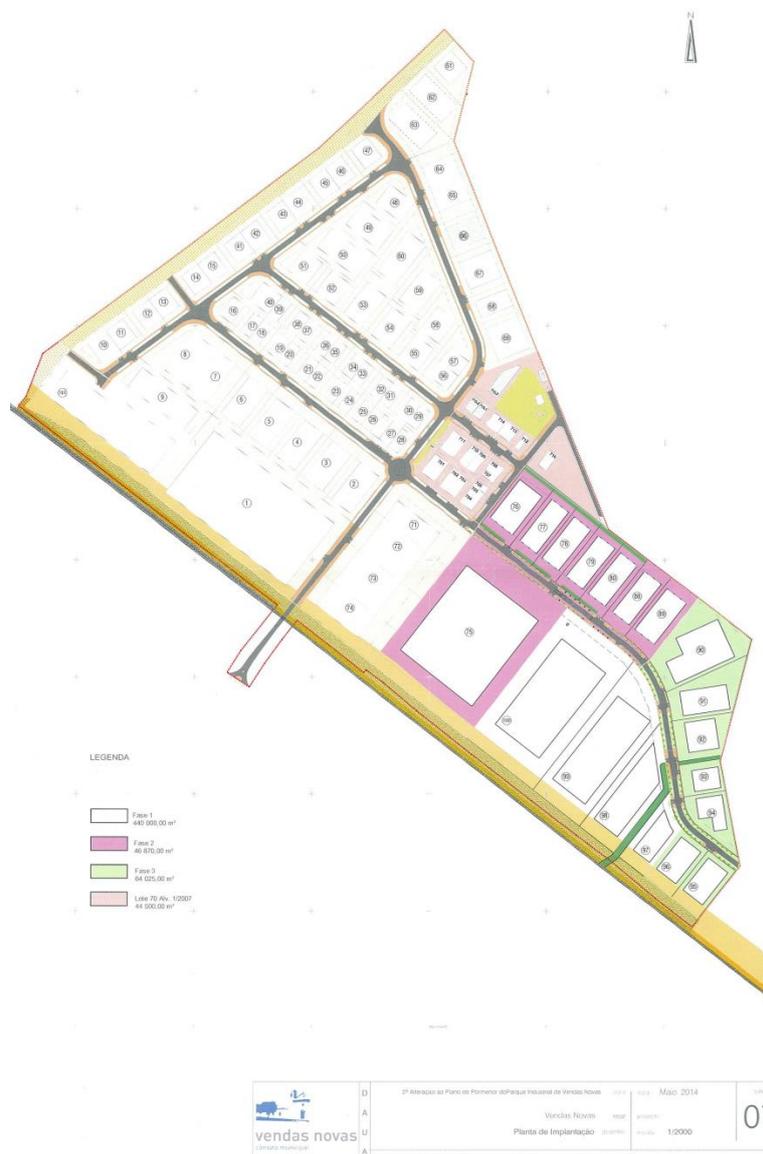
O Plano de Pormenor, cuja planta de implantação referente à 2.ª Alteração se apresenta na Figura 2.8, tem 101 lotes e uma área total de 792.464,00 m², distribuídos do seguinte modo:

- Fase 1 – 440 000,00 m²
- Fase 2 – 46870,00 m²
- Fase 3 – 64 025,00 m²
- Lote 70 Alv. 1/2007 – 44 500,00 m²

Entretanto surge a necessidade de reavaliar as propostas do PP no sentido de o mesmo vir a dar resposta às necessidades das empresas, equacionando-se desde já a necessidade de redução dos preços dos terrenos, o aumento do índice de implantação, e de edificabilidade garantindo, no entanto, uma área livre ajardinada/arborizada não impermeabilizada.

O objetivo é dar resposta à necessidade de expansão de muitas empresas atualmente a laborar no Parque Industrial, que necessitam de expandir as suas instalações em áreas adjacentes, não sendo operacional prever a expansão para outros locais. Assim, urge aumentar o índice de implantação, permitindo dar resposta às empresas já existentes. Outra questão prende-se com a necessidade de permitir um aumento do número de pisos, e altura das edificações, de modo a melhor aproveitar o solo já urbanizado. Pretende-se assim, numa primeira fase dar resposta às necessidades das indústrias existentes, mas também à procura dentro do perímetro do PP do Parque Industrial, só avançando para uma situação de expansão, quando todo o Parque estiver efetivamente ocupado.





Fonte: CMVN

Figura 2.8 | Planta de Implantação da 2.ª Alteração do PP do Parque Industrial de Vendas Novas

2.3.3.2. Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas

O Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas foi inicialmente aprovado pelo Aviso n.º 23436/2010, de 11 de novembro, tendo sido alterado pelo Aviso n.º 8617/2016, de 8 de julho. Este PP procede à redelimitação e alteração dos usos da UP6 (prevista no PDM em vigor), visa a constituição de um Parque de Exposições, Feiras e Mercados, e prevê o aumento do perímetro urbano de Vendas Novas. São objetivos de acordo com o artigo 2.º:

- “a) a alteração parcial dos usos na área actualmente definida como UP6 no Plano Director Municipal de Vendas Novas, com redelimitação desta unidade, prevendo-se a possibilidade de construção de edificações destinadas a habitação, comércio, serviços e estabelecimento hoteleiro;

- *b) a alteração dos usos da área hoje destinada no Plano Director Municipal de Vendas Novas a parque de campismo, afectando-a a Parque de Exposições, Feiras e Mercados;*
- *c) o alargamento do perímetro urbano da cidade de Vendas Novas e a consequente reclassificação do solo rural em urbano, com vista à criação do equipamento de utilização coletiva mencionado na alínea anterior e do Parque de Lazer Urbano.”*

A área total das parcelas que constituem o PP corresponde a 57.618,1 m².

Neste âmbito, assinala-se que o PP de Entrada Sul necessita ser revisto, uma vez que os equipamentos implantados não correspondem ao previsto no Plano, e a habitação prevista necessita ser reformulada, tal como os limites do Plano.

De facto, não tendo sido publicada a alteração da Planta de Ordenamento e da Planta do Perímetro Urbano de Vendas Novas, deve esta situação ser revisitada em sede de Revisão do PDM.





LEGENDA :

PARCELAMENTO E EDIFICAÇÃO

- PARCELAS E EDIFICAÇÕES NOVAS**
-  limite e identificação de parcela (P) e de fracção de parcela (FP)
 -  polígono base de implantação de edificação nova
 -  área livre de parcela
 -  edificação principal destinada a habitação unifamiliar
 -  edificação principal destinada a comércio/ serviços
 -  edificação principal destinada a habitação colectiva e comércio/ serviços
 -  edificação principal destinada a estabelecimento hoteleiro
 -  edificação secundária destinada a anexo

PARCELAS E EDIFICAÇÕES EXISTENTES

-  parcela e edificação existente a manter
-  implantação de edificação existente
-  parcela e edificação existente a eliminar e demolir

MODELAÇÃO DE TERRENO

-  cota de projecto
-  cota existente

EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS EXTERIORES

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

-  limite e identificação de parcela de equipamento de utilização colectiva
-  polígono base de implantação de edificação de equipamento de utilização colectiva
-  simulação de ocupação da área livre de parcela
- EQ01** - expansão do conjunto desportivo existente - construção de um polidesportivo descoberto, dois campos de ténis e um campo multiusos
- EQ02** - conclusão do Estádio Municipal - construção de bancada, serviços de apoio e balneários
- EQ03** - consolidação do complexo de piscinas municipais (construção de piscina coberta de 25 m)
- EQ04** - ampliação/ requalificação do pavilhão gimnodesportivo
- EQ05** - Parque de Exposições, Feiras e Mercados

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA EXISTENTES

-  limite e identificação de parcela existente de equipamento de utilização colectiva
-  Implantação de edificação de equipamento de utilização colectiva existente a manter e reabilitar
- EQ06** - Posto de Turismo Municipal
- EQ07** - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vendas Novas (Inclui Pequeno Campo de Jogos)
- EQ08** - Escola Secundária de Vendas Novas (Inclui Pequeno Campo de Jogos)
- EQ09** - Mercado Municipal
- EQ10** - Estação Central de Camionagem
- EQ11** - Escola Particular - Colégio Laura Vicuña (Inclui Pequeno Campo de Jogos e Pista de Corrida)

ESPAÇOS EXTERIORES

-  verde de valorização urbana
-  verde equipado - parque de lazer urbano
-  linha de água a requalificar
-  "Chafariz Real" a requalificar
-  conjunto edificado a reabilitar como equipamento de apoio ao Parque de Lazer Urbano
-  alinhamento arbóreo

CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO

CIRCULAÇÃO

-  circulação automóvel
-  eixo de via
-  circulação pedonal
-  percurso ciclável

ESTACIONAMENTO

-  estacionamento público de ligeiros - nº de lugares
-  acesso automóvel à parcela
-  acesso automóvel à parcela para cargas e descargas

Fonte: CMVN

Figura 2.9 | Planta de Implantação do PP de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas

2.3.3.3. Plano de Urbanização da Landeira

O Plano de Urbanização de Landeira, aprovado pelo Aviso n.º 1031/2012, de 23 de janeiro, não se encontrava previsto nas Unidades de Planeamento do PDM em vigor, e corresponde a todo o perímetro urbano de Landeira, ou seja, a 44,63 ha.

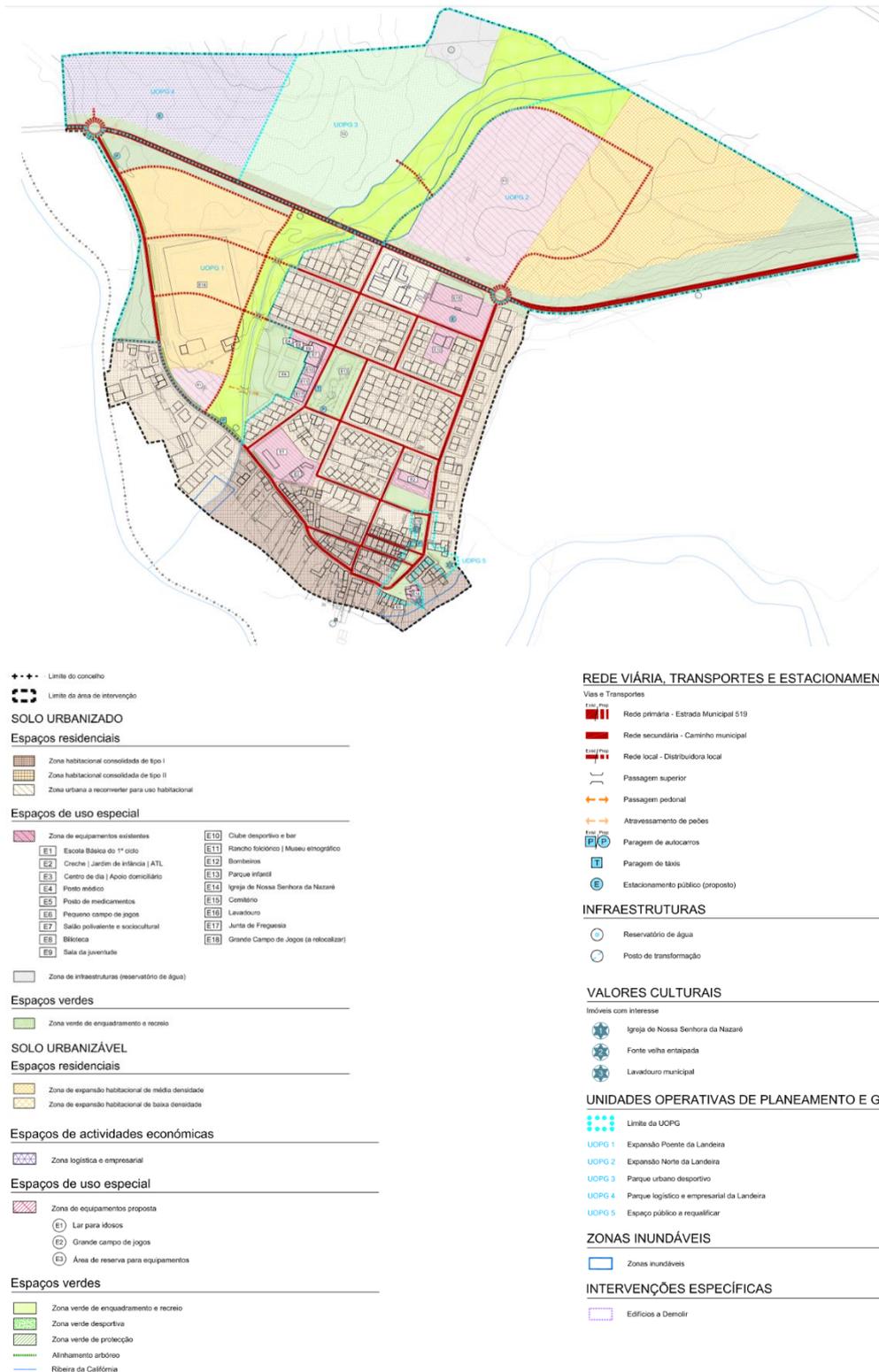
Constituem objetivos do Plano de Urbanização (Artigo 4.º):

- “a) Requalificar a estrutura urbana e racionalizar e programar o crescimento urbano;*
- b) Dotar o aglomerado de uma rede de equipamentos que dê resposta às carências detectadas;*
- c) Prever a criação de novos postos de trabalho e captar novos investimentos;*
- d) Definir uma estrutura ecológica urbana, valorizando as potencialidades ambientais existentes e a integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes;*
- e) Proporcionar à população de diferentes tipologias de zonas verdes de utilização colectiva;*
- f) Estruturar o sistema viário, como opção de qualificação e funcionalidade urbana;*
- g) Beneficiar as infraestruturas urbanas existentes e definir uma rede capaz de dar uma resposta adequada ao desenvolvimento urbano previsto;*
- h) Preservar, recuperar e proteger os valores culturais existentes;*
- i) Definir Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que promovam a execução do plano;*
- j) Definir um quadro normativo que permita a correcta gestão dos espaços definidos.”*

Este Plano de Urbanização delimita 5 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, para as quais deveria ser devolvido um instrumento definidor da organização espacial (mas estes instrumentos não foram concretizados):

- “a) UOPG1 — Expansão Poente da Landeira;*
- b) UOPG2 — Expansão Norte da Landeira;*
- c) UOPG3 — Parque Urbano Desportivo;*
- d) UOPG4 — Plataforma Logística e Empresarial;*
- e) UOPG5 — Espaço Público a Qualificar.”*





Fonte: CMVN

Figura 2.10 | Planta de Zonamento do PU de Landeira

Interessa na Revisão do PDM ponderar as propostas não concretizadas dos planos municipais de ordenamento do território, e a sua integração na nova proposta.

2.3.3.4. Plano de Urbanização de Vendas Novas

Encontra-se em elaboração o Plano de Urbanização de Vendas Novas, previsto no PDM em vigor, cuja decisão de elaboração foi deliberada em reunião da Câmara Municipal de 9 de dezembro de 2015 e publicada em Diário da República pelo Aviso n.º 506/2016, de 18 de janeiro.

De acordo com o n.º 2 da referida Deliberação, o PU visa a *“harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico às gerações presentes e futuras, de acordo com os objetivos abaixo identificados; em conformidade com o disposto na Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo:*

- *Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, criando níveis adequados de densidade urbana que impeçam a degradação do centro urbano, e o desequilíbrio da organização económica e social;*
- *Organizar o território de modo a conter a expansão urbana, e aumentar a resiliência aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética;*
- *Evitar a contaminação do solo, água e ar, eliminando ou minorando os efeitos das substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e ambiente;*
- *Salvaguardar e valorizar a identidade do território;*
- *Regenerar, reabilitar e modernizar o centro urbano, valorizando o património natural, cultural e paisagístico;*
- *Promover a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada”.*

2.3.3.5. Delimitação da ARU de Vendas Novas

Encontra-se delimitada a área de reabilitação urbana de Vendas Novas (2018), apresentada na Figura em baixo, num total de 162 ha, para a qual é definido um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação.



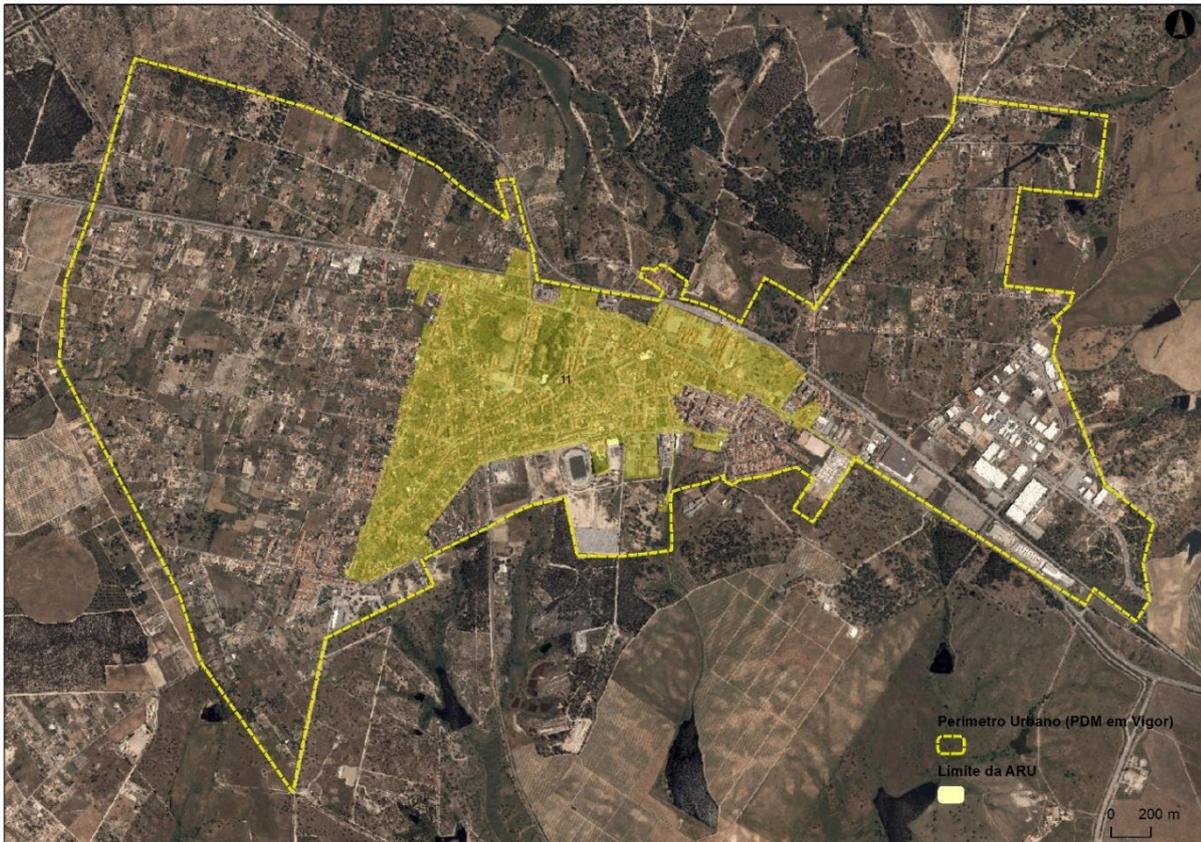


Figura 2.11 | Limite da ARU do município de Vendas Novas

Fonte: CMVN

De acordo com o relatório da delimitação da ARU de Vendas Novas, além dos objetivos definidos no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, foram definidos os seguintes objetivos específicos para a ARU de Vendas Novas:

- Reabilitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro, atrair e fixar mais habitantes para a área central da cidade;
- Captar mais empresas e mais emprego, criar mais serviços e comércio de proximidade. Revitalização do tecido económico na área central da cidade, nomeadamente através da oferta de incentivos específicos à reabilitação dos estabelecimentos comerciais;
- Incentivar a reabilitação urbana, consolidar e requalificar a malha da cidade existente, através da criação de estímulos à reabilitação urbana por parte dos proprietários de edifícios ou frações, nomeadamente incentivos e apoios de natureza financeira e fiscal;
- Reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética
- Reabilitar, preservar e valorizar os principais elementos do património histórico e arquitetónico da cidade;

- Requalificar o espaço público e o ambiente urbano através da concretização de um conjunto de ações estruturantes suportadas em investimento público;
- Animar e revitalizar económica, social e culturalmente a cidade consolidada, através da criação de espaços de produção e fruição cultural, e da criação de um sistema de incentivos à instalação de empresas e profissionais artísticos, culturais e criativos;
- Melhoria das respostas públicas às significativas carências existentes no domínio habitacional para os grupos sociais mais desfavorecidos;
- Promover a mobilidade sustentável, nomeadamente através da melhoria das condições de mobilidade urbana, designadamente no que respeita à promoção da utilização dos modos suaves de deslocação e à eliminação de barreiras arquitetónicas, potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano inclusivo.
- Incentivar a eficiência ambiental, aumentando a resiliência da cidade aos fenómenos extremos.

Ainda de acordo com o Relatório da Delimitação da ARU “A operação de reabilitação urbana incidirá sobre todo o núcleo consolidado da cidade, e deverá passar, não só pelo incentivo à iniciativa privada na reabilitação do edificado residencial e afeto a atividades económicas, mas também, em grande medida, pela realização de diversas ações estruturantes de reabilitação do espaço público, das infraestruturas urbanas, dos espaços verdes de utilização coletiva, equipamentos públicos e o património histórico e arquitetónico.

Considera-se que esta componente terá duplo resultado: regeneração do núcleo consolidado através de intervenções no espaço público dotando-o de melhores condições de conforto e qualidade ambiental e paisagística e, impulsionando os privados a intervir no espaço construído privado. O espaço público e os equipamentos coletivos são encarados como elementos urbanos estruturantes, motores de urbanidade, os quais têm um papel crucial na estruturação da cidade. No entanto esta qualificação deve ser acompanhada pela qualificação do espaço privado (construído ou não). Neste sentido, ao intervir no espaço público e nos equipamentos, espera-se conseguir impulsionar a ação privada, alavancada pelos incentivos fiscais e pela possibilidade de recorrer aos Instrumentos Financeiros disponíveis no presente quadro comunitário.

Esta estratégia deve assumir o espaço público como forma de garantir a coesão e articulação do parque habitacional e dos diversos usos inerentes à vida urbana, servindo de suporte à habitação qualificada, integrada no tecido urbano preexistente, adotando assim um modelo mais sustentável, equilibrado, acessível a todos, com oferta diversificada dirigida a grupos sociais e etários específicos.

As intervenções de regeneração urbana deverão garantir um modelo habitacional mais flexível e atrativo, adaptável às variações de oferta e procura, com uma melhoria generalizada da qualidade dos alojamentos, e uma relação proporcional e equilibrada entre espaço público e espaço construído, com serviços e comércio de proximidade, de forma a atrair e fixar população jovem e convergir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. No modelo regeneração urbana a implementar é essencial a valorização das unidades de vizinhança com equipamentos, comércio e serviços de proximidade e a articulação do parque habitacional com o desenvolvimento sustentável, com promoção da utilização de modos suaves de mobilidade, utilização racional dos meios de transporte motorizados, e com garantia de mobilidade universal”.

Face ao exposto, a reabilitação urbana deve ser encarada com uma das orientações estratégicas para a revisão do PDM de Vendas Novas.



2.3.3.6. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Vendas Novas

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Vendas Novas, de 2015, integra as seguintes componentes, visando a candidatura no âmbito do Portugal 2020:

- Plano de Ação de Regeneração Urbana
- Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas
- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (apresentado no Anexo seguinte).

A visão definida pelo PEDU é a seguinte: *“a afirmação da polarização de VN e dos seus fatores de diferenciação, com enfoque no seu núcleo consolidado, estruturado como espaço multifuncional, fundamental para a coesão municipal”*.

O objetivo global *“é o robustecimento da competitividade de Vendas Novas e o impulso de processos de transformação, impressos através da melhoria dos padrões de urbanidade (que incluem a qualificação do espaço público e reforço da oferta funcional), da melhoria das condições de habitabilidade das comunidades desfavorecidas, do incremento da inovação e cultura, e da consolidação de um modelo ambientalmente sustentável”*.

Constituem objetivos estratégicos:

- *“OE1: Alavancar processos de regeneração urbana, que ultrapassam a transformação espacial e incluem também as várias dimensões sociais, económicas e culturais, através da implementação de projetos que gerem benefícios diretos na qualidade de vida da população e que induzam dinâmicas de transformação urbana e social.*
- *OE2: Afirmação dos fatores de diferenciação, que envolve o desenvolvimento do conhecimento e da inovação com base nas tecnologias artesanais e nos produtos endógenos como a cortiço, paralelamente ao aprofundamento e valorização da cultura local.*
- *OE3: Reforçar as conexões e a mobilidade, num sistema articulado e eficiente, com melhoria da capacidade de resposta (sobretudo nas relações urbano-rurais) e menor impacto ambiental.*
- *OE4: Consolidar a multifuncionalidade numa ótica de diversificação da oferta que sustente o desenvolvimento social e de partilha e troca, animado e diverso.”*

Esta página foi deixada em branco propositadamente





PARTE II - DOMÍNIO BIOFÍSICO E AMBIENTAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA, CLIMA E RECURSOS HIDRICOS

3.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo é elaborada uma apresentação analítica da geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos, elementos base territoriais fulcrais para posterior proposta de plano. Assim, foram consultados o LNEG (1989) e o sítio do SNIRH, para a base geológica e hidrogeológica, respetivamente, bem como o sítio do IPMA e respetivas normais climáticas, e a metodologia de Köppen, constante em Kottek, M., 2006. Ainda foi utilizada informação disponibilizada pela APA e pelo Sniamb, relativas a recursos hídricos

3.2. GEOLOGIA

Para a análise geológica do concelho de Vendas Novas foram utilizadas três cartas geológicas à escala 1:50 000, bem como as respetivas notícias explicativas das folhas 35-C, 35-D e 39-A. Apresenta-se de seguida uma análise resumida das principais formações geológicas encontradas no concelho.

Em termos geoestruturais, o concelho de Vendas Novas está, em grande parte, situado nas designadas Bacias Sedimentares do Tejo e Sado, com exceção de uma pequena área a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas caracterizada pelas unidades estruturais de Zona de Ossa-Morena (ZOM) e Zona Sul Portuguesa (ZSP), estas últimas inseridas no designado Maciço Hespérico, ou substrato hercínico que tem mais de 200 milhões de anos e ocupa mais de dois terços do território de Portugal. O Maciço Hespérico, também conhecido por Maciço Antigo, forma um planalto sobrelevado ao mar, adjacente ao qual se instalaram posteriormente bacias sedimentares, nomeadamente a bacia terciária do Tejo e Sado, que ocupa mais de metade do território em estudo.

Os terrenos têm idades que variam desde o Devónico até ao Quaternário, destacando-se neste último os depósitos de cobertura, de formações metassedimentares cujas litologias se agrupam em: complexo greso-argiloso, argilo-gresoso, cascalheiras, bem como aluviões e depósitos de terraço. Quanto ao substrato hercínico, maioritariamente do período Devónico, o mesmo é caracterizado pela presença, ainda que pequena, de xistos, grauvaques, entre outras formações localizadas a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas, como se pode verificar na Figura 3.1

Assim sendo, grande parte da região abrangida pelo concelho é constituída por duas principais unidades geomorfológicas:

- A que ocupa maior parte do território e se designa de zona mio-pliocénica, caracterizada pela presença do complexo greso-argiloso de Bombel, localizada entre o rio Almansor e a ribeira de Marateca.
- O planalto pliocénico, localizado a Sudoeste da cidade de Vendas Novas, mais perto da margem direita da ribeira de Marateca e que é caracterizado pela presença do complexo greso-argiloso de Pegões.

De seguida descreve-se as principais formações geológicas encontradas neste concelho, aquelas que apresentam maior expressão na área em estudo e são apresentadas do período mais recente para o mais antigo:

Aluviões

Estendem-se ao longo das principais linhas de água que pertencem às seguintes redes hidrográficas:

- Rede Hidrográfica do rio Almansor e seus afluentes
- Rede Hidrográfica da ribeira de Marateca e seus afluentes da margem direita

A espessura das aluviões é variável, podendo em certos casos atingir entre 4 e 10 m. As aluviões são principalmente arenosas. Nos principais vales, tais como o vale do rio Almansor ou da ribeira de Marateca, as aluviões podem apresentar algumas intercalações argilosas ou lodosas.

Depósitos de Terraços

Estão representados ao longo das principais linhas de água do concelho, por areias e cascalheiras de antigos terraços. A norte de Vendas Novas verifica-se em alguns locais ao longo do rio Almansor e na região sul do concelho pode encontrar-se em alguns afluentes da ribeira de Marateca.

Complexo greso-argiloso de Pegões

Os afloramentos deste complexo podem encontrar-se a sudoeste da cidade de Vendas Novas, estendendo-se até próximo da ribeira de Marateca e é constituído por uma mistura de grés argilosos, argilas arenosas, areias amarelo-acastanhadas e areias feldespáticas.

Complexo greso-argiloso de Bombel

Esta formação geológica que ocupa grande parte do concelho é representada por grés argilosos castanho-avermelhados com pequenos seixos e com aspeto de Pliocénico e, mais abaixo, por argilas arenosas acinzentadas, esverdeadas e acastanhadas, por grés argilosos e por algumas areias passando a areolas.

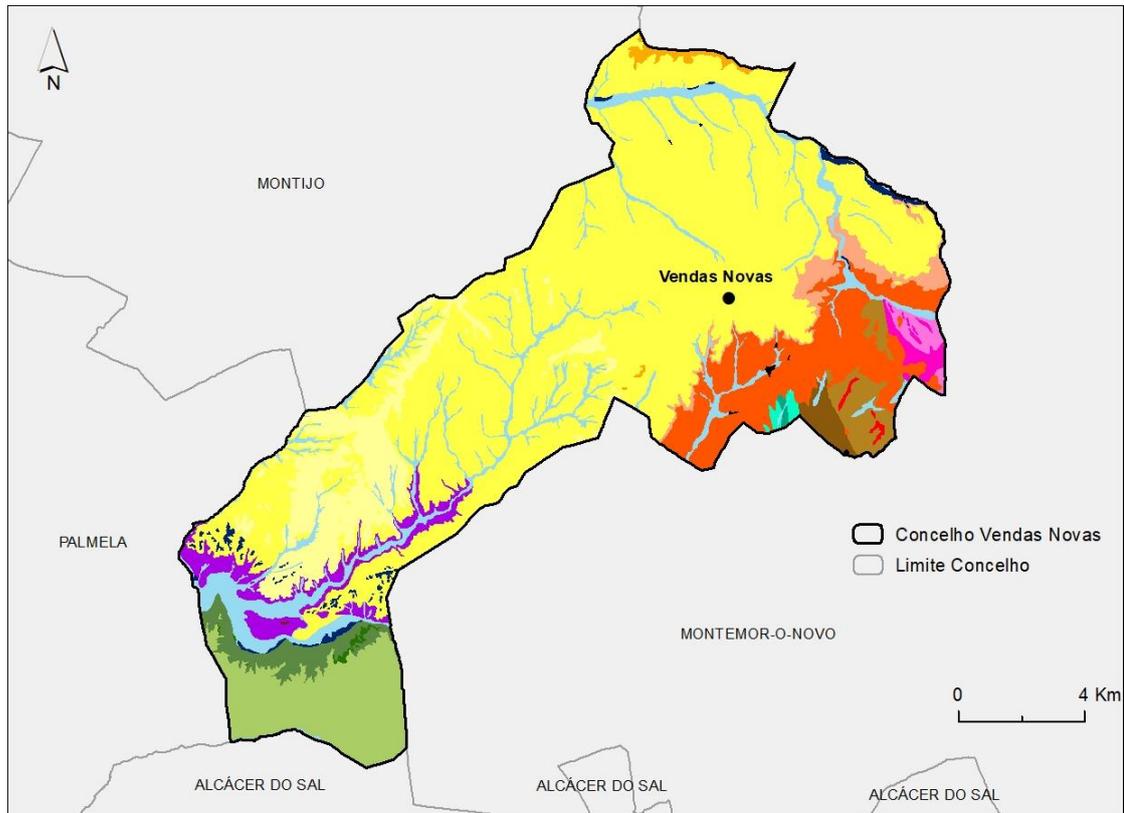
Complexo argilo-gresoso da Landeira

Este complexo ocorre na região sul do concelho de Vendas Novas, aflorando no vale da ribeira de Marateca mas também no vale das bicas

Cascalheiras, grés argilosos e argilas arcóricas com concreções calcárias

Estende-se ao longo do maciço antigo, a sudeste da cidade de Vendas Novas, formando uma auréola que acompanha o bordo oriental da Bacia Terciária do Tejo e Sado. A cerca de 5 km a SE de Vendas Novas, na estrada para Montemor-o-Novo afloram argilas arenosas com muitos seixos.





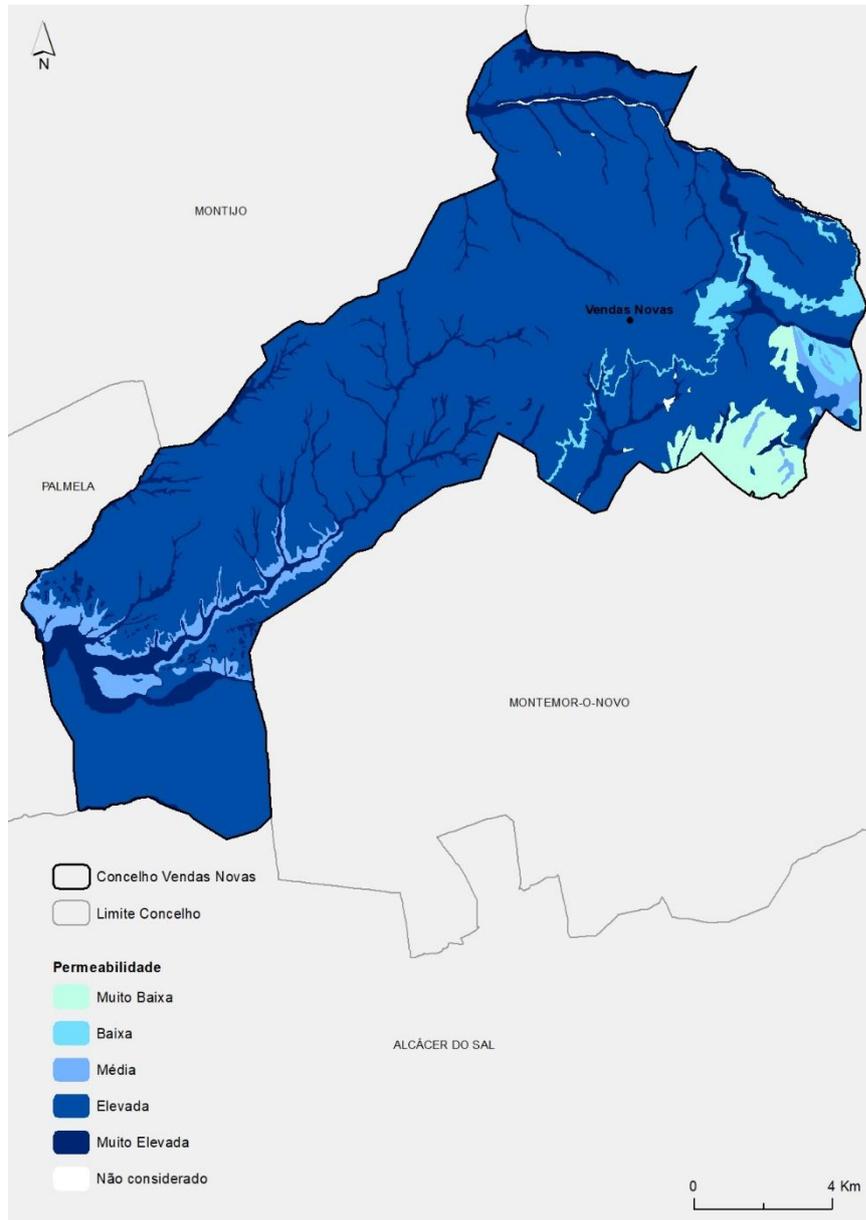
- Açude
- Aluviões
- Depósitos de terraços
- Complexo greso-argiloso de Pegões
- Complexo greso-argiloso de Bombel
- Grés e cascalheiras de planaltos
- Complexo greso-argiloso de Algeruz e do Monte do Pinheiro
- Complexo argilo-gresoso da Landeira
- Complexo argilo-gresoso da Landeira, com zonas calcárias
- Complexo argiloso marinho de Lavre (com níveis conglomeráticos na parte inferior)
- Complexo argilo-gresoso de Marateca
- Complexo argilo-gresoso de Palma e do Vale de Marateca
- Complexo argilo-gresoso de Palma e do Vale de Marateca, com zonas calcárias
- Cascalheiras, grés argilosos e argilas arcóicas; argilas com atapulgite e margas acinzentadas com concreções calcárias
- Formação de Cabrela (Cb): xistos alternando com grauvaques finos e siltitos
- Formação de Cabrela (Cb): xistos alternando com grauvaques finos e siltitos; intercalações de calcários e vulcanitos ácidos
- Quartzitos (metaliditos)
- Formação de Santa Iria (SI): xistos, grauvaques e siltitos subordinados
- Formação de Ribeira de Limas (RL): quartzovaques, quartzofilitos, filitos e raros quartzitos
- Formação de Pulo do Lobo (PL): filitos e quartzofilitos, com abundante quartzo de exsudação, além de quartzovaques e quartzitos subordinados; metabasitos
- Formação de Pulo do Lobo (PL): filitos e quartzofilitos, com abundante quartzo de exsudação, além de quartzovaques e quartzitos subordinados; metabasitos e metavulcanitos ácidos
- Ribeira de Almansor
- Ribeira de Safira
- Ribeira de Vale de Figueira

Fonte: LNEG

Figura 3.1 | Estrato da carta geológica á escala 1:50.000

3.3. HIDROGEOLOGIA

O principal fator físico que influencia a infiltração e circulação das águas subterrâneas de uma determinada região é, sem dúvida, a sua geologia. Como foi referido no ponto anterior, o concelho de Vendas Novas é um território que apresenta na sua maioria uma litologia sedimentar, proveniente das Bacias Sedimentares do Tejo e Sado, com a exceção de uma pequena área a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas, representada pelas litologias ígneas e metamórficas.



Fonte: LNEG

Figura 3.2 | Hidrogeologia

O concelho de Vendas Novas é dividido por duas grandes bacias hidrográficas: a norte da cidade de Vendas Novas as águas escoam para a Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, enquanto que a sul as águas escoam para a Bacia do Rio Sado. Do ponto de vista hidrogeológico a situação não é tão simples, uma vez que as bacias hidrogeológicas de ambos os rios estão interligadas por aquíferos



comuns. As rochas sedimentares constituem um sistema aquífero poroso de produtividade elevada como se pode perceber na Figura 3.2, enquanto que as rochas ígneas e metamórficas constituem aquíferos fissurados, neste caso de produtividade baixa.

3.4. CLIMA

O conhecimento do ambiente climático de um país ou região é fundamental para se perceber as suas paisagens e o quadro de vida dos seus habitantes antes de se proceder a uma tentativa de ordenamento sustentado do território. Ainda que o continente português seja um território pequeno face aos vizinhos europeus, não é de todo homogéneo em termos climáticos. Uma vez que se estende em latitude é possível encontrar-se variações climáticas de norte a sul do país mas também do litoral para o interior. Assim, os temas aqui expostos resultam de uma escolha que visa compreender o ambiente climático do território de Vendas Novas, nomeadamente temperatura e precipitação, cuja distribuição espacial e variação no tempo fixam as características do balanço hídrico.

O território de Vendas Novas está claramente inserido na região climática que, segundo a classificação de Koppen é caracterizada por um clima temperado com inverno chuvoso e verão quente e seco (Csa), como se pode verificar na figura seguinte. A classificação climática de Koppen é uma classificação global dos tipos climáticos que considera na sua génese valores médios anuais e mensais de temperatura do ar e precipitação, mas também aspetos fitossociológicos.

Para uma análise mais pormenorizada do clima em Vendas Novas foram utilizados os apuramentos estatísticos das normais climatológicas nesse local, ou seja, o valor médio correspondente a um número de anos suficiente para se poder admitir que ele representa o valor predominante daquele elemento climático no local considerado.



Fonte: Adaptado de IPMA 2020

Figura 3.3 | Classificação climática de Koppen

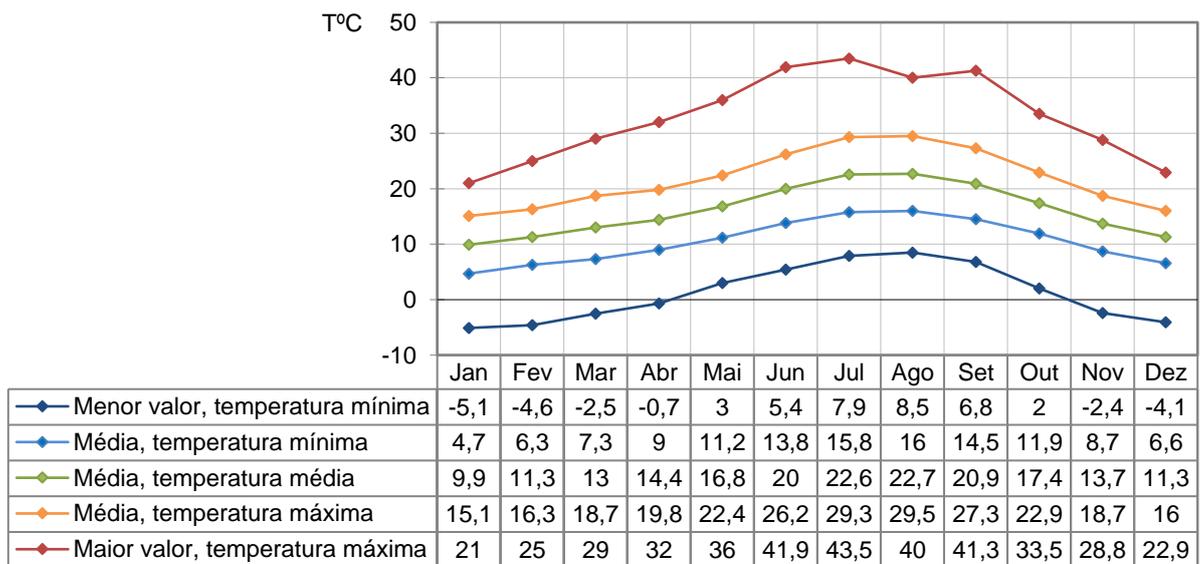
Face à ausência de uma estação climatológica com dados relevantes para a análise da temperatura do ar e precipitação no território de Vendas Novas, foram utilizados os resultados das normais climatológicas de 1971-2010, as últimas disponíveis pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), da estação mais próxima do concelho – Setúbal. Localizada a uma latitude de 38°32'norte e longitude de 08°53' oeste, a estação de Setúbal fica a uma altitude de 35 metros e dista aproximadamente 45km da cidade de Vendas Novas.

Assim, face à análise do gráfico que a seguir se apresenta, é possível perceber o carácter mediterrânico que envolve o clima da região em estudo. A época estival, em que se registam temperaturas médias mensais acima dos 20°C, estende-se de junho a setembro. Nos meses de Inverno, de dezembro a fevereiro, registam-se temperaturas médias entre os 11°C e os 9°C.

A temperatura mais alta verifica-se nos meses de junho, julho e agosto, com o registo do maior valor de temperatura máxima a rondar 43,5°C no mês de julho. A temperatura mais baixa regista-se no mês de janeiro, com um valor a rondar os 5,1°C negativos.

A amplitude térmica anual ronda os 12,8°C, o que comparando com outras regiões do interior alentejano não chega a ser tão acentuada, uma vez que a proximidade atlântica atenua o calor nos meses mais quentes e o frio nos meses mais frios.

Gráfico 3.1 | Temperatura do ar, normais climatológicas (1971-2010) para a Estação de Setúbal



Fonte: IPMA, <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>

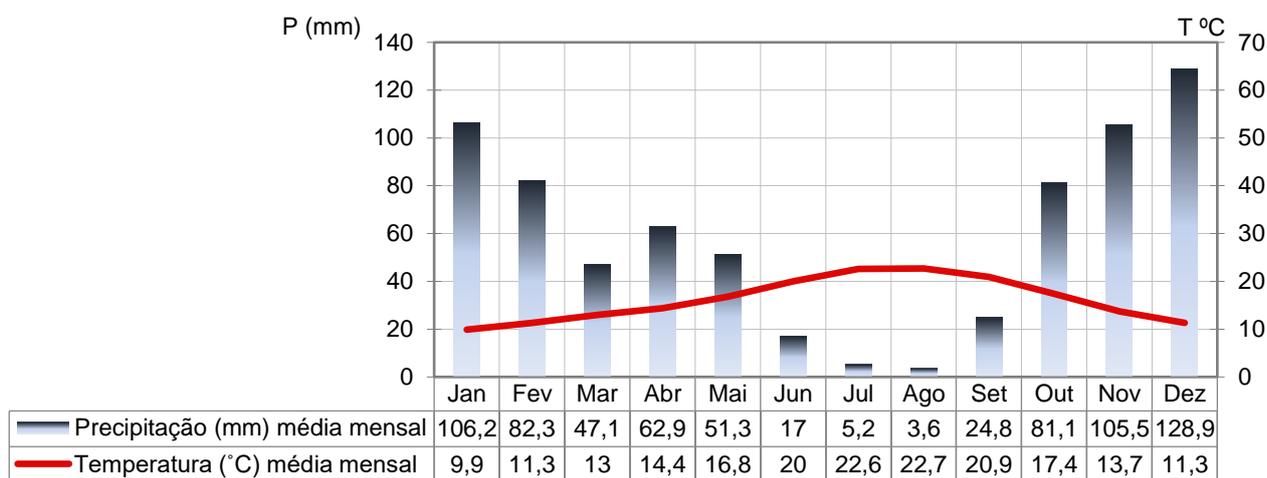
O Gráfico 3.2 representa valores médios mensais de temperatura e precipitação onde se consegue identificar quatro meses vincadamente secos, são eles os meses estivais: junho, julho, agosto e setembro, sendo que junho, julho e agosto apresentam valores abaixo dos 20 mm de precipitação. Os meses mais chuvosos coincidem com os meses de inverno e chegam a ultrapassar os 100 mm mensais de precipitação, são eles: novembro, dezembro e janeiro, sendo dezembro o mês mais chuvoso chegando a registar valores superiores a 120 mm de precipitação.

As principais causas deste comportamento relacionam-se com a influência do Anticiclone dos Açores durante o verão e com a passagem de perturbações frontais na estação mais fria, que induzem respetivamente, menores e maiores precipitações. Os valores pluviométricos são ainda



influenciados pela chegada de ar continental oriundo do interior da Península Ibérica e que, devido à menor humidade, constitui um fator limitante à ocorrência de precipitações abundantes.

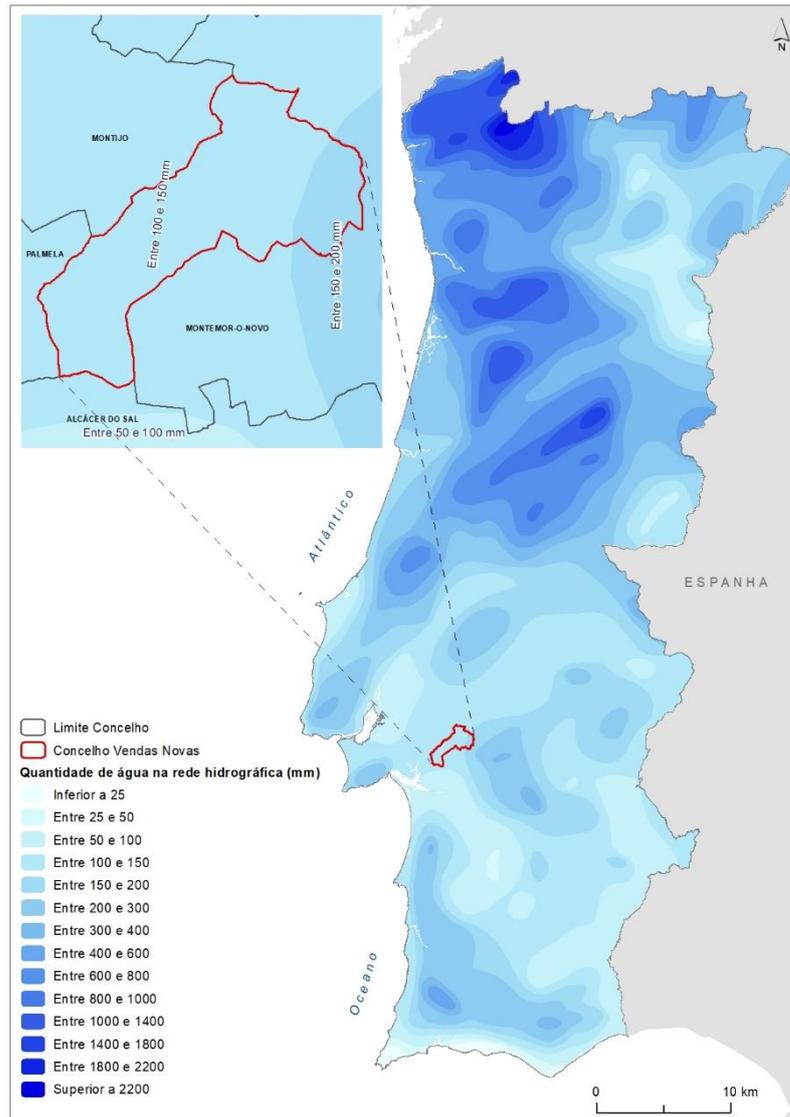
Gráfico 3.2 | Gráfico termopluiométrico: normais de precipitação e temperatura de Setúbal, 1970-2010



Fonte: IPMA, <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>

3.5. RECURSOS HÍDRICOS

No que respeita aos recursos hídricos superficiais, a sua distribuição espacial, em Portugal, mostra grandes contrastes, consequentes da desigual repartição da precipitação, dos contrastes térmicos e de evapotranspiração. Para além de uma desigualdade espacial, a irregularidade temporal também é uma característica hidrológica marcante no território português. De facto, em Portugal, grande parte do escoamento concentra-se no semestre húmido, de outubro a março, enquanto o semestre seco estende-se de abril a setembro e é marcado por uma diminuição do escoamento superficial. O contraste norte-sul também é bastante evidente, verificando-se balanços hídricos positivos nas bacias hidrográficas do norte e negativos nas bacias hidrográficas do sul, sendo a cordilheira central o limite geográfico entre as duas regiões. Na Figura 3.4 pode identificar-se a posição que o concelho de Vendas Novas ocupa face aos valores médios anuais de escoamento para o território continental, ocupando grande parte do território concelhio a faixa entre os 100 e 150 mm.



Fonte: SNIAmb, Atlas do Ambiente, 2020

Figura 3.4 | Valores médios anuais de escoamento

Em Portugal, as bacias hidrográficas com maior excesso de água são as do Cávado e Lima, situadas na região noroeste, sendo as de maior escassez as do rio Guadiana e Sado. Como se pode ver na Figura seguinte, o concelho de Vendas Novas está inserido em duas regiões hidrográficas: a do Tejo, que preenche a região a norte da cidade de Vendas Novas e ocupa uma área de 57,36 km², é composta por ribeiras afluentes do rio Almansor, ou ribeira de Canha, este servindo de fronteira física de parte do concelho de Vendas Novas e Montemor-o-Novo. E a região hidrográfica do Sado e Mira que preenche a restante parte do território concelhio e ocupa uma área de 165 km², composta por ribeiras que vão drenar à ribeira da Marateca, ribeira afluente da margem direita do rio Sado.

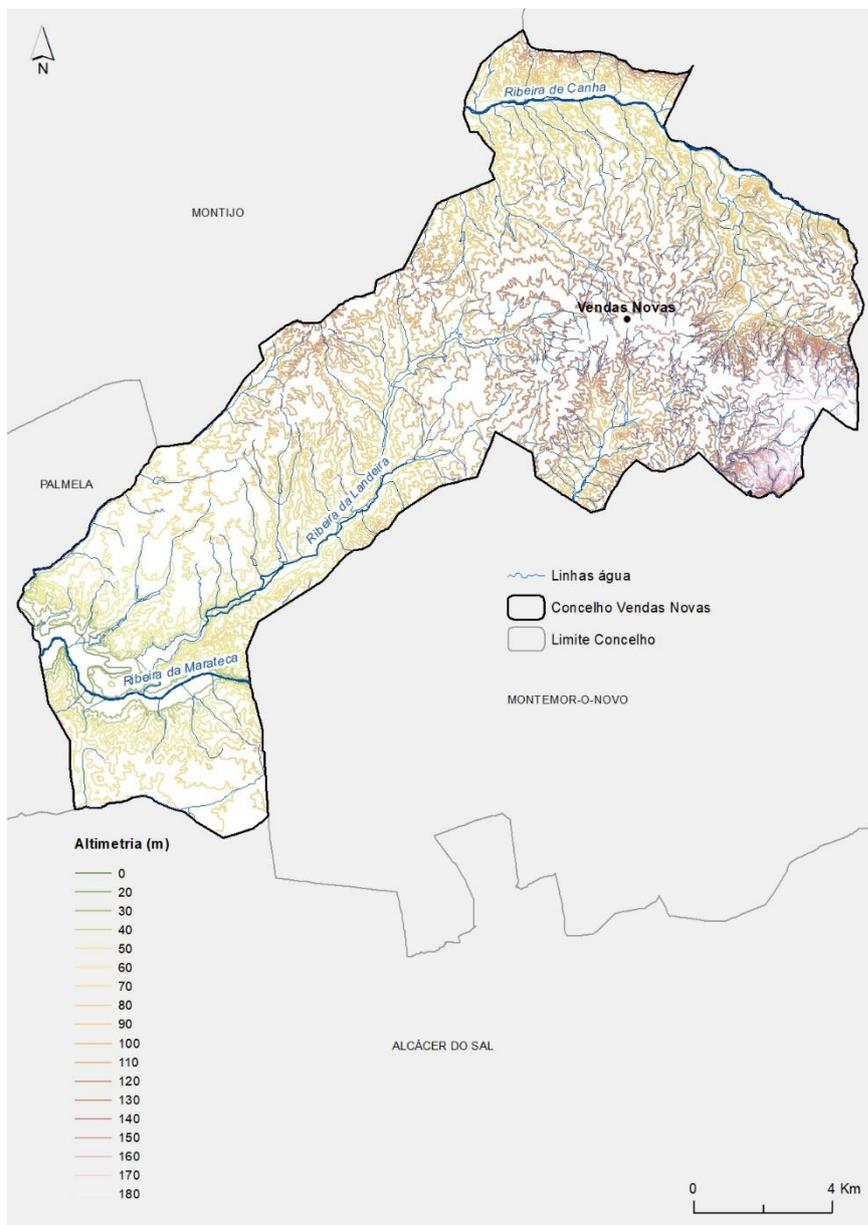




Fonte: SNIAmb, Atlas do Ambiente, 2020

Figura 3.5 | Localização do município de Vendas Novas nas regiões hidrográficas do Tejo e Sado e Mira

Na Figura 3.6 observam-se os principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas, destacando-se, de sul para norte, três ribeiras de dimensões consideráveis, Ribeira da Marateca, Ribeira da Landeira e Ribeira de Canha, ou Rio Almansor. A rede hidrográfica destas três ribeiras, juntamente com os seus afluentes, preenche na sua maioria a área do concelho.



Fonte: SNIAmb, Atlas do Ambiente, 2020

Figura 3.6 | Principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas



4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E MORFOLOGIA DA PAISAGEM

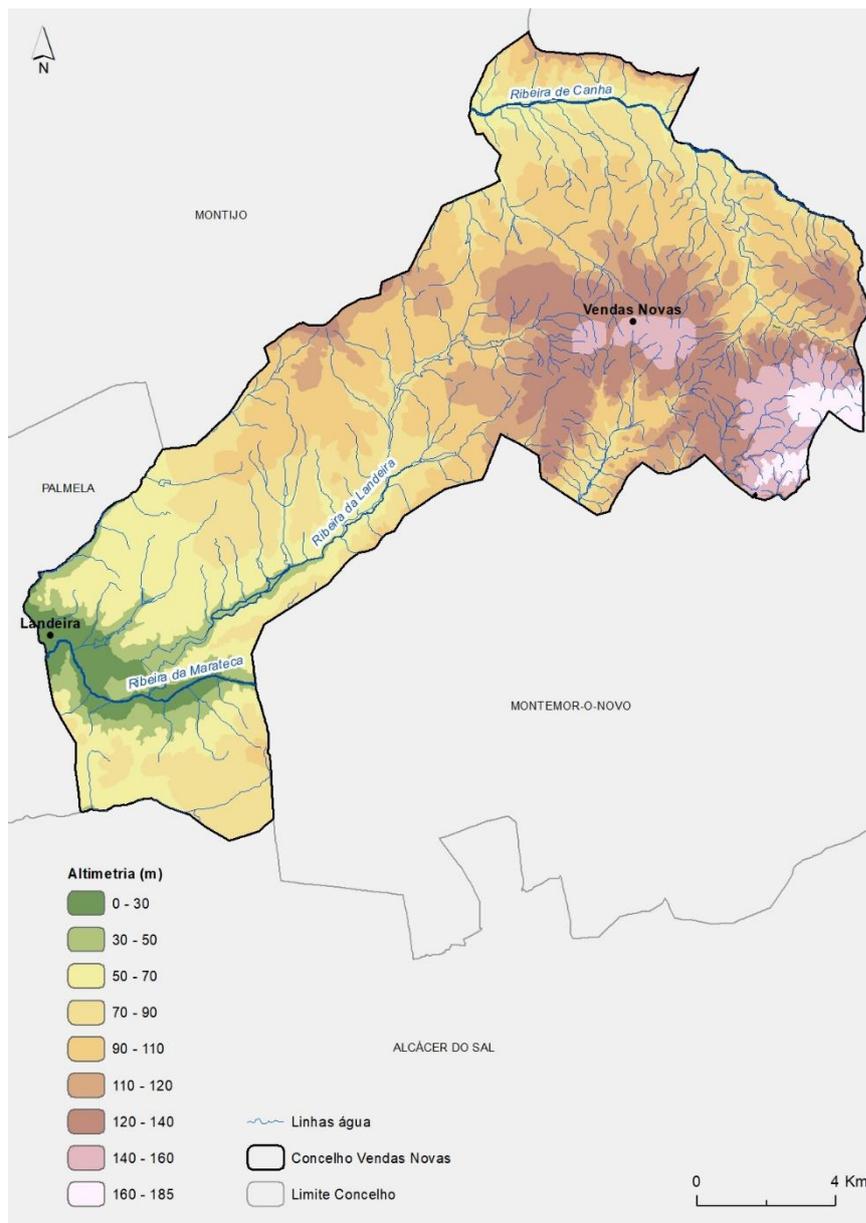
4.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

A caracterização biofísica e morfologia da paisagem inicia-se pela análise fisiográfica, tendo como base o modelo digital de terreno a partir do qual foram desenvolvidas as cartas hipsométrica, de declives e de exposição de vertentes. Após esta abordagem, a análise centra-se na avaliação do uso do solo entre 1995 e 2018 tendo como base a COS (carta de ocupação do solo) produzida pela DGT. Por fim, identificadas as características morfológicas e de uso do solo, são identificadas as unidades de paisagem, presentes no Município, tendo como base a publicação da ex-DGOTDU (Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental, 2011).

4.2. ANÁLISE FISIOGRÁFICA

4.2.1. Hipsometria

No território de Vendas Novas, como se pode observar na Figura 4.1, não se encontram variações altimétricas muito significativas, os valores de altitude variam entre a cota 0 e os 185 metros de altitude. No entanto, podem individualizar-se duas regiões distintas: A região sul do concelho, nas imediações da localidade de Landeiras e envolvente da Ribeira de Marateca, com cotas de altitude a variar entre os 0 e os 70 metros, e a região a norte, incluindo a cidade de Vendas Novas, a zona limítrofe do concelho, fronteira com Montemor-o-Novo e imediações da estrada nacional em direção à povoação de Silveiras, apresentando cotas que variam entre os 120 e os 185 metros de altitude. Assim, excetuando estas duas regiões, pode verificar-se que grande parte do território de Vendas Novas encontra-se a uma cota que varia entre os 70 e os 110 metros de altitude.



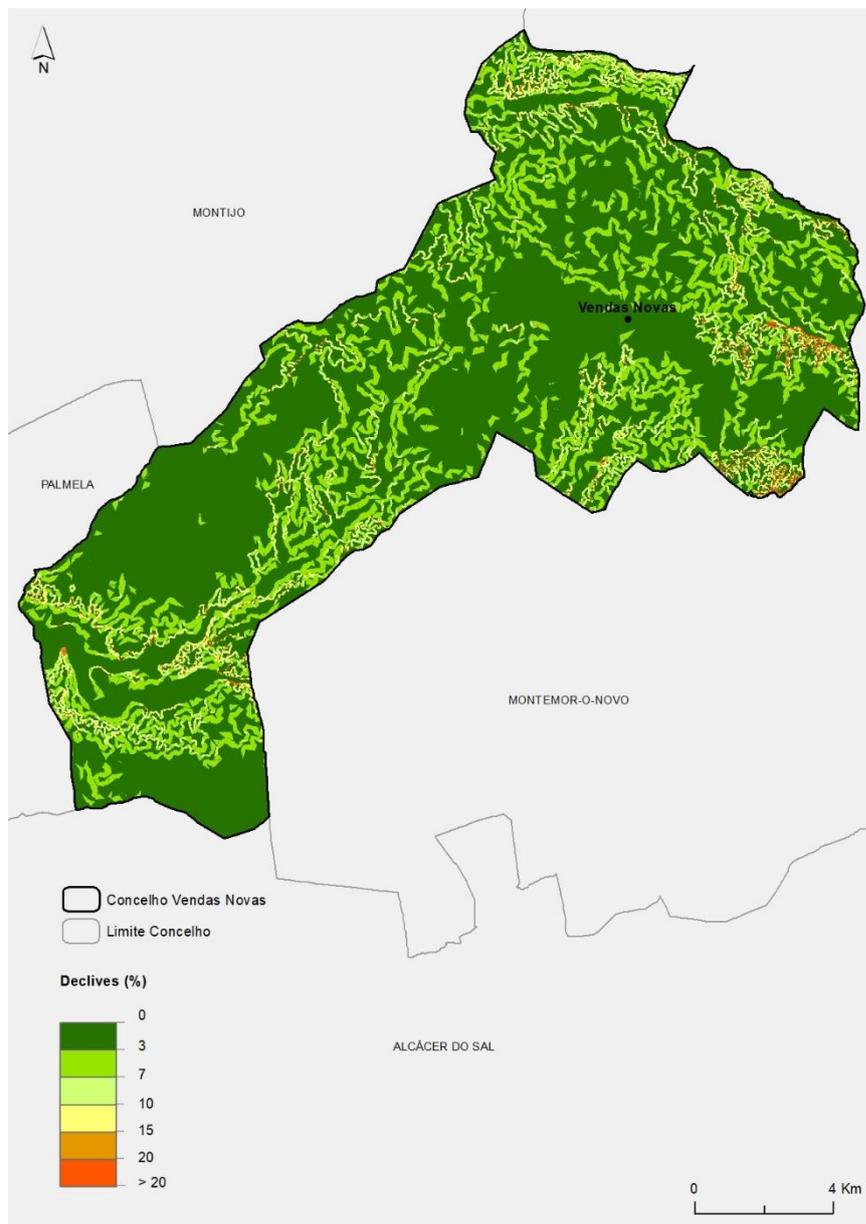
Fonte: cartografia de base

Figura 4.1 | Hipsometria

4.2.2. Declives

Como já referido, o relevo no concelho de Vendas Novas é pouco acidentado. Na Figura 4.2 pode observar-se a realidade predominantemente plana do território, com grande parte do mesmo a apresentar declives na ordem dos 0 a 3%. É nas áreas circundantes às principais ribeiras que se pode observar um declive um pouco mais elevado, ainda assim variando entre os 3 a 7%, evidenciando um pouco mais o vale mas atenuando para o interior. É no setor a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas que se podem observar os declives superiores a 20%.



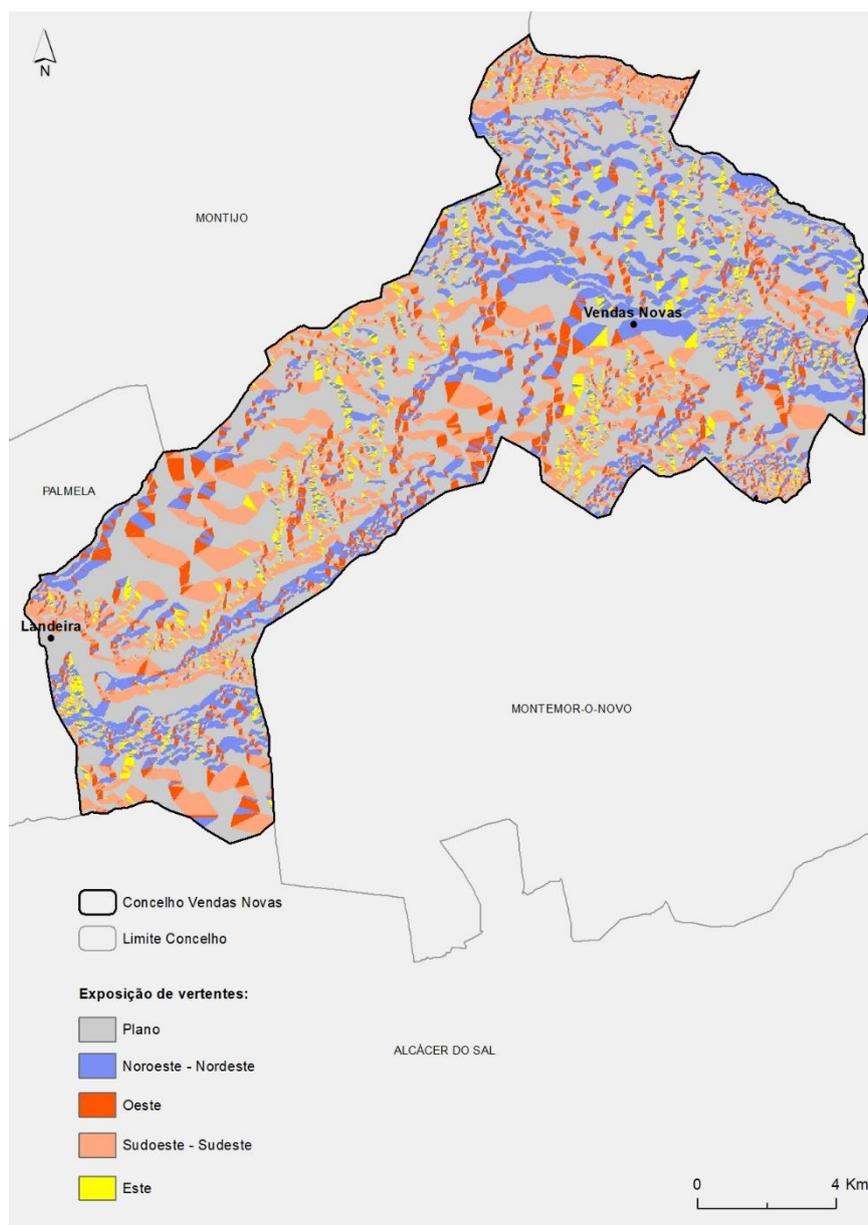


Fonte: cartografia de base

Figura 4.2 | Declives

4.2.3. Exposições das vertentes

No que diz respeito à orientação das encostas, é possível perceber o carácter predominantemente plano do território através da análise da Figura 4.3, sendo essa categoria apresentada a cinzento. Por forma a simplificar a variação de cores e respetiva análise da exposição das encostas optou-se por representar com cores quentes as encostas expostas de Sudoeste a Sudeste e com cores frias as encostas expostas de Noroeste a Nordeste. Assim, pode verificar-se que as encostas mais soalheiras estão localizadas no centro do concelho, sensivelmente entre a localidade de Landeira e a cidade de Vendas Novas, enquanto que as encostas mais umbrias, ou seja, opostas à culminação do sol, se encontram notavelmente localizadas a norte da cidade de Vendas Novas e também a sul de Landeira.



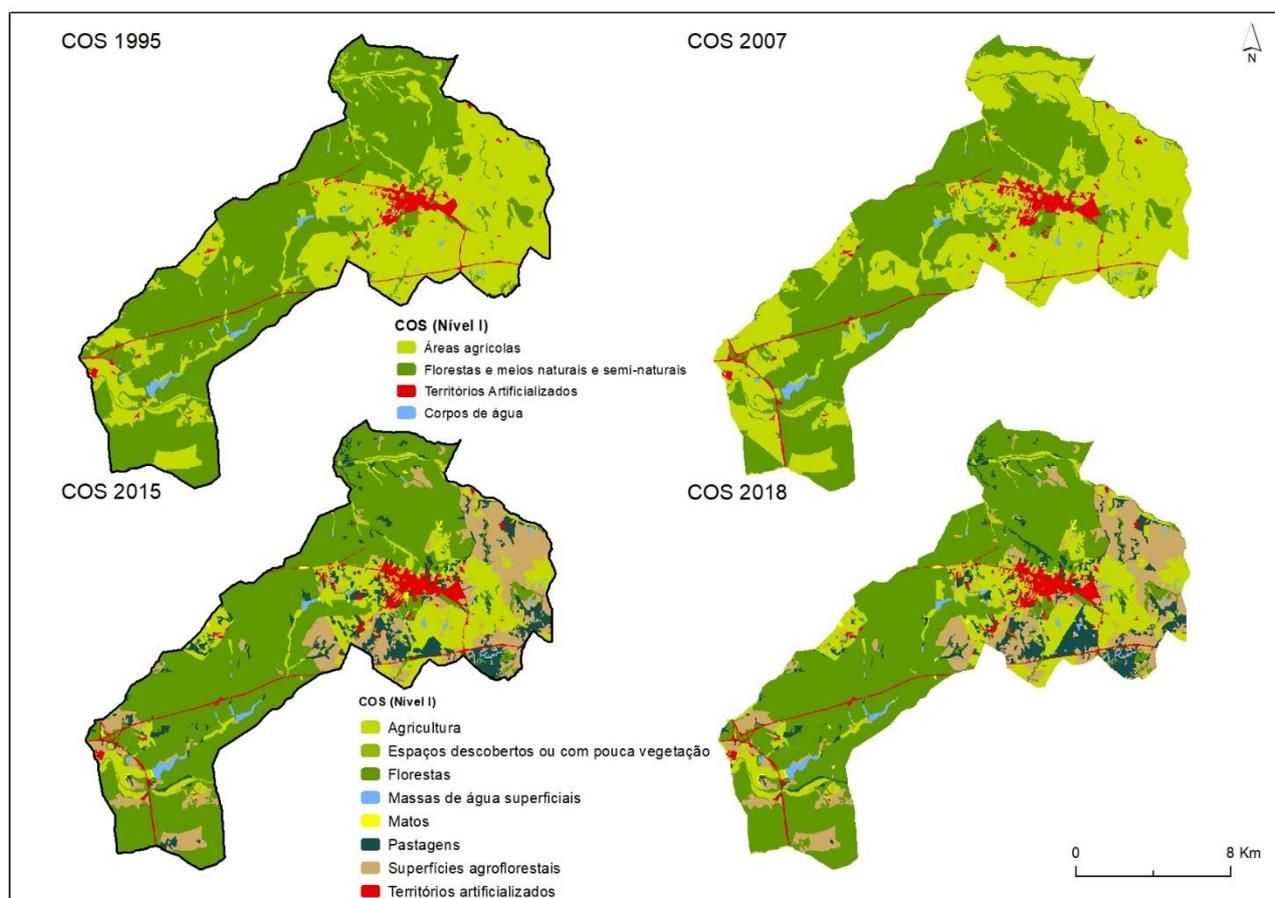
Fonte: cartografia de base

Figura 4.3 | Exposição de vertentes



4.2.4. Uso do Solo

Na Figura 4.4 apresenta-se a síntese da ocupação do solo no território do município de Vendas Novas, tendo em conta a informação constante nas Cartas de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 1995, 2007, 2015 e 2018, agrupada pelo código de Nível I. Independentemente das classes de Nível I serem distintas entre os grupos da COS 1995/2007 e da COS 2015/2018, a leitura desta Figura permite destacar algumas tendências de evolução, também representadas no Quadro 3.1. Por questão de comparabilidade entre classes, apresenta-se a variação 1995-2007 e 2015-2018, sem prejuízo de constituírem períodos de dimensão diferente.



Fonte: COS 1995, COS 2007, COS 2015 e COS 2018

Figura 4.4 | Evolução do uso do solo no município de Vendas Novas – comparação da COS 1995, 2007, 2015 e 2018 (Nível I)

Em ambos os períodos, verifica-se uma redução do uso florestal e meios naturais e seminaturais (onde na COS 2015 e 2018 se incluem os Matos):

- As “florestas e meios naturais e seminaturais” diminuíram 15,63% entre 1995 e 2007.
- Entre 2015 e 2018, a área das “florestas” manteve-se semelhante, mas os “Matos” e os “Espaços descobertos ou com vegetação esparsa/ Espaços descobertos ou com pouca vegetação” sofreram uma redução.

As “áreas agrícolas e agro-florestais” apresentam um significativo acréscimo entre 1995 e 2007 (18,75%), e entre 2015 e 2018 mantém-se o acréscimo nos “Sistemas agro-florestais/Superfícies agroflorestais” (4,20%), apesar de um decréscimo da “Agricultura” e das “Pastagens”.

Sobressai um importante acréscimo dos “Territórios artificializados”, especialmente no período 1995-2007 (28,34%), aumentando ainda 1,66% entre 2015-2018, sendo que o aumento dos territórios artificializados entre 1995 e 2018 se situa nos 36,29%.

Quadro 4.1 | Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 1995, 2004, 2015 e 208

Nomenclatura	Área ocupada (ha)		Varição (%)
	COS 1995	COS 2007	1995-2007
Territórios artificializados	628,9	807,16	28,34
Áreas agrícolas e agro-florestais	9142,16	10856,71	18,75
Florestas e meios naturais e semi-naturais	12267,49	10350,2	-15,63
Corpos de água	200,35	224,8	12,20

Nomenclatura	Área ocupada (ha)		Varição (%)
	COS 2015	COS 2018	2015-2018
Territórios artificializados	843,18	857,14	1,66
Agricultura	3781,85	3657,17	-3,30
Sistemas agro-florestais/Superfícies agroflorestais	3352,63	3493,44	4,20
Pastagens	1700,68	1637,57	-3,71
Florestas	12233,00	12265,49	0,27
Matos	75,87	65,61	-13,52
Espaços descobertos ou com vegetação esparsa/ Espaços descobertos ou com pouca vegetação	4,70	2,31	-50,85
Corpos de água/ Massas de água superficiais	246,98	260,15	5,33

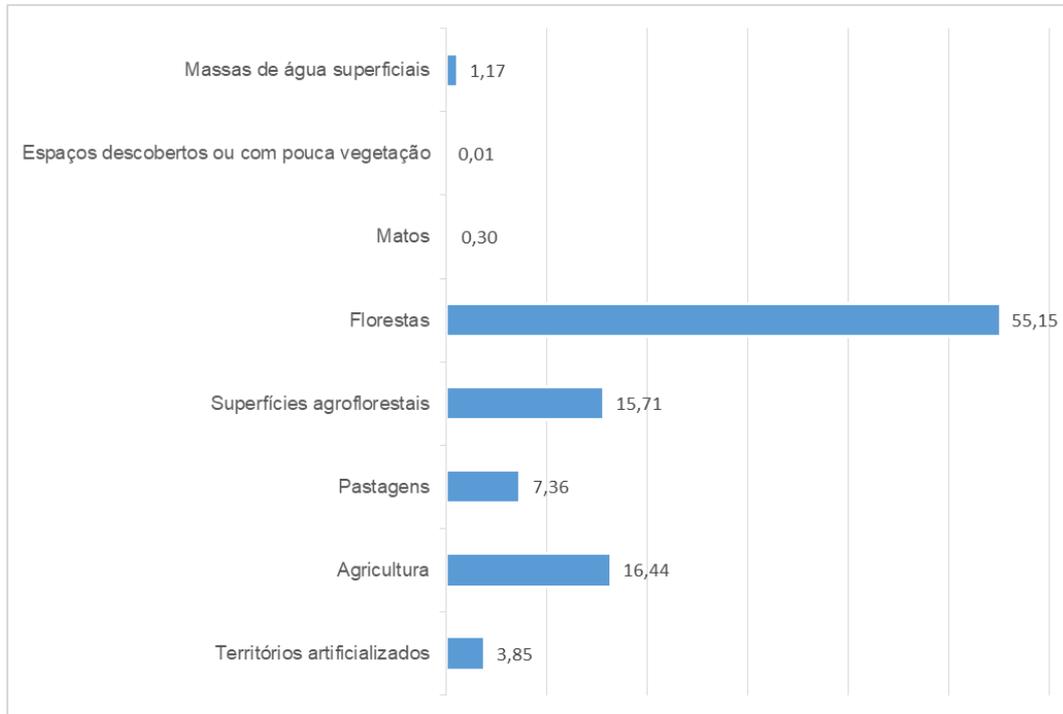
Nomenclatura	Varição (%)
	1995-2018
Territórios artificializados	36,29

Fonte: COS 1995, 2007, 2015 e 2018

Contudo, verifica-se que os territórios artificializados, mesmo em 2018, representam apenas 3,85% do município (Gráfico 4.1). Por outro lado, em 2018 mais de metade do município (55,15%) corresponde a Florestas (que registaram uma redução entre 1995-2007), e é também relevante a ocupação agrícola – 16,44% de Agricultura, 15,71% de Superfícies agroflorestais

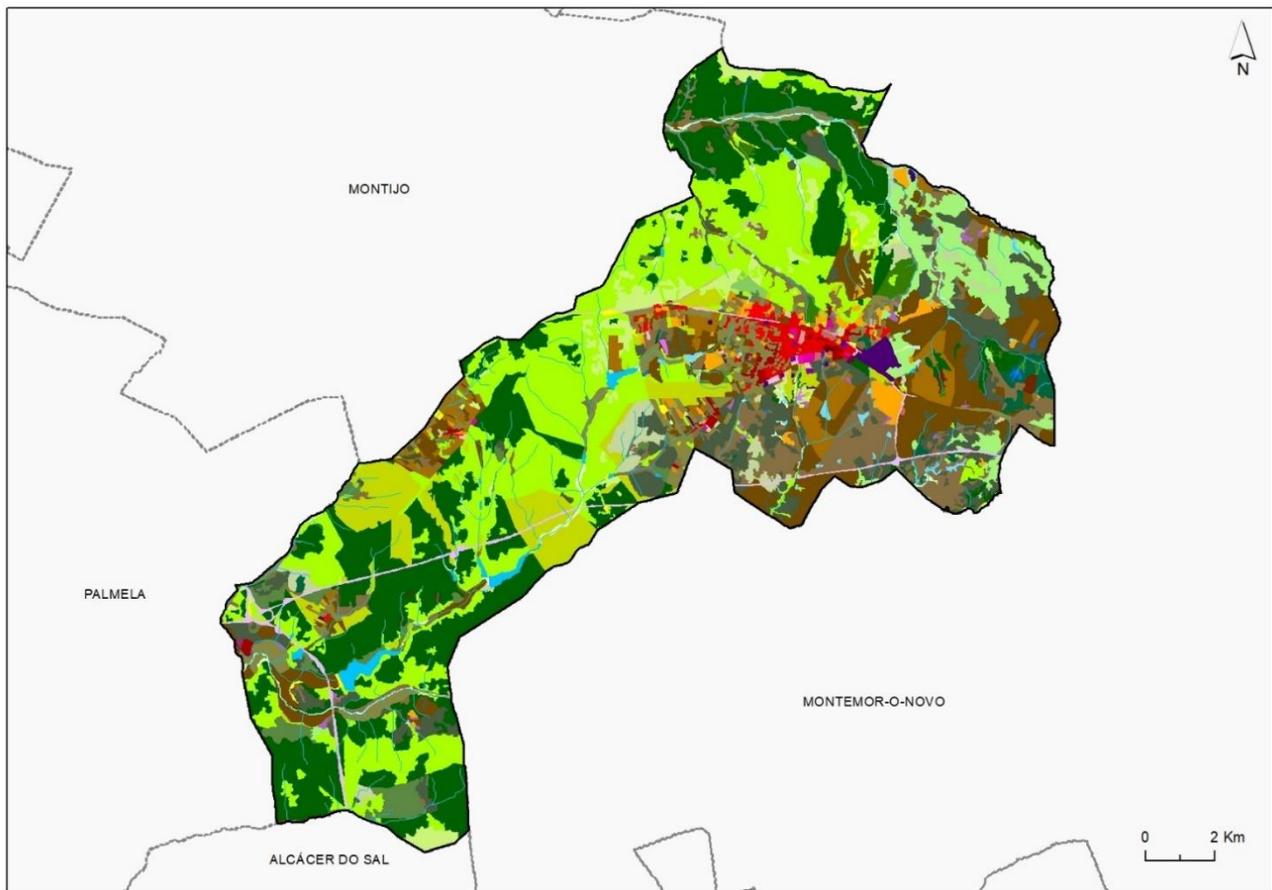


Gráfico 4.1 | Distribuição do Uso do Solo – COS 2018, Nível I



Fonte: COS 2018

Na Figura e Quadro seguintes, é apresentada a distribuição das classes de uso do solo de nível V.



COS 2018 (Nível V)

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ■ Tecido edificado contínuo predominantemente vertical ■ Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal ■ Tecido edificado descontínuo ■ Tecido edificado descontínuo esparsos ■ Áreas de estacionamento e logradouros ■ Espaços vazios sem construção ■ Indústria ■ Comércio ■ Instalações agrícolas ■ Infraestruturas de produção de energia renovável ■ Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais ■ Rede viária e espaços associados ■ Rede ferroviária e espaços associados ■ Pedreiras ■ Lixeiros e Sucatas ■ Áreas em construção ■ Instalações desportivas ■ Equipamentos de lazer ■ Cemitérios ■ Outros equipamentos e instalações turísticas ■ Parques e jardins ■ Culturas temporárias de sequeiro e regadio ■ Arrozais ■ Vinhas ■ Pomares ■ Olivais ■ Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha ■ Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar | <ul style="list-style-type: none"> ■ Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival ■ Mosaicos culturais e parcelares complexos ■ Agricultura com espaços naturais e seminaturais ■ Agricultura protegida e viveiros ■ Pastagens melhoradas ■ Pastagens espontâneas ■ SAF de sobreiro ■ SAF de azinheira ■ SAF de pinheiro manso ■ SAF de outras espécies ■ SAF de sobreiro com azinheira ■ SAF de outras misturas ■ Florestas de sobreiro ■ Florestas de azinheira ■ Florestas de outros carvalhos ■ Florestas de castanheiro ■ Florestas de eucalipto ■ Florestas de outras folhosas ■ Florestas de pinheiro bravo ■ Florestas de pinheiro manso ■ Florestas de outras resinosas ■ Matos ■ Vegetação esparsa ■ Cursos de água naturais ■ Lagos e lagoas interiores artificiais ■ Albufeiras de barragens ■ Albufeiras de represas ou de açudes ■ Charcas |
|--|--|

Fonte: COS 2018

Figura 4.5 | Uso do solo no município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)



Quadro 4.2 | Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)

COS 2018 – Nível V Classe	Área	
	ha	%
1.1.1.1 Tecido edificado contínuo predominantemente vertical	10,02	0,05
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	87,58	0,39
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	190,81	0,86
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esparsos	63,9	0,29
1.1.3.2 Espaços vazios sem construção	16,2	0,07
1.2.1.1 Indústria	104,33	0,47
1.2.2.1 Comércio	10,75	0,05
1.2.3.1 Instalações agrícolas	53,68	0,24
1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	10,56	0,05
1.4.1.1 Rede viária e espaços associados	236,06	1,06
1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados	12,17	0,05
1.5.1.2 Pedreiras	6,39	0,03
1.5.3.1 Áreas em construção	4,05	0,02
1.6.1.2 Instalações desportivas	26,05	0,12
1.6.4.1 Cemitérios	3,91	0,02
1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	15,39	0,07
1.7.1.1 Parques e jardins	5,29	0,02
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1965,86	8,84
2.1.1.2 Arrozaís	293,04	1,32
2.2.1.1 Vinhas	572,12	2,57
2.2.2.1 Pomares	59,1	0,27
2.2.3.1 Olivais	256,87	1,16
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	7,51	0,03
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	498,59	2,24
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3,03	0,01
2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	1,05	0,00
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	1573,17	7,07
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	64,4	0,29
4.1.1.1 SAF de sobreiro	1588,53	7,14
4.1.1.2 SAF de azinheira	171,56	0,77
4.1.1.4 SAF de pinheiro manso	428,85	1,93
4.1.1.5 SAF de outras espécies	38,12	0,17
4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	876,2	3,94
4.1.1.7 SAF de outras misturas	390,18	1,75
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	5015,85	22,55
5.1.1.2 Florestas de azinheira	143,07	0,64

COS 2018 – Nível V	Área	
	ha	%
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	1282,27	5,77
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	256,55	1,15
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	598,48	2,69
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	4953,9	22,28
5.1.2.3 Florestas de outras resinosas	15,37	0,07
6.1.1.1 Matos	65,61	0,30
7.1.3.1 Vegetação esparsa	2,31	0,01
9.1.1.1 Cursos de água naturais	0,07	0,00
9.1.2.1 Lagos e lagoas interiores artificiais	15,99	0,07
9.1.2.3 Albufeiras de barragens	159,66	0,72
9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes	73,94	0,33
9.1.2.5 Charcas	10,49	0,05

Fonte: COS 2018

4.3. PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA

4.3.1. Paisagem

Neste capítulo pretende-se caracterizar a paisagem do município de Vendas Novas tendo em conta o objetivo final do plano que consiste na apresentação de propostas concretas no que se refere ao regime de uso e ocupação do solo, bem como no que se refere a eventuais medidas de gestão.

De acordo com as orientações da Direção-Geral do Território (ex-DGOTDU, 2011)² para a incorporação do estudo da paisagem na Revisão do PDM, o mesmo deverá obedecer a três etapas principais: Análise / Diagnóstico, Proposta e Gestão da Paisagem. A identificação e caracterização das unidades de paisagem constitui, assim, o elemento central do estudo da paisagem na Fase 1 da Revisão do PDM (Estudos de Caracterização e Diagnóstico).

Nesta fase os principais aspetos analisados prendem-se com fatores de ordem funcional, estrutural e visual. O fator paisagem é analisado em duas vertentes complementares:

- Componentes da paisagem/ estruturas do território: estruturas morfológicas, estruturas antrópicas e ocupação do território;
- Unidades de paisagem: compreende a definição e caracterização das unidades de paisagem.

Procurou-se que a análise da paisagem não constituísse um simples somatório das diferentes componentes da mesma, mas tivesse como base uma perspetiva integrada dos diferentes fatores.

Estruturas morfológicas e uso do solo

O município apresenta uma topografia pouco acentuada, onde se integram duas linhas de água com algum significado: Ribeira da Marateca e Ribeira da Canha.

² 2011. DGOTDU. A Paisagem da Revisão dos PDM – Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem no Âmbito Municipal



As estruturas antrópicas compõem-se de elementos que resultam da ação do homem sobre o meio e influenciam, de uma forma positiva ou negativa, a estrutura da paisagem.

Relacionam-se aqui elementos do passado e da atualidade, materializando-se em elementos edificados elementos patrimoniais, aglomerados populacionais tradicionais, aglomerados populacionais caracterizados pela dispersão e elementos agrícolas e florestais. Relativamente a estes últimos, refere-se que a atividade florestal constituiu uma atividade fulcral no município correspondendo ao uso do solo com maior representatividade no município.

A paisagem do Município de Vendas Novas é assinalada pela presença de um território pouco acidentado com o predomínio de zonas florestais e áreas agrícolas. Estas particularidades encontram-se intimamente associados à própria morfologia do território e ao forte sentimento de perenidade que conferem à paisagem não só um fator de identidade como um fator determinante na equação que resultou no atual uso do solo (Figura 4.5) e na que se pretende projetar para o futuro do território.

Macro Unidades de Paisagem

A análise da paisagem no Município de Vendas de Novas, tem como base o estudo publicado pela DGOTDU em 2004 – Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental.

De acordo com esse estudo, o Município está integrado:

- no grupo de Unidade de Paisagem O – Ribatejo, intersetando a Unidades de Paisagem 86 – Charneca Ribatejana;
- no grupo de Unidade de Paisagem R - Alentejo Central, intersetando a Unidade de Paisagem 99 – Montados e Campos Abertos do Alentejo Central;
- no grupo de Unidade de Paisagem Q – Terras do Sado, intersetando a Unidade de Paisagem 94 – Charneca do Sado e, uma pequena percentagem da Unidade de Paisagem 92 – Areias de Pegões, cuja representatividade não é relevante do conceito da paisagem municipal.

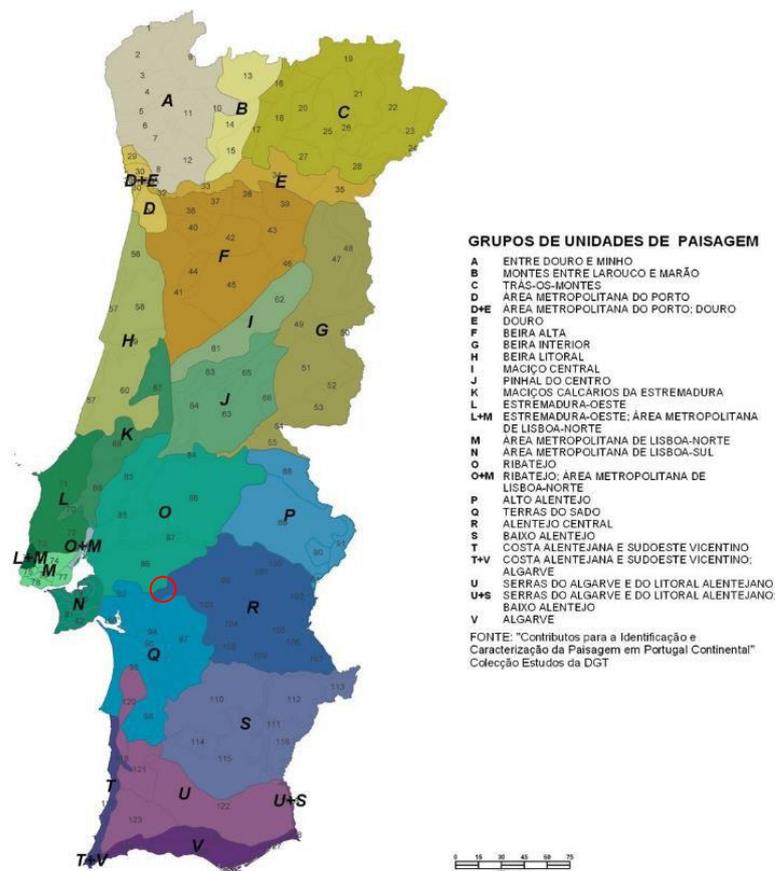


Figura 4.6 | Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental

De acordo com o mencionado estudo, o Ribatejo caracteriza-se “no domínio de baixa altitude, na suavidade do relevo (...), na presença do vale do Tejo e / ou dos seus afluentes”. “A sul / nascente do Tejo, o padrão característico é constituído pelas charnecas dos interflúvios, onde predominam solos de estrutura grosseira e pobres, alternando com os campos férteis dos vales, húmidos e frequentemente regados. Nas imediações dos centros urbanos, fora dos vales de uso agrícola intensivo, surgem manchas de pequenas parcelas com sistemas culturais de sequeiro, as quais são enquadradas, à medida que se afastam dos vales, por grandes propriedades onde dominam igualmente terras de sequeiro.

“Apesar da sua relativa diversidade e dos contrastes presentes, o carácter deste grupo de unidades de paisagem continua bem marcado por um pujança das actividades ligadas ao sector agrícola como quase não se encontra em mais parte nenhuma do país. Este vigor tem expressão não só a nível dos vales ocupados com sistemas mais intensivos de regadio (o milho, o arroz, as hortícolas, a beterraba ou as pastagens), dos sistemas arbóreo-arbustivos (com destaque para a vinha, pomares e oliveiras) e mesmos florestais (montados de sobreiro, pinhais e eucaliptais) mas, também, das actividades e estruturas que, a montante e a jusante, acompanham a grande qualidade destas produções (comércio de maquinaria e de outros produtos utilizados na agricultura, serviços relacionados com o sector ou unidades de transformação de produtos). A presença de outro tipo de indústria e de serviços, junto aos principais centros urbanos, também contribui para que estas paisagens transmitam a impressão de estarem bem vivas e dinâmicas.”



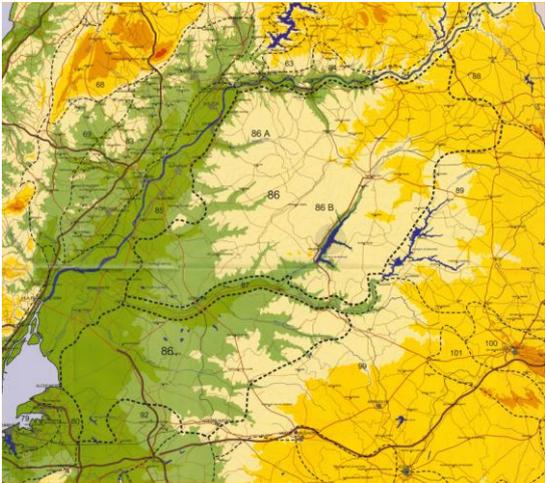
Por seu lado, o Alentejo Central é caracterizado por apresentar uma malha da paisagem bastante larga, estando o Alentejo Central “associado a usos extensivos e ao domínio da grande propriedade: produção de cereais (atualmente em fase de rápida substituição sobretudo por forragens e pastagens), montados (predominante de azinho), pastagens naturais e, mais recentemente, vinhas e eucaliptais. São paisagens de campos vastos e abertos, com enormes variações cromáticas ao longo do ano e sobre os quais incide uma forte luminosidade. Aquelas variações sazonais são reforçadas pelas distintas texturas de uma parte do coberto vegetal (a completa perda da folha nas vinhas e nas árvores ao longo das linhas de água, o ciclo dos cereais, a mudança da folha e floração das azinheiras e sobreiros), bem como pelos diferentes odores que acompanham as estações do ano.”

É ainda de salientar que este grupo de unidade de paisagem “reúne um conjunto diversificado de recursos que se traduzem nas diferenças de carácter da paisagem. É o caso das formações litológicas e suas repercussões sobre os solos e a sua utilização – aos granitos e afins, identificados pelos blocos que afloram à superfície, correspondem geralmente a planuras ocupadas por sistemas agro-silvo-pastoris ou silvopastoris (montados); aos calcários correspondem áreas privilegiadas para o olival e os xistos, mais secos e com limitadas capacidades de produção, encontram-se cobertos de matos ou de eucaliptais, para além de outros usos mais tradicionais (muitas vezes também de montado).”

Nas unidades de paisagem de Terras do Sado, “o rio Sado surge como um elemento estruturante fundamental, influenciando tanto as características morfológicas como uma boa parte das actividades humanas que aqui se desenvolvem (a área abrangida por este conjunto de unidades corresponde a grande parte da sua bacia hidrográfica).” Este Grupo de Unidade de Paisagem caracteriza-se por ser uma “terra de contrastes entre, por um lado, os vales com campos de arroz, de milho ou outras culturas de regadio e, por outro lado, nas zonas mais secas, os pinhais, montados de sobro e os menos representados sistemas arvenses de sequeiro.”

Nos pontos que se seguem detalham-se as Unidades de Paisagem 86, 99 e 94, de acordo com o estipulado em ‘Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental’ (DGOTDU, 2004):

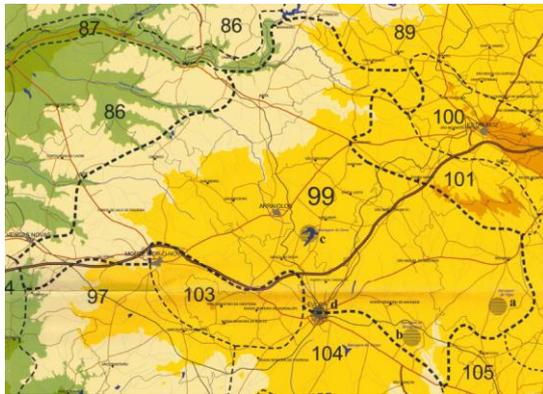
Unidade de Paisagem 86 – Charneca Ribatejana

Área total	5070 km ²	Área no Município	88,22 km ²	39,6%
		<p>Características gerais relevantes no Município</p> <ul style="list-style-type: none"> - De acordo com o 'Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental' (DGOTDU, 2004) <i>é no geral uma paisagem tranquila, por vezes monótona, com um relevo ondulado muito suave, a que está associado o montado de sobre.</i> - Trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos médios vales. - Apresenta-se com baixa densidade populacional e povoamento concentrado. - <i>Domina a grande propriedade, sobretudo com uma exploração do solo extensiva, tanto ligada ao montado como a plantações estremes (de pinheiros e de eucaliptos) ou, ainda, a povoamentos mistos destas espécies.</i> 		
Medidas de Gestão		<ul style="list-style-type: none"> - Manter o uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais que tirassem partido das condições de fertilidade - Prevenir potenciais impactes ambientais sobre os aquíferos - Desenvolver ações de ordenamento e gestão florestal - Promover a manutenção de bosquetes de pinheiro bravo e pinheiro manso - Promover a manutenção de arborizações com exóticas - Implementar um sistema de prevenção, vigilância e combate de fogos florestais - Reduzir as práticas culturais ao mínimo durante a época de nidificação da avifauna - Conservar e recuperar a vegetação ribeirinha 		
				
<p><i>Fonte: Equipa do Plano</i></p>				



Unidade de Paisagem 99 – Montados e Campos Abertos do Alentejo Central

Área total	2 230 km ²	Área no Município	41,24 km ²	18,5%
-------------------	-----------------------	--------------------------	-----------------------	-------



Características gerais relevantes no Município

- É dominante a planície suavemente ondulada, com usos relativamente extensivos, baseados em sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, com árvores quase sempre presentes, dispersas, em baixa densidade.
- Encontram-se dispersos por toda a unidade assentos de lavoura, no geral conjuntos edificadas concentrados e localizados em situações paisagísticas interessantes, por vezes rodeados por pequenas áreas de olival, pomar e horta.
- Na envolvente dos centros urbanos, e de acordo com a sua dimensão, a paisagem modifica-se drasticamente, surgindo a pequena e média propriedade com construções dispersas, culturas permanentes, hortas e ferragiais.
- Auto-estrada (A6) (...) bem integrada na paisagem.

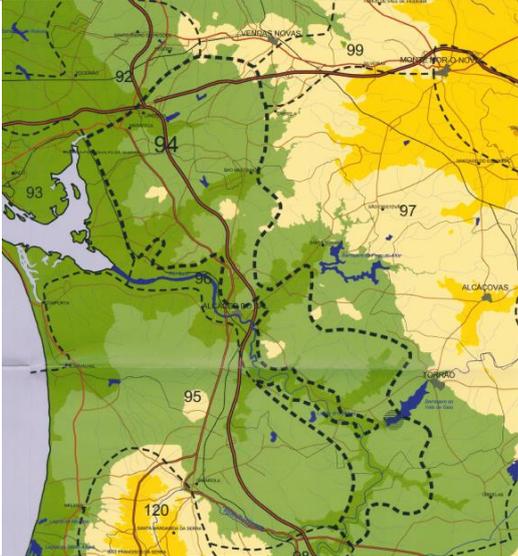
Medidas de Gestão

- Assegurar uma gestão equilibrada dos recursos hídricos
- Recuperar e reutilizar montes abandonadas e habitações em pequenas povoações rurais, evitando a dispersão de habitações



Fonte: Equipa do Plano

Unidade de Paisagem 94 – Charneca do Sado

Unidade de Paisagem 94 – Charneca do Sado			
Área total	790 km ²	Área no Município	90,64 km ² 40,7%
		<p>Características gerais relevantes no Município</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regra geral trata-se de uma unidade homogénea de planície arenosa, coberta por montado de sobre e pinheiro manso, com a existência de particularidades onde são identificadas zonas onduladas rasgadas por vales mais ou menos largos. - De acordo com o 'Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental' (DGOTDU, 2004), esta unidade é caracterizada por baixa densidade populacional que <i>“resulta numa sensação de tranquilidade, nalguns casos de isolamento, tendo em conta que as acessibilidades são, no geral difíceis, e que os usos do solo, essencialmente florestais e silvopastoris, não pressupõem uma presença humana permanente”</i>. 	
Medidas de Gestão		<ul style="list-style-type: none"> - Manter o uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais - Proteger e valorizar as linhas de água e a vegetação ribeirinha - Desenvolver ações de ordenamento florestal 	
			
<p><i>Fonte: Equipa do Plano</i></p>			

4.3.2. Estrutura Ecológica

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) corresponde ao conjunto das áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística dos espaços rústicos e urbanos. A estrutura ecológica municipal existe em continuidade no solo rústico e no solo urbano. A delimitação da EEM será uma tarefa a desenvolver



na fase seguinte da Revisão do PDM, pretendendo-se nesta fase, desde já esboçar as principais componentes desta estrutura.

No solo rústico, a estrutura ecológica municipal compreende as áreas de solo afetadas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município e às outras áreas de solo que sejam selecionadas e delimitadas em função do interesse municipal, nomeadamente por razões de enquadramento, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural.

No interior dos perímetros urbanos, a estrutura ecológica municipal compreende os espaços verdes de utilização coletiva e outros espaços, de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano, nomeadamente no que respeita a:

- Regulação do ciclo hidrológico (preservação da permeabilidade do solo e criação de áreas de retenção, no quadro da prevenção de cheias urbanas);
- Regulação bioclimática da cidade (redução das amplitudes térmicas e manutenção do teor de humidade do ar);
- Melhoria da qualidade do ar (diminuição da concentração da poluição atmosférica nos centros urbanos);
- Conservação da biodiversidade (manutenção de habitats).

Para a aferição dos possíveis elementos a integrar a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) serão usadas como base plantas de caracterização que focam distintos aspetos do Município. São elas o uso do solo, a rede de proteção e valorização ambiental (condicionantes e património natural, paisagístico) e as unidades de paisagem. No entanto, os contributos destes elementos têm pesos diferentes pelo que será necessário estabelecer critérios para assinalar os mais determinantes para a EEM. Nesta primeira fase da elaboração dos estudos entendeu-se fundamental a consulta da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), cujas orientações se encontram definidas no PROT Alentejo, sendo igualmente completada pela análise dos corredores ecológicos estabelecidos no PROF Alentejo (PROF ALT).

PROF ALT – Corredores Ecológicos e Áreas Sensíveis

De acordo com o PROF os “(...) *corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, (...)*”

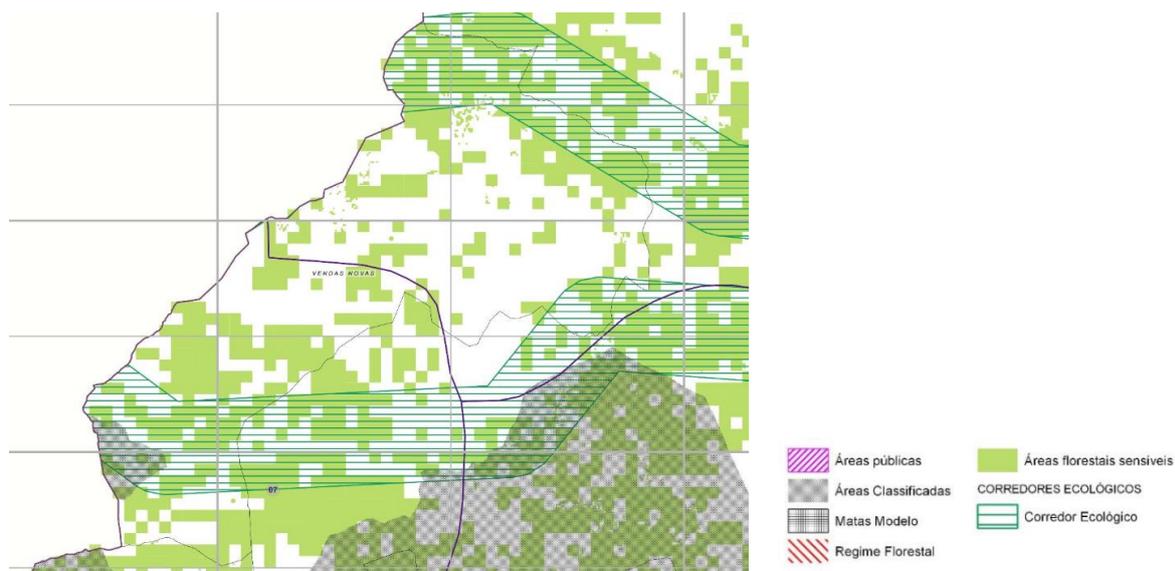
As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas nos documentos do PROF.

“Os *corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais municipais (...)*”.

O PROF define igualmente os corredores ecológicos como “(...) *as áreas afetadas ao planeamento e gestão florestal dedicadas à proteção e conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas que devem contemplar, entre outras, elementos provenientes de:*

- Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Sítios Ramsar, IBA (Important Bird Areas) entre outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico;
- Rede hidrográfica, Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Outras áreas importantes para a promoção do conhecimento e da educação ambiental e científica, bem como áreas com funções relevantes de recreio e turismo.”

Os corredores ecológicos definidos para a área do Município de Vendas Novas apresentam-se na Figura seguinte, verificando-se a intersecção de dois corredores no Município – a Norte e a Sul.



Fontes: PROF ALT – Carta Síntese

Figura 4.7 | Extrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas florestais sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no Município de Vendas Novas

Numa análise mais detalhada dos corredores ecológicos do PROF, constata-se que, no município de Vendas Novas os mesmos se encontram associados aos principais cursos de água: a norte à ribeira de Canha e a Sul à Ribeira da Marateca.





Figura 4.8 | Corredores ecológicos do PROF inseridos no Município de Vendas Novas – sobreposição com rede hidrográfica

No Capítulo E do PROF, aos **corredores ecológicos** são associados um conjunto de Normas Específicas. De seguida apresentam-se as aquelas que se aplicam nas situações em que os corredores ecológicos coincidem com as linhas de água

“ZSCE³ – Corredores Ecológicos

Os corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

(...)

Os corredores ecológicos coincidentes com linhas de água, são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola. Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas devem ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização:

a). *Linhas de água torrenciais ou temporárias -*

a.1). *Áreas que distam até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:*

- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;

³ ZSCE – Zonas Sensíveis e Corredores Ecológicos

- As ações de (re)arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;
- Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.

a.2). *Áreas que distam mais de 5 m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:*

- Assume o estipulado para a SRH respetiva.

b). Linhas de água permanentes

b.1). *Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:*

- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
- As ações de (re) arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones;
- Não realizar mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.

b.2). *Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:*

- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
- Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a interencionar.

b.3). *Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:*

- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
- Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000

c). *Todos os corredores ecológicos*

- Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25ha.”

PROT Alentejo – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - ERPVA

De acordo com as Normas Orientadoras e de Natureza Operacional do PROT Alentejo:

“12 — Cabe aos municípios, no âmbito da elaboração dos PMOT, a identificação da Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o normativo da ERPVA. Assim, os PMOT devem:

a) *Delimitar as áreas nucleares, em articulação com os municípios envolventes, quando tal se justifique. Estas áreas devem incluir a totalidade ou parte das áreas classificadas, definindo diferentes graus de protecção de acordo com os valores naturais em presença;*

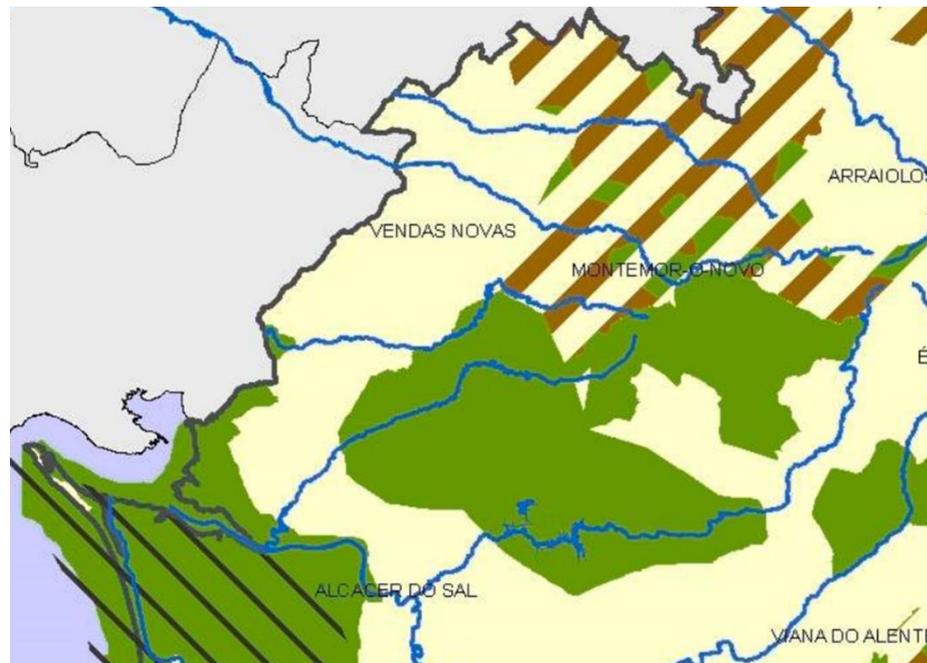
b) *Delimitar as áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos. Estas áreas devem incluir a rede hidrográfica, os povoamentos de azinhal, de sobreiral e outras formações de quercíneas que, pela sua dimensão e estrutura do povoamento, constituem sistemas equilibrados e estáveis, capazes de desempenhar as funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade, dos ciclos da água e dos nutrientes;*

c) *Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal em solo urbano, que correspondem à estrutura ecológica urbana;*

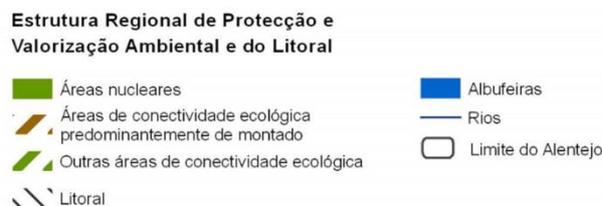


d) *Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal integrando -as em categorias de espaços compatíveis com a protecção dos valores e dos recursos naturais (nomeadamente, agrícolas, florestais e conservação da natureza)."*

Na Figura seguinte apresenta-se o extrato da planta da ERPVA do PROT para a área do Município de Vendas Novas.



Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental e do Litoral



Fonte: PROT Alentejo

Figura 4.9 | Extrato da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental e do Litoral do PROT Alentejo

No que se refere às **áreas nucleares**, na área abrangida pelo Município de Vendas Novas apenas uma pequena área (cerca de 602 ha, 3% do território do Município) no limite SW é abrangida pelo Sítio Estuário do Sado (PTCON0011). Esta área corresponde à envolvente ao aglomerado de Landeira e às margens da Ribeira da Marateca de acordo com o Plano Setorial de Rede Natura 2000, cerca de 2% deste ZEC insere-se no Município de Vendas Novas. Desta forma e tendo em conta os objetivos das áreas nucleares, esta parcela do território deverá ser analisada e integrada na futura estrutura ecológica municipal.

No que se refere às **Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos**, de acordo com as orientações do PROT Alentejo devem ser identificadas e caracterizadas as áreas com importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que deverão integrar a Estrutura Ecológica Municipal, garantindo a inclusão, nomeadamente, das linhas de água e das manchas de

montado (azinhal e sobreiral), de bosques mediterrâneos e de matos mais relevantes para garantir a conservação da biodiversidade e a conectividade ecológica dessa estrutura de entre os corredores ecológicos a identificar, destaque desde já para:

- Vale da Ribeira de Canha, onde a associação entre um montado bem conservado com o corredor associado ao vale aluvionar determina uma área de elevado valor, seja em termos concelhios, seja em termos regionais dadas as funções de corredor ecológico assumidas por essa importante linha de água.
- Rede hidrográfica do concelho e respetivos vales e zonas de orla – ao constituem a rede de corredores ecológicos essencial do concelho e determinarem a complementaridade e continuidade ecológica entre os diferentes espaços florestas, agro-florestais e mesmo urbanos e pelo seu enorme potencial recreativo, estas estruturas constituem um dos recursos ecológicos essenciais do concelho, além de apresentarem um claro valor supra concelhio ao articularem espaços classificados com as ZEC de Cabrela e do Estuário do Sado.

Componentes da Proposta Preliminar de EEM

A EEM consiste nas áreas fundamentais para o desempenho de um conjunto de funções ecológicas, de entre as quais se destacam a conservação e recuperação da biodiversidade e da paisagem, o sequestro de carbono, a conservação dos solos e do regime hidrológico em função das práticas agrícolas ou silvícolas e a recarga de aquíferos.

No âmbito dos trabalhos de desenvolvimento da revisão do PDM, e de acordo com o disposto no PROT Alentejo, proceder-se-á delimitação / aferição de um conjunto de áreas que corresponderão aos temas apresentados no Quadro 4.1.



Quadro 4.1 | EEM do PDM de Vendas Novas – Composição preliminar

Componentes da EEM do PDM de Vendas Novas		
Componentes	Origem	Objetivos / Descrição
Áreas Nucleares	PROT Áreas Nucleares	Assegurar a conservação da biodiversidade e contribuir para a economia local
	PROF Áreas sensíveis	Pequena área abrangida pelo Sítio de Importância Comunitária, o SIC do Estuário do Sado (PTCON0011) e a Zona Especial de Conservação, a ZEC de Estuário do Sado, que integram a Rede Natura 2000
Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos	PROT Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos	Promover a conectividade ecológica na paisagem
	PROF Corredores Ecológicos	Incluem a rede hidrográfica, no caso de Vendas novas a Ribeira de Canha e a Ribeira da Marateca, os povoamentos de montado de azinho, de sobre e outras formações de quercíneas que, pela sua dimensão e estrutura do povoamento, constituem sistemas equilibrados e estáveis, capazes de desempenhar as funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade, dos ciclos da água e dos nutrientes.
	Cursos de água e respetivos leitos e margens (REN)	Assegurar a regulação do sistema hidrológico
Áreas de interesse turístico e paisagístico	Património / percursos /	Proteger e valorizar o património construído e paisagístico e promover o turismo e recreio natural e cultural
EEM associada aos aglomerados urbanos		
Estrutura Ecológica Urbana	Que corresponde aos Espaços Verdes classificados em Solo Urbano, aplicando-se-lhes as interdições referidas para os espaços verdes. Estes espaços apresentam funções de proteção e de lazer, articulando-se com os restantes espaços de proteção ambiental integrados na estrutura ecológica municipal.	Promover a qualidade do ambiente urbano e criar espaços de lazer e sociabilidade

5. QUALIDADE AMBIENTAL

5.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

O presente capítulo diz respeito à caracterização da qualidade ambiental onde são identificados os aspetos caracterizadores dos vários fatores ambientais considerados, da consulta, compilação e tratamento de elementos bibliográficos de diversas especialidades.

Esta caracterização centrou-se em quatro temas principais: a qualidade do ar, a qualidade da água superficial, a qualidade da água para consumo humano e a gestão de resíduos.

5.2. QUALIDADE DO AR

Para a análise da qualidade do ar do concelho de Vendas Novas recorreu-se ao inventário nacional de emissões atmosféricas de 2017, realizado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Com base nesse estudo, as emissões totais anuais relativas ao concelho são apresentadas no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 | Emissões atmosféricas anuais por setor no Município de Vendas Novas , 2017

Emissões anuais por setor (2017)	NOx (as NO2) (kt)	NM VOC (kt)	SOx (as SO2) (kt)	NH3 (kt)	PM10 (kt)	CO2 (kt)	CH4 (kt)	N2O (kt)	F-Gases (kt CO2 e)
Produção de Energia	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Combustão na Indústria	0,005	0,022	0,001	0,000	0,001	1,509	0,000	0,000	3,649
Pequenas fontes de Combustão	0,007	0,016	0,001	0,002	0,022	2,411	0,011	0,000	0,000
Emissões fugitivas	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Uso de Solventes	0,000	0,072	0,000	0,000	0,067	0,218	0,000	0,000	0,000
Transportes Rodoviários	0,150	0,017	0,000	0,003	0,010	34,631	0,001	0,001	0,000
Logística	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Aviação	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes móveis (extra rodoviárias)	0,015	0,001	0,000	0,000	0,001	1,790	0,000	0,001	0,000
Resíduos	0,000	0,001	0,000	0,001	0,000	0,000	0,130	0,001	0,000
Pecuária	0,003	0,046	0,000	0,172	0,011	0,000	0,830	0,004	0,000
Agricultura	0,013	0,020	0,000	0,150	0,006	0,200	0,041	0,030	0,000
Outros	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes Naturais	0,003	0,015	0,001	0,001	0,004	2,270	0,012	0,000	0,000
Totais	0,195	0,213	0,004	0,330	0,121	43,029	1,025	0,037	3,649

Fonte: APA, <https://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Analisando individualmente cada poluente, e começando pelos gases com efeito de estufa (GEE), é possível destacar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) provenientes dos transportes rodoviários com o registo do maior valor no quadro de emissões acima apresentado, nomeadamente 34,634 t/km². Seguindo-se aos transportes rodoviários mas com valores muito abaixo deste,



rondando os 2,411 t/km², encontram-se as emissões de pequenas fontes de combustão. Relativamente às emissões de metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), outros GEE, são os resíduos e a agricultura os principais responsáveis pela emissão destes poluentes. No que se refere às emissões de amónia (NH₃) também são a agricultura e pecuária que mais contribuem para a emissão deste poluente, tal como os transportes rodoviários também são o principal incrementador na produção de óxido de azoto (NOx). Quanto às emissões de compostos orgânicos voláteis (NMVOC) são o uso de solventes os principais responsáveis pelo registo de 0,072 t/km². É na pecuária e agricultura que se registam os maiores valores de amoníaco (NH₃), rondando os 0,172 t/km² e os 0,150 t/km², respetivamente.

5.3. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA

Como já foi mencionado, o concelho de Vendas Novas é abrangido por duas regiões hidrográficas: a região hidrográfica do Tejo (RH5) e a região hidrográfica do Sado e Mira (RH6). Com o objetivo de caracterizar a qualidade da água superficial do concelho e com o objetivo de melhor perceber as causas das situações mais problemáticas encontradas em termos de incumprimento de parâmetros definidos na legislação ou mesmo no que respeita a situações recorrentes de episódios de poluição, foram consultadas algumas fontes de informação, das quais se destacam os diversos documentos que acompanham o 2º ciclo do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) da Região Hidrográfica do Tejo, mas também do Sado e Mira.

De salientar que, no geral, as massas de água superficiais consideradas no PGRH apresentam uma classificação do estado global de bom. No que toca ao potencial ecológico, três massas de água superficiais, nomeadamente a Ribeira de Canha, a Ribeira do Vale de Cão e Afluente do Rio Sado, foram classificadas com um potencial ecológico medíocre, como se pode verificar no Quadro 5.2.

Quadro 5.2 | Caracterização das massas de água superficiais do Município de Vendas Novas

Região Hidrográfica	Massas de água superficiais (designação/código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Vendas Novas	Medidas de mitigação das pressões (do 2º ciclo de planeamento)
RH 5	Ribeira de Canha/ PT05TEJ1097	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário Natureza: natural Potencial Ecológico: medíocre/ mau 	<ul style="list-style-type: none"> PTE1P15M04_SUP_RH5 Intervenções nos sistemas de saneamento da ETAR de Canha, concelho de Montijo PTE1P06M11_RH5 Condicionantes à valorização agrícola de lamas de depuração e efluentes pecuários
	Afluente da Ribeira de Canha/ PT05TEJ1119	<ul style="list-style-type: none"> Sem pressões significativas Natureza: natural Potencial Ecológico: bom 	---
	Ribeira de Cuncos/ PT05TEJ1122	<ul style="list-style-type: none"> Sem pressões significativas Natureza: natural Potencial Ecológico: bom 	---
	Ribeira de Cuncos/ PT05TEJ1132	<ul style="list-style-type: none"> Sem pressões significativas Natureza: natural Potencial Ecológico: bom 	---

Região Hidrográfica	Massas de água superficiais (designação/código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Vendas Novas	Medidas de mitigação das pressões (do 2º ciclo de planeamento)
RH 6	Ribeira de Safira/ PT06SAD1190	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário Potencial Ecológico: razoável 	<ul style="list-style-type: none"> PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo
	Ribeira da Landeira (HMWB - Jusante Aç. Vale das Bicas)/ PT06SAD1194	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores agrícola e pecuário Natureza: Fortemente Modificada Potencial Ecológico: razoável 	<ul style="list-style-type: none"> PTE7P01M09_SUP_RH6 Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira
	Ribeira da Marateca/ PT06SAD1195	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores urbano, agrícola, pecuário e industrial Natureza: natural Potencial Ecológico: razoável 	<ul style="list-style-type: none"> PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo PTE1P01M01_SUP_RH6_1Ciclo Reabilitação da ETAR de Landeira, na freguesia de Landeira
	Ribeira do Vale de Cão/ PT06SAD1201	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores urbano, agrícola, pecuário e industrial Natureza: natural Potencial Ecológico: medíocre 	<ul style="list-style-type: none"> PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo
	Afluente do Rio Sado/ PT06SAD1295	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores agrícola e pecuário Potencial Ecológico: medíocre 	<ul style="list-style-type: none"> PTE1P01M01_SUP_RH6_1 Ciclo Reabilitação da ETAR de Landeira, na freguesia de Landeira

Fonte: 2º ciclo PGRH – RH5 e RH6: Parte 5, Anexo II.1, disponível no site da APA

As águas subterrâneas, que pertencem à Bacia do Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo mas também ao Maciço Antigo indiferenciado da Bacia do Sado, apresentam uma pressão por setor não significativa, um estado químico bom, para além de não estarem em risco de seca, apresentando um balanço hídrico considerado bom.

5.4. QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água para consumo é um fator importante não apenas para a saúde humana como também determinante na classificação da qualidade em geral de uma determinada região. Tendo em consideração os dados disponíveis no site da PORDATA, com base em informações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), e conforme se pode verificar no Quadro 5.3, o concelho de Vendas Novas apresenta uma crescente melhoria da qualidade da água para consumo, chegando muito próximo dos 100% de água segura em 2018. Da mesma forma, realizaram-se mais análises às águas, estando os valores a resvalar os 100% em 2018.



Quadro 5.3 | Qualidade da água

Água segura (%)		Análises cumprimentos da qualidade (%)		Análises realizadas (%)	
2001	2018	2001	2018	2001	2018
90,2	97,8	99,77	98,03	90,39	99,76

Fonte: PORDATA

5.5. GESTÃO DE RESÍDUOS

A recolha de resíduos apresenta-se como sendo maioritariamente indiferenciada, com cerca de 7258 toneladas recolhidas em 2002, face à recolha seletiva, com aproximadamente 44 toneladas recolhidas. Ainda assim, é de salientar o significativo aumento da recolha seletiva, chegando a atingir um valor de 1545 toneladas em 2019.

Quadro 5.4 | Recolha de resíduos sólidos urbanos

Ano	Recolha indiferenciada (T)	Recolha Seletiva (T)
2002	7258	44
2019	4998	1545

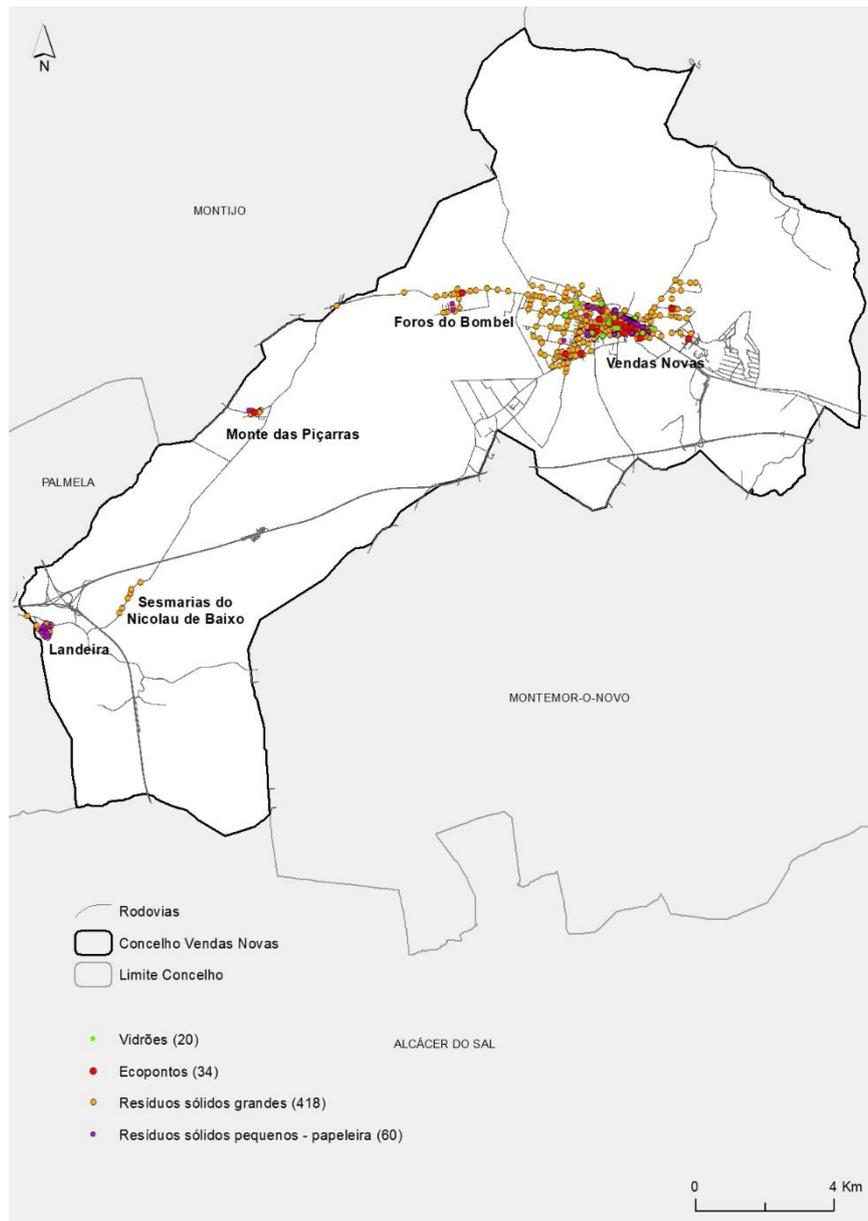
Fonte: CMVN

Analisando os resíduos selecionados, no Quadro seguinte, verifica-se que os biodegradáveis foram em 2015 os resíduos mais recolhidos, com 233 toneladas recolhidas num total de 511 toneladas, ocupando 45% do total. Esse valor sofreu uma ligeira redução em 2019, passando a ocupar uma importância de 42% face ao total das recolhas. Ainda de salientar a importância da recolha de papel e cartão mas também do vidro, que aumentou de 2015 para 2019.

Quadro 5.5 | Recolha de resíduos sólidos urbanos

Total (T)	Papel e cartão (T)	Plástico (T)	Metal (T)	Vidro (T)	Madeira (T)	Equipamentos elétricos e eletrónicos (T)	Pilhas (T)	Volumosos (T)	Óleos alimentares usados (T)	Biodegradáveis (T)
2015										
511	97	62	0	119	0	0	0	0	0	233
2019										
635	134	82	0	142	7	1	0	0	0	269

A recolha dos resíduos indiferenciados é assegurada pela Câmara Municipal de Vendas Novas, utilizando meios próprios de locomoção e recolha. Na Figura seguinte é possível perceber a distribuição dos pontos de recolha de resíduos, comprovando-se que a sua localização é, naturalmente, em núcleos urbanos. Existe um total de 34 ecopontos de recolha seletiva no concelho, sendo que 32 estão localizados na cidade de Vendas Novas, 1 em Foros do Bombel e o outro no Monte das Piçarras. Todos os vidrões que existem no concelho estão localizados na cidade de Vendas Novas. No que toca à recolha de resíduos grandes e pequenos (papeleiras), os mesmos estão distribuídos maioritariamente por Vendas Novas mas também se podem encontrar em Foros do Bombel, Monte das Piçarras, Sesmarias do Nicolau de Baixo e na povoação de Landeira.



Fonte: CMVN

Figura 5.1 | Localização pontos de recolha de resíduos



6. RISCOS

6.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

A inventariação dos fatores de risco permite identificar fenómenos potencialmente perigosos, mas também avaliar as suas possíveis consequências para pessoas e bens, constituindo um elemento fundamental nos processos de planeamento de emergência e de ordenamento do território.

O conceito de risco, embora complexo dadas as suas diferentes tipologias (risco natural, tecnológico ou misto), está relacionado com a *“probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais directos ou indirectos”*⁴. Ou seja, tal como a forma como é calculado demonstra (produto da perigosidade pela consequência: $R = P \cdot C$), o risco corresponde ao dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor.

A identificação, caracterização e avaliação metódica dos riscos são fundamentais para acautelar a segurança das comunidades e das atividades económicas, nomeadamente através de uma correta ocupação, utilização e transformação do solo regulada no âmbito da definição dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, tal como foi estabelecido pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

No “Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009) são apresentados os três principais conceitos do processo de avaliação de riscos (susceptibilidade, elementos expostos e localização do risco) e a forma como se articulam, tal como representado na figura seguinte.

⁴ Retirado do Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

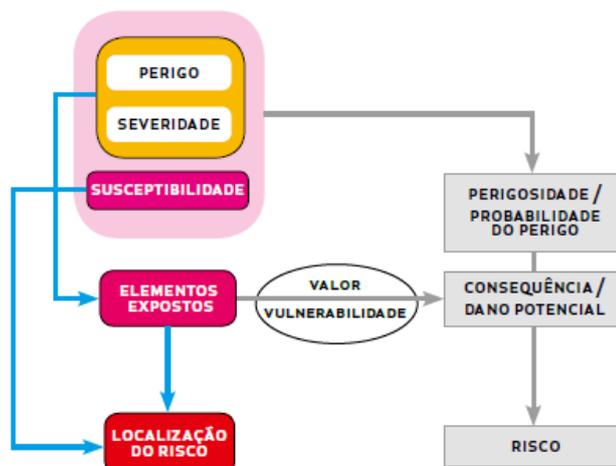


Figura 6.1 | Articulação dos conceitos fundamentais

Fonte: Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

Os riscos presentes no concelho de Vendas Novas foram identificados e caracterizados, tal como recomendado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, recorrendo à análise de um conjunto de planos que se listam de seguida:

- Plano Regional de Ordenamento do Alentejo (PROT Alentejo), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2010.
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira (RH6) e Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), 2016;
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Vendas Novas, 2013;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), 2020;

Posteriormente, serão considerados os resultados da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vendas Novas, atualmente em curso.

O PMEPC de Vendas Novas procede a uma análise sistemática e pormenorizada dos riscos que incidem no concelho, sem prejuízo de poderem ser atualizados e identificados outros.

Sendo assim, considerando as várias tipologias de riscos elencadas pela ANPC⁵ e a análise ao PMEPC, foi possível verificar a presença no concelho de Vendas Novas dos riscos naturais, tecnológicos e mistos listados no Quadro seguinte, onde é também apresentada a classificação do risco conforme o PMEPC de Vendas Novas.

⁵ “Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).



Quadro 6.1 | Identificação de riscos no concelho de Vendas Novas

Identificação dos Riscos		Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Riscos Naturais			
Meteorologia adversa	Vagas de frio	Risco Moderado (Grau Probabilidade Médio-Alto + Grau de Gravidade Reduzido)	PMEPC
	Ondas de calor	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Alto + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Secas	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
	Ciclones violentos e tornados	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Cheias e Inundações		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Sismos		Risco Elevado (Grau Probabilidade Baixa + Grau de Gravidade Crítico)	PMEPC PROT Alentejo
Movimentos de Massa em Vertentes		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Média-Baixa + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Riscos Mistos			
Incêndios Florestais		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMDFCI PMEPC
Degradação e contaminação de aquíferos		Risco Alto definido pelo PROT Alentejo (risco não identificado no PMEPC)	PROT Alentejo
Riscos Tecnológicos			
Acidentes graves de transporte	Acidentes rodoviários	Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Acidentes ferroviários	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
	Acidentes aéreos	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Baixo + Grau de Gravidade Crítico)	PMEPC
	Transporte de matérias perigosas por via terrestre (rodovia ou ferrovia)	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Transporte de matérias perigosas por conduta	Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Incêndios Urbanos		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Colapso de túneis, pontes ou viadutos		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Rutura de barragens		Risco Elevada (Grau de Probabilidade Médio-Baixa + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Acidentes industriais		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC

Identificação dos Riscos	Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Acidentes em locais com elevada concentração populacional	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio -Baixo + Grau de Gravidade Acentuado)	PMEPC

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Os riscos com representatividade no concelho são caracterizados no ponto seguinte e, sempre que possível, encontram-se representados na Planta 4 – Riscos Naturais e Tecnológicos, organizando-se em:

- Riscos Naturais - apresentam-se os riscos que resultam do funcionamento dos sistemas naturais, como são exemplo os fenómenos de meteorologia adversa, cheias e inundações, sismos e movimentos de massa em vertentes.
- Riscos Mistos – correspondem aos riscos que resultam da relação entre atividades humanas continuadas e os sistemas naturais, como são exemplo, os incêndios florestais e a degradação dos solos.
- Riscos Tecnológicos - resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, nomeadamente acidentes graves de transportes, incêndios urbanos, colapso de pontes, rutura de barragens, acidentes industriais e acidentes em locais de elevada concentração humana.

Na Planta 4 encontra-se ainda representada a localização dos Agentes de Segurança e Proteção Civil, designadamente o Posto Territorial da GNR de Vendas Novas, Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, Bombeiros Voluntários de Vendas Novas e Centro de Saúde de Vendas Novas.

6.2. RISCOS NATURAIS

6.2.1. Meteorologia adversa

Tal como mencionado no capítulo 3.4, as características climáticas do Alentejo são típicas de uma região de domínio climático mediterrâneo, sendo caracterizado, entre outros aspetos, por um carácter estival e invernal de extremos.

Neste contexto, assinala-se, portanto, a ocorrência de ondas de calor, assim como de vagas de frio, ambas de probabilidade médio-alta (de acordo com o PMEPC de Vendas Novas), mas sendo o grau de gravidade maior no caso das ondas de calor, que são assim classificadas com Risco Elevado. Os conceitos dados pela ANPC⁶ são os seguintes: Vaga de frio – “Uma onda de frio corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura mínima diária é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas do período de referência (por analogia com a definição das Ondas de Calor dada pela OMM).” ; e Onda de calor – “Uma onda de calor corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas do período de referência (OMM).”

⁶ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



São ainda identificados pelo PMEPC, outros dois fenómenos de meteorologia adversa que constituem risco no concelho - as secas e os ciclones violentos e tornados.

A seca é descrita do seguinte modo: “A seca (meteorológica) consiste num período de tempo seco anormal, suficientemente longo, devido à ausência ou escassez de precipitação, a qual causa um sério desequilíbrio hidrológico. Este desequilíbrio manifesta-se na considerável diminuição das reservas hídricas, como a redução significativa do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos (seca hidrológica). A seca meteorológica é a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evapotranspiração. A seca hidrológica está normalmente desfasada da seca meteorológica, dado que é necessário um período maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nas diversas componentes do sistema hidrológico.”⁷

No concelho de Vendas Novas, não existe, de acordo com o PMEPC, registo de falhas no abastecimento de água, nas últimas décadas. sem prejuízo dos registos de secas meteorológicas nas bacias hidrográficas do rio Tejo e do rio Sado. O concelho é servido pela empresa Águas Públicas do Alentejo S.A., que serve outros 20 concelhos, e que dispõe de capacidade de resposta em situações de seca prolongada. O PMEPC de Vendas Novas determina que o grau de probabilidade para o risco de seca é médio, e o grau de gravidade é acentuado, determinando um risco Elevado.

No que respeita a ocorrência de ciclones violentos e tornados, o PMEPC de Vendas Novas não avalia apenas a ocorrência de tornados, por se tratar de um fenómeno muito pouco frequente em Portugal. No caso dos tornados, apesar de não existirem registos recentes de danos graves no concelho, existem registos em outros concelhos, determinando que a probabilidade será Média e o grau de gravidade acentuado, refletindo-se num grau de risco Elevado.

Estes fenómenos de meteorologia adversa não apresentam uma diferenciação espacial ao nível concelhio, e não se encontram, por isso representados na Planta de Riscos.

6.2.2. Cheias e Inundações

As Cheias e Inundações são definidas no Guia da ANPC⁸ como “um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela acção humana, que consiste na submersão de terrenos usualmente emersos. As inundações englobam as cheias (transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário, que podem ser rápidas ou lentas), a subida da toalha freática acima da superfície topográfica e as devidas à sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos. As inundações são devidas a precipitações abundantes ao longo de vários dias ou semanas (cheias lentas e subida da toalha freática) e a precipitações intensas durante várias horas ou minutos (cheias rápidas e sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais).”

No âmbito do PMEPC de Vendas Novas, são identificadas as zonas de maior suscetibilidade a inundações, em particular:

- Envolvente da Ribeira de Canha, identificada na Carta Preliminar das Zonas de Risco de Inundação do INAG, mas que não afeta nenhum aglomerado populacional.

⁷ idem

⁸ idem

- Troços terminais da Ribeira de Landeira e da Ribeira da Marateca, que no passado provocaram inundações na povoação da Landeira, e que podem (no caso da Ribeira da Landeira) danificar a Barragem de Vale das Bicas.

Na Planta de Riscos estão representadas as áreas de elevada suscetibilidade a cheias (PMEPC), que numa fase posterior serão complementadas com as zonas ameaçadas por cheia da proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (ainda em curso).

6.2.3. Sismos

Os sismos correspondem à *“Propagação de ondas elásticas através dos materiais terrestres, geradas por perturbações transitórias do equilíbrio elástico, geralmente associadas a movimentações repentinas de falhas ou a períodos de atividade vulcânica”*⁹.

Encontram-se representadas na Planta de Riscos as áreas de elevada suscetibilidade a sismos do território concelhio, delimitadas no âmbito do PMEPC, *“em conformidade com o facto do seu território estar enquadrado numa zona de isossistas de intensidade máxima de nível 8 na escala de Mercalli e com relativa proximidade a epicentros de sismos com grande magnitude”*.

O PROT Alentejo¹⁰ não identifica nenhuma falha ativa ou falha ativa provável a atravessar o concelho de Vendas Novas.

O Risco é classificado como Elevado pelo PMEPC, porque apesar do grau de probabilidade baixo, o grau de gravidade é Crítico, considerando a ocorrência-tipo *“de um número elevado de mortos, feridos, desaparecidos e desalojados e do funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis, bem como uma perda significativa e assistência financeira necessária”*.

6.2.4. Movimentos de Massa em Vertentes

Os movimentos de massa em vertentes correspondem a um *“Movimento de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior. Incluem Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos), Deslizamentos (Escorregamentos), Expansões Laterais e Fluxos (Escoadas). Os movimentos de vertente em Portugal são geralmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica.”*¹¹

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas, não existem no concelho registos de ocorrência de movimentos de massa importantes. Na análise de suscetibilidade a este risco efetuada no âmbito do PMEPC, as áreas de suscetibilidade elevada resumem-se a pequenas manchas dispersas, totalizando apenas 3% do território concelhio e correspondendo *“a zonas de elevado declive, com litologia pouco consolidada e fraco coberto vegetal”*.

Na Planta de Riscos são representadas essas áreas de suscetibilidade elevada apresentadas pelo PMEPC, às quais numa fase posterior serão sobrepostas as áreas com suscetibilidade elevada a instabilidade de vertentes aferidas no âmbito da delimitação da REN (em curso).

Trata-se de um Risco Moderado, uma vez que o grau de probabilidade médio-baixo está associado a um grau de gravidade moderado.

⁹ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

¹⁰ Mapa do Sub-sistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

¹¹ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



6.3. RISCOS MISTOS

6.3.1. Incêndios Florestais

“Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a atos de natureza criminosa.”¹²

O PMEPC de Vendas Novas encontra-se em conformidade com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de 2008, que foi revisto em 2020¹³, de modo que se opta por representar na Planta de Riscos a nova delimitação da perigosidade de risco de incêndio. A nova cartografia de perigosidade de incêndio florestal encontra-se representada na Figura 6.2 e contabilizado no Gráfico 6.1, sendo contabilizados 14,52 ha de área com perigosidade de incêndio elevada e 44.014,27 ha de área com perigosidade muito elevada, representando conjuntamente 19% da área do município.

¹² Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

¹³ O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Município de Vendas Novas foi objeto de parecer vinculativo positivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I. P.) em 28 de novembro de 2019, e de aprovação pela Assembleia Municipal a 28 de fevereiro de 2020.

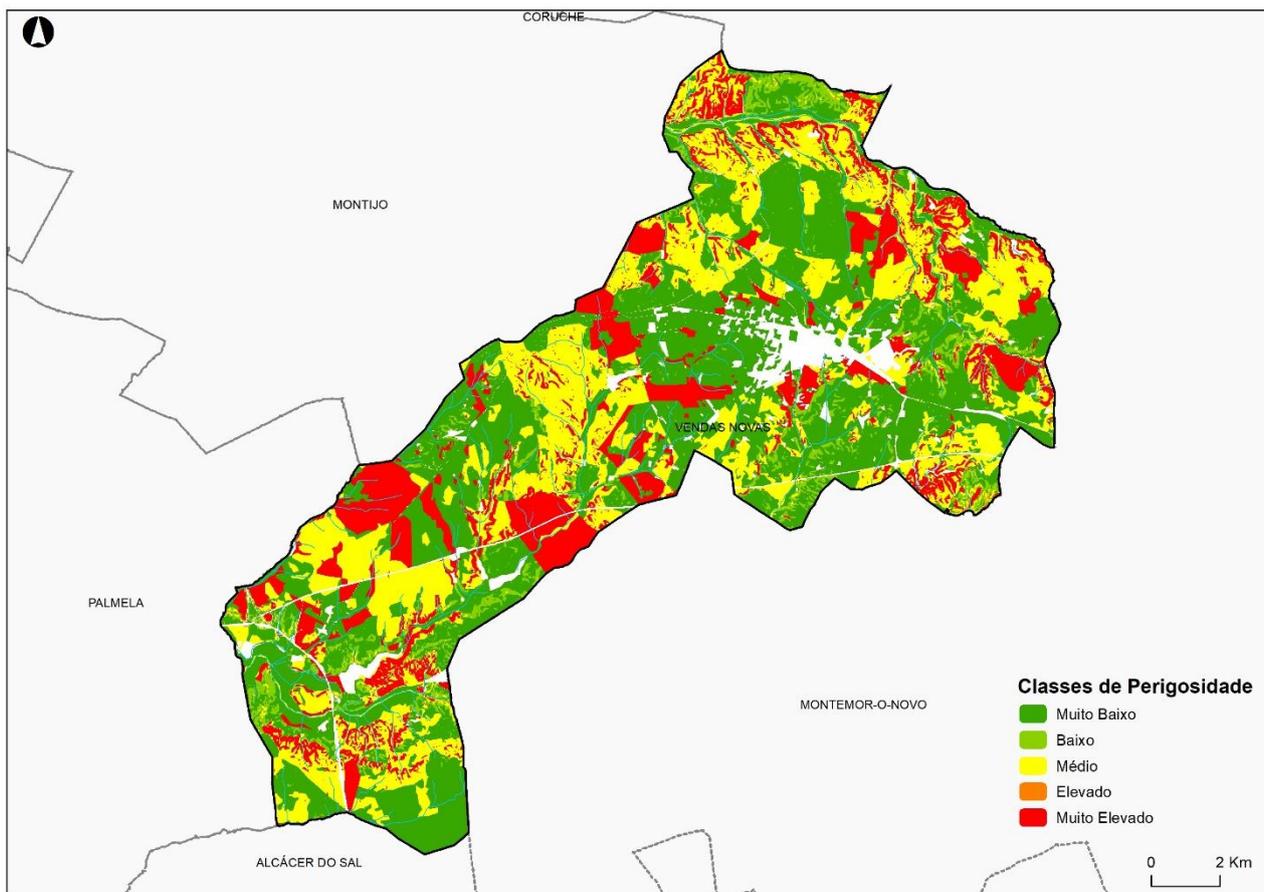
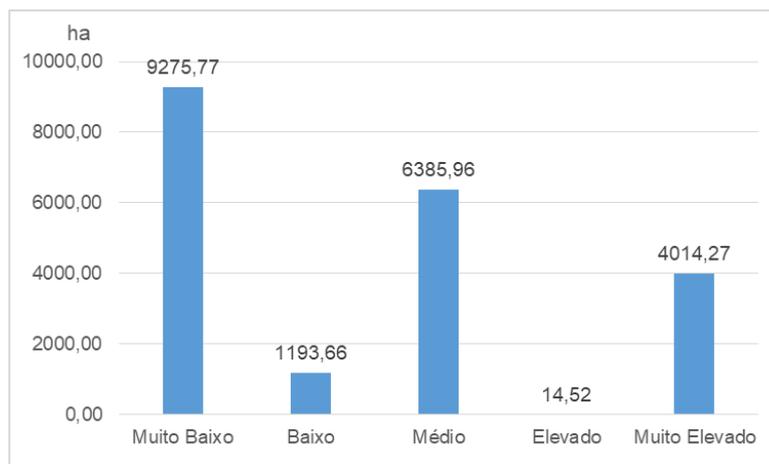


Figura 6.2 | Perigosidade de risco de incêndio do município de Vendas Novas

Fonte: PMDFCI

Gráfico 6.1 | Distribuição das classes de perigosidade de risco de incêndio no município de Vendas Novas



Fonte: PMDFCI

A perigosidade de risco de incêndio constitui também uma restrição de utilidade pública, que será representada na Planta de Condicionantes, a par das áreas ardidas nos últimos 10 anos. Apesar de



analisada de seguida, optou-se não representar a área ardida na Planta de Riscos, mas apenas a perigosidade de risco de incêndio.

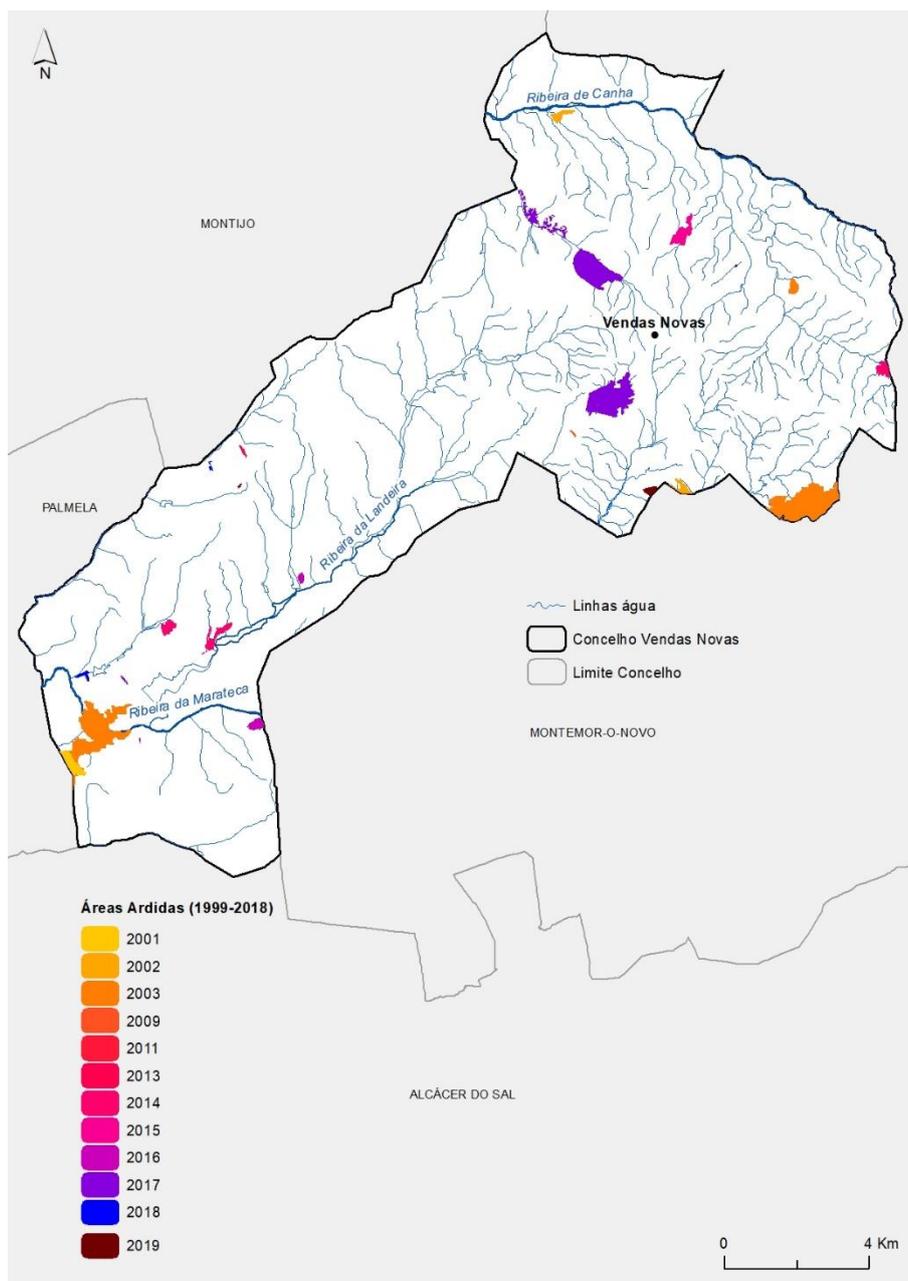
No Quadro e Figura seguintes é apresentada a área ardida desde a aprovação do PDM em 1999¹⁴, totalizando 629,13 ha de área ardida. Considerando apenas os últimos 10 anos, entre 2010 e 2018, verifica-se que arderam 295,62 ha, cerca de 1% do município. De um modo geral, verifica-se que a extensão de área ardida anual é muito reduzida (abaixo dos 50 ha) e que alguns anos não registaram incêndios florestais. A exceção corresponde aos anos de 2003 e 2017, que registaram uma extensão da área ardida superior a 200 ha.

Quadro 6.2 | Extensão das áreas ardidas no município de Vendas Novas

Ano	Área (ha)
2001	21,12
2002	19,63
2003	291,62
2009	1,14
2011	0,01
2013	2,6
2014	41,42
2015	25,07
2016	14,86
2017	205,14
2018	6,52
2019	7,29
Total 2010-2019	302,91
Total 2001-2019	636,42

Fonte: ICNF

¹⁴ Fonte: ICNF



Fonte: ICNF

Figura 6.3 | Áreas ardidas do município de Vendas Novas (1999-2019)

O risco de incêndio florestal é classificado pelo PMEPC como Elevado, resultando da combinação de um grau de probabilidade Médio e de um grau de gravidade Acentuado.

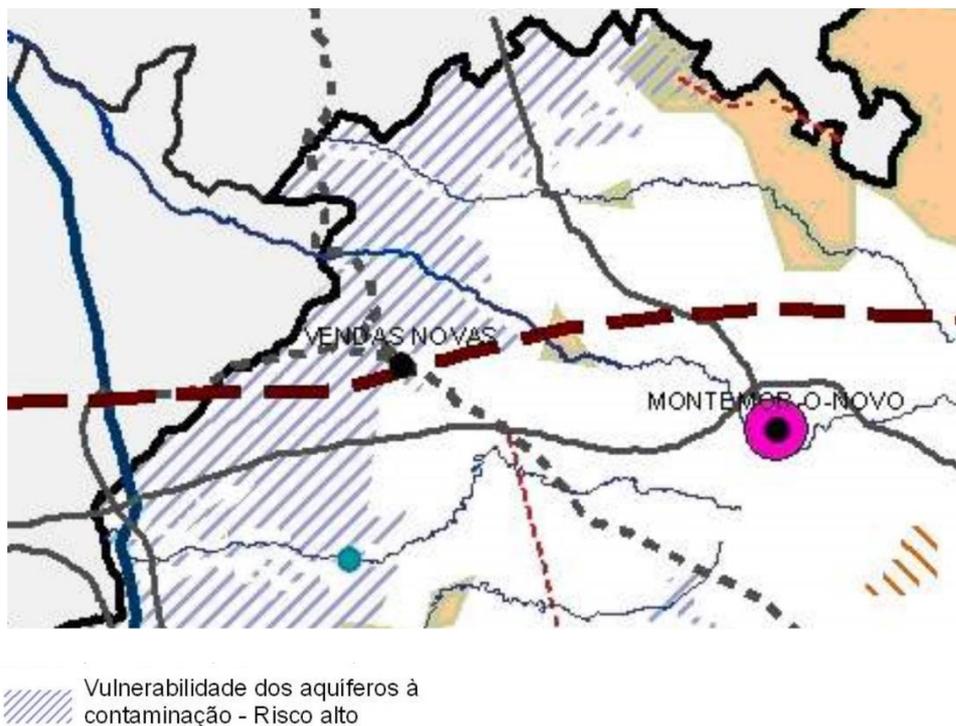
6.3.2. Degradação e contaminação de aquíferos

Este risco é definido do seguinte modo: “A *degradação da água subterrânea* é o processo, natural ou artificial, através do qual se perde ou reduz a qualidade da água num aquífero pela adição de contaminantes. A *contaminação* consiste na introdução de substâncias indesejáveis na água, tais como microorganismos, substâncias químicas ou resíduos, em teores prejudiciais à saúde humana.



A susceptibilidade à contaminação de um aquífero representa a sua propensão a ser afectado por substâncias contaminantes e depende essencialmente das características litológicas da zona vadosa e da estrutura geológica.”¹⁵

Apesar de não constar do PMEPC, o mesmo encontra-se presente no concelho de Vendas Novas, tal como consta da análise do PROT Alentejo relativa aos Riscos Naturais e Tecnológicos. Este IGT identifica um risco alto de vulnerabilidade dos aquíferos à contaminação no concelho de Vendas Novas (Figura 6.4), aguardando-se pela conclusão dos trabalhos da REN para representar na Planta de Risco as áreas estratégicas de proteção e recarga de aquífero.



Fonte: PROT Alentejo, Cartografia - <https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>

Figura 6.4 | Extrato do Mapa do Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos do PROT Alentejo.

6.4. RISCOS TECNOLÓGICOS

6.4.1. Acidentes graves de transportes

Acidentes rodoviários

“Por acidente rodoviário entende-se uma ocorrência envolvendo um ou mais veículos numa via de circulação rodoviária e da qual resultem vítimas e/ou danos materiais. A incidência de acidentes rodoviários, para além dos fatores relacionado com a atitude e comportamento dos condutores e

¹⁵ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam.”¹⁶

Os acidentes rodoviários constituem uma ocorrência significativa no concelho de Vendas Novas, num total de 224 acidentes com vítimas entre 2014 e 2018 (Quadro 6.3). Ainda assim é relevante assinalar que índice de gravidade do concelho de Vendas Novas para o mesmo período, tal como representado no Gráfico 6.2, releva a ocorrência de três anos – 2015, 2016 e 2018, em que o Índice de gravidade é zero, e em todo o período analisado apresenta o máximo de 3,33 mortos por cada 100 acidentes com vítimas. E sendo menor que o mesmo índice de gravidade calculado para o conjunto da NUTS III.

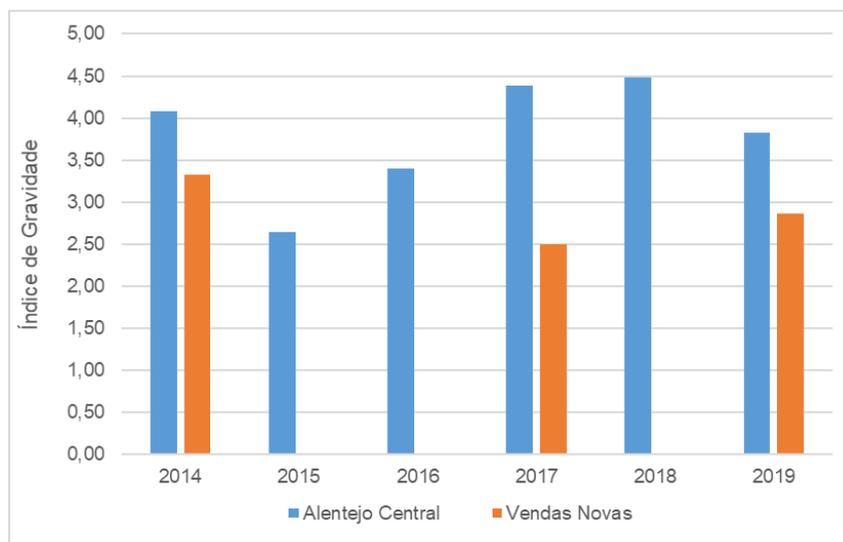
Quadro 6.3 | Acidentes de viação com vítimas no concelho de Vendas Novas, 2014-2019

Concelho de Vendas Novas	Acidentes de viação com vítimas
2014	30
2015	37
2016	44
2017	40
2018	38
2019	35*

* Dado provisório.

Fonte: INE – Dados Estatísticos

Gráfico 6.2 | Índice de gravidade, 2014-2018



Índice de Gravidade (IG) = Número de óbitos/ Acidentes de viação * 100

* 2019 - Dado provisório.

Fonte: INE – Dados Estatísticos

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas, “as zonas de maior suscetibilidade a acidentes rodoviários (classe de suscetibilidade elevada) correspondem às vias que historicamente

¹⁶ PMEPC de Vendas Novas



apresentam um maior número de acidentes e vítimas ou que apresentam maior tráfego e por isso um forte potencial de sinistralidade. Desta forma, é possível destacar a EN4, a EN360, a A2, a A6 e a A13”, estando identificadas na Planta de Riscos, a suscetibilidade elevada e moderada.

Este risco é classificado no PMEPC como risco Moderado (Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

Acidentes ferroviários

Os acidentes ferroviários são definidos no PMEPC de Vendas Novas como uma *“interrupção ou desvio brusco (não planeado) do movimento normal de um comboio em circulação na linha ferroviária. Este tipo de evento inclui as situações de descarrilamentos, colisões entre comboios ou colisões de comboios com viaturas, pessoas, infraestruturas ou outro tipo de bloqueio à circulação. As suas causas podem ser variadas abrangendo causas humanas (negligência, distração, etc) ou físicas originadas nas estruturas de circulação, nas composições ou em elementos externos (viaturas, derrocadas de taludes, etc).”*

A presença destes riscos no concelho de Vendas Novas deve-se à presença de infraestruturas ferroviárias, em particular a Linha do Alentejo e a Linha de Vendas Novas – Setil, a Estação de Vendas Novas (que faz a ligação entre as duas linhas), a Estação de Bombel e a Estação do Vidigal.

De acordo com o PMEPC as zonas de maior suscetibilidade a acidentes ferroviários correspondem às passagens de nível existentes, que são assim assinaladas na Planta de Riscos.

O Risco é Elevado, correspondendo a um grau de probabilidade Médio-Baixo e a um grau de gravidade Acentuado.

Acidentes aéreos

“Um acidente aéreo é definido pela Convenção Internacional de Aviação Civil (ICAO) como um evento associado à operação de uma aeronave, que ocorre entre os momentos de embarque de pessoas para voo e desembarque da última pessoa, e no qual um ou mais pessoas é grave ou fatalmente ferida, a aeronave tenha sofrido falhas e/ou danos na estrutura, e/ou tenha desaparecido ou ficado totalmente inacessível.”¹⁷

No concelho não há registo de acidentes aéreos, e assinala-se também o facto de não existirem aeródromos ou heliportos no concelho ou envolvente próxima. Contudo, mantém-se a presença deste risco, representado na Planta de Riscos através da classe de suscetibilidade elevada, pelo atravessamento do concelho por um corredor do espaço aéreo inferior (G7), a Norte, mas assinalando-se a inexistência de aglomerados habitacionais sob o mesmo corredor.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Probabilidade Baixo e Grau de Gravidade Crítico).

Transporte de matérias perigosas por via terrestre (rodovia ou ferrovia)

¹⁷ PMEPC de Vendas Novas

“As mercadorias perigosas correspondem às substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioactividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão podem provocar efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente.”¹⁸

No concelho não há registo de acidentes graves no transporte terrestre (rodoviário e ferroviário) de matérias perigosas, mas existe esse tipo de transporte com relativa frequência, seja no tráfego de camiões-cisterna de abastecimento de combustível ou de gás, seja no transporte de produtos industriais perigosos com destino ou origem ao parque industrial de Vendas Novas, seja ainda no tráfego ferroviário de mercadorias perigosas.

Na Planta de Riscos estão representadas as áreas identificadas no PMEPC com apresentando uma suscetibilidade elevada nesta tipologia de risco, em particular: as “vias rodoviárias (e faixas envolventes) em que existe maior tráfego de veículos de transporte de mercadorias perigosas (fundamentalmente por camiões-cisterna), nomeadamente a A2, a A6, a A13 e a EN340” e “a linha ferroviária do Norte (e a sua faixa envolvente)”, em ambas as situações atravessando os aglomerados populacionais de Vendas Novas e Bombel. Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Média e Grau de Gravidade Moderado).

Transporte de matérias perigosas por conduta

O transporte de matérias perigosas por conduta constitui um risco associado à ocorrência de “*explosões e incêndios, derrames tóxicos e libertação de gases tóxicos*”, encontrando-se regulamento por diversos diplomas legais.

O concelho de Vendas Novas é atravessado por cerca de 8 Km de condutas do oleoduto multiproduto da CLC. Apesar de não existir registo de acidentes graves e de não se verificar o atravessamento de aglomerados habitacionais, o oleoduto cruza a A2 e a A6, determinando um maior risco. Na Planta de Riscos é representada a suscetibilidade elevada.

O PMEPC classifica este risco como Moderado, com um grau de probabilidade Médio e um grau de gravidade Moderado.

6.4.2. Incêndios Urbanos

*“Os incêndios urbanos são incêndios que deflagram e se propagam no interior de zonas urbanas ou povoações”, estando na sua origem “quase sempre procedimentos negligentes na instalação, manutenção e uso de equipamentos elétricos e de equipamentos a gás. Os efeitos dos incêndios urbanos variam de acordo com as características dos edifícios afetados, tipo de materiais e infraestruturas que se encontram na sua proximidade e acessos ao local”.*¹⁹

Os locais de maior suscetibilidade a incêndios urbanos são identificados pelo PMEPC em correspondência com as zonas mais antigas da cidade de Vendas Novas, Landeira e Piçarras. A localização destes locais de maior suscetibilidade encontra-se transposta na Planta de Riscos, ressaltando-se que “*O registo histórico de incêndios urbanos resume-se a pequenos incêndios limitados às habitações ou edifícios (com poucos pisos) onde estes deflagram*”.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

¹⁸ PMEPC de Vendas Novas

¹⁹ PMEPC de Vendas Novas



6.4.3. Colapso de túneis, pontes ou viadutos

“O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, etc.) traduz-se na redução súbita ou progressiva da integridade estrutural da construção para níveis críticos, desencadeando o seu desmoronamento, total ou parcial.”²⁰

Apesar do concelho não ter registos de colapso de túneis, pontes ou outras infraestruturas de grandes dimensões, assinala-se na Planta de Riscos, como áreas de maior suscetibilidade a este tipo de risco, a localização dos diversos viadutos sobre as autoestradas e linhas ferroviárias do concelho, tal como identificado no PMEPC.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Grau de probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Acentuado).

6.4.4. Rutura de barragens

De acordo com o PMEPC, *“As barragens, embora sejam obras hidráulicas de grande importância na regulação de caudais e na atenuação de picos de cheia, têm o risco associado de poder provocar cheias de grande magnitude em consequência de acidentes graves devido a ruturas estruturais das barreiras de contenção.”*

O concelho de Vendas Novas não tem no seu interior ou proximidade barragens de grandes dimensões, mas assinala-se a presença de vários açudes e barragens de pequena dimensão que podem também provocar alguns danos.

O PMEPC de Vendas Novas assinala como zonas de maior suscetibilidade *“as faixas envolventes dos cursos de água situados a jusante de barragens”* (as quais são transpostas para a Planta de Riscos), das quais destaca a Barragem de Vale das Bicas (ou Barragem da Moinhola), situada na ribeira da Landeira. No caso de rutura desta barragem, a localidade da Landeira poderá ser afetada, mas esta constitui a única localidade nesta situação.

Este risco não é representado na Planta de Riscos. Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo e Grau de Gravidade Acentuado).

6.4.5. Acidentes industriais

“Os acidentes industriais graves são consequência do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial e podem resultar em explosões, incêndios e/ou emissões de substâncias contaminantes.”²¹ O regime de prevenção de acidentes graves é definido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que abrange os designados estabelecimentos SEVESO.

Apesar de não existirem estabelecimentos SEVESO no concelho de Vendas Novas, este risco é ponderado no âmbito do PMEPC, face a presença de alguns estabelecimentos industriais que manuseiam matérias perigosas²² e à presença de postos de abastecimento de combustível, grandes depósitos de gás e armazéns de grandes quantidades de gás em botija.

²⁰ PMEPC de Vendas Novas

²¹ PMEPC de Vendas Novas

²² O PMEPC identifica os seguintes estabelecimentos industriais que lidam com grandes quantidades de materiais combustíveis e/ou explosivos:

Estas localizações encontram-se representadas na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

6.4.6. Acidentes em locais com elevada concentração populacional

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas “as elevadas concentrações de pessoas possuem o potencial de desencadear e maximizar situações de risco no domínio da proteção civil”, seja por poderem ser responsáveis por atos de desordem, seja porque na ocorrência de acidente aumentará a dificuldade de evacuação e socorro.

São identificados vários locais com elevada concentração de pessoas no concelho, incluindo:

- numa forma regular “escolas, lares de idosos, mercados municipais, igrejas, recintos desportivos e recintos militares”;
- e numa forma esporádica “festas populares, feiras e concertos musicais.”

De acordo com o PMEPC são identificadas como as concentrações de maior dimensão e vulnerabilidade as escolas, as infraestruturas desportivas, Escola Prática de Artilharia e os lares de idosos. São representadas na Planta de Riscos, as classes de vulnerabilidade elevada e moderada.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Probabilidade Médio-Baixo e Grau de Gravidade Acentuado).

-
- a) Amorim Isolamentos S.A (Colas aquosas e ignífugas, reagentes químicos para tratamento de água, gasóleo, óleos e gás propano)
 - b) Fabrirés – Produtos Químicos, Lda (Produtos Químicos)
 - c) Key Plastics Portugal S.A (Hidrocarbonetos)
 - d) Lusasfal – Derivados Asfálticos de Portugal S.A. (Produtos asfálticos)
 - e) Naturplast – Transformação de Plásticos, Lda (Plásticos)
 - f) Futurgás – Comércio de gás, Lda (Gás)
 - g) Edscha – Arjal, Sistemas Tec.s para Automóveis, Lda (Plásticos e outros materiais inflamáveis)
 - h) NCD Natural (Produtos químicos para fabrico de produtos de limpeza)
 - i) Karmann Ghuia Portugal (Materiais Têxteis)
 - j) Specalta – Produtos Sustentáveis, Lda (Produtos químicos)





PARTE III - DOMÍNIO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



7. ANÁLISE SÓCIO ECONÓMICA

7.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é apresentada a caracterização socioeconómica do Município de Vendas Novas. A caracterização foi estruturada em socio demografia, quadro socioeconómico e atividades económicas do concelho de Vendas Novas, devidamente enquadradas no contexto regional, tendo como base de análise a NUT III Alentejo Central.

Em termos metodológicos a análise será realizada tendo como base a evolução dos diferentes indicadores estatísticos até ao momento mais recente disponível, sem prejuízo dos últimos censos (2011) apresentarem já um importante desfasamento face o momento atual.

Neste domínio será também apresentado o património cultural, atualmente em desenvolvimento.

7.2. SOCIO DEMOGRAFIA

7.2.1. Evolução e distribuição da população

No presente subcapítulo é feita uma análise à dinâmica demográfica no município, bem como nas duas freguesias, e lugares censitários. Sempre que possível, são apresentados os dados estimados até 2019, mas incluindo também os dados dos Censos 2011, que disponibilizam informação ao nível da freguesia e lugar censitário.

De acordo com os dados dos censos, entre 2001 e 2011, o município de Vendas Novas ganhou 227 habitantes, ou seja 2%, destacando-se face à perda verificada a nível da NUTS III - Alentejo Central (-3,9%). Em 2011, o município de Vendas Novas apresentava 11.846 habitantes, todavia, as estimativas populacionais mais recentes (2019) apontam para uma perda de 591 habitantes no município, cerca de 5% face a 2011. Esta perda é ainda assim ligeiramente menos acentuada que a estimada para a NUTS III (-7,1%) no mesmo período 2011-2019.

Considerando o período 2001-2011, verifica-se que na freguesia da Landeira ocorria já uma perda de 5,7%, mas, em compensação, a freguesia de Vendas Novas (mais populosa) apresenta um aumento de 2,5%, contribuindo para o crescimento geral do município, assim como para uma maior concentração populacional em torno da sede de concelho.

Quadro 7.1 | População Residente 2001 e 2011, e estimativas da população residente 2019, e variação da população residente

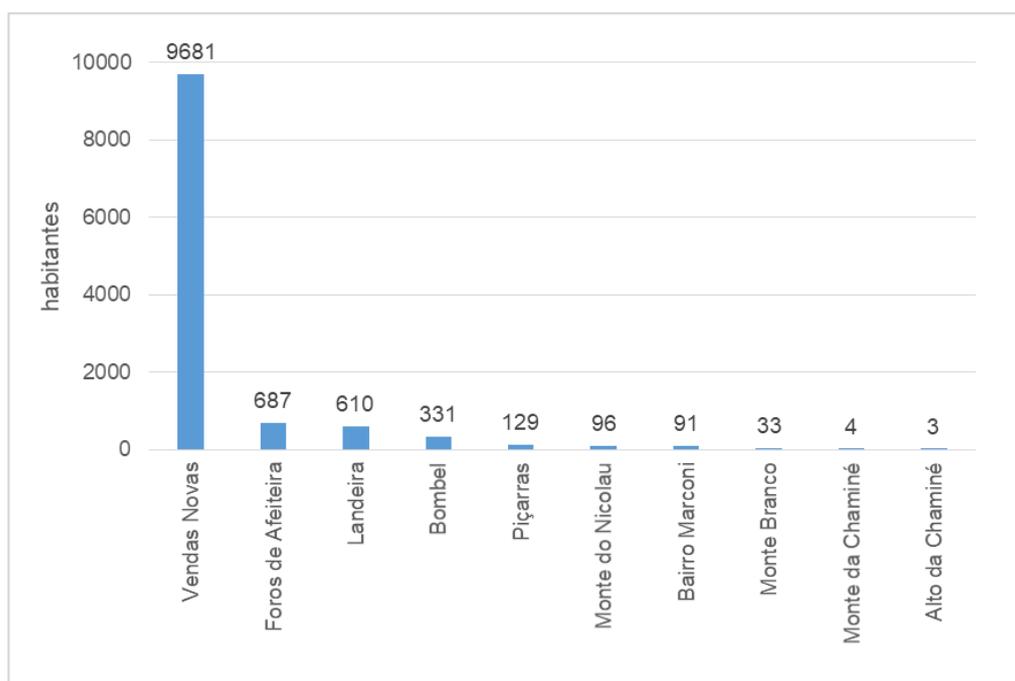
Unidade Territorial		População Residente (hab)		Variação da População (%)	Estimativa da População Residente (hab)
		2001	2011	2001-2011	2019
NUTS III	Alentejo Central	173.646	166.822	-3,9	152 299
Município	Vendas Novas	11.619	11.846	2,0	11 255
Freguesias	Vendas Novas	10.852	11.123	2,5	-
	Landeira	767	723	-5,7	-

Fonte: INE – Censos; Dados Estatísticos (Pesquisa online).

De facto, tal como representado no Gráfico 7.1, verifica-se que a população se concentra no lugar sede de concelho – 9.681 habitantes em 2011, ou seja 87% da população residente no concelho. Seguem-se os lugares censitários de Foros de Afeiteira e de Landeira, com respetivamente 687 habitantes e 610 habitantes. Apresentam também mais de 100 habitantes os lugares censitários de Bombel (331) e de Piçarras (129); Monte Nicolau e Bairro Marconi situam-se entre os 90 e 100 habitantes, e os restantes lugares censitários têm efetivos populacionais inferiores.

Do conjunto de lugares censitários, apenas Monte Branco (33 habitantes), Monte da Chaminé (4 habitantes) e Alto da Chaminé (3 habitantes) não se encontram delimitados como perímetros urbanos.

Gráfico 7.1 | População residente por lugar censitário, 2011



Fonte: INE – Censos 2011.

A densidade populacional do município de Vendas Novas era de 53 habitantes por Km² em 2011, sendo bastante superior à média sub-regional (Quadro 7.2) Na freguesia de Vendas Novas, a densidade populacional atinge os 71 habitantes por km², mas na freguesia da Landeira é de apenas 11 habitantes por km². Em 2019, verifica-se uma redução da densidade populacional estimada no município e NUTS III, mantendo o município uma densidade populacional superior.

Quadro 7.2 | Densidade Populacional, 2001, 2011 e estimativa para 2018

Unidade Territorial		Densidade Populacional (hab/km ²)		
		2001	2011	2019
NUTS III	Alentejo Central	23	23	21
Município	Vendas Novas	52	53	51
Freguesias	Vendas Novas	69	71	-
	Landeira	12	11	-

Fonte: INE – Censos.



7.2.2. Componentes do crescimento da população

A análise do saldo natural e migratório desde a entrada em vigor do PDM (1999), permite comprovar a tendência de perda revelada pelas estimativas de 2019. O saldo natural só se apresenta positivo para o município nos seguintes anos: 2000, 2002 e 2004 (Quadro 7.3).

Por seu turno, o saldo migratório que se apresentava positivo no concelho até 2014, é entre 2015 e 2018 negativo, oscilando entre os -9 e os -66. Em 2019, o saldo migratório volta a ser positivo (72), quase que compensando o saldo natural negativo apresentado nesse mesmo ano, na ordem do -76.

A NUTS III – Alentejo Central apresenta um saldo natural negativo em todo o período analisado, mas o saldo migratório, que era já negativo desde 2008, é também em 2019 positivo como no caso do concelho de Vendas Novas.

Contudo o saldo migratório positivo da NUTS III apresenta-se, no mais distante de conseguir compensar efetivamente o elevado saldo natural negativo, concluindo-se que o município de Vendas Novas apresenta um posicionamento vantajoso face o resto da sub-região.

Quadro 7.3 | Saldo natural e saldo migratório, 1999-2019

Anos	Saldo natural*		Saldo migratório*	
	N.º			
	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
1999	-683	-9	741	152
2000	-568	8	880	159
2001	-631	-6	452	69
2002	-646	6	290	56
2003	-721	-11	156	46
2004	-417	10	63	39
2005	-858	-7	76	40
2006	-650	-32	97	41
2007	-842	-36	122	43
2008	-866	-24	-101	28
2009	-918	-28	-18	34
2010	-898	-43	-182	22
2011	-661	-32	-646	36
2012	-910	-53	-798	23
2013	-1.004	-55	-654	32
2014	-1.057	-69	-1.404	-66
2015	-1.010	-81	-1.105	-54
2016	-1.038	-64	-501	-7
2017	-1.101	-71	-570	-11

Anos	Saldo natural*		Saldo migratório*	
	N.º			
	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
2018	-1.077	-111	-594	-11
2019	-1.109	-76	543	72

Saldo positivo

* Saldo Migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. Saldo Natural - Diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo

Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online).

7.2.3. Estrutura etária

Em sintonia com o apresentado atrás, verifica-se que apesar do ligeiro acréscimo demográfico do município entre 2001-2011, assiste-se nesse período a um envelhecimento da população. Este é representado no agravamento do índice do envelhecimento (Quadro 7.4), que se vem a situar nos 176 idosos por cada 100 jovens em 2011 (face aos 152 idosos por cada 100 jovens em 2001).

Nesse período, o índice de envelhecimento é menos gravoso que o da NUTS III – Alentejo Central, tanto no município como na freguesia de Vendas Novas. Apenas no caso da freguesia da Landeira se apresenta maior, acima dos 200 idosos por cada 100 jovens.

Quadro 7.4 | Índice de envelhecimento 2001, 2011 e estimativa para 2019

Unidade Territorial		Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens)		
		2001	2011	2019 (estimativa)
NUTS III	Alentejo Central	161	184	216
Município	Vendas Novas	152	178	228
Freguesias	Vendas Novas	156	177	-
	Landeira	103	204	-

Fonte: INE – Censos.

A análise do Quadro 75 permite constatar que, no período 2001-2011, a população idosa do município e da freguesia de Vendas Novas apresentou um acentuado acréscimo (27,69% e 26,38%, respetivamente), justificando o aumento do índice de envelhecimento, sem prejuízo de também a população jovem ter aumentado. Por seu turno, a freguesia de Landeira além de ter apresentado um aumento mais acentuado da população idosa (54,05%), apresenta também uma redução da população jovem (-22,22%), o que justifica o maior agravamento do índice de envelhecimento nesta freguesia.

No Quadro 7.5 é apresentada a composição etária da população residente à data do último recenseamento, e no Quadro 7.6 é apresentada a estimativa para 2019, que aponta, no município, para uma redução da população jovem e um crescimento da população idosa.



Quadro 7.5 | Estrutura Etária em 2011, e variação entre grupos etários, 2001- 2011

Unidade Territorial		Distribuição da População Residente				
		Grupos etários				Total
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
		2011 - hab				
NUTS III	Alentejo Central	22189	16562	87304	40767	166822
Município	Vendas Novas	1671	1060	6141	2974	11846
Freguesias	Vendas Novas	1587	993	5740	2803	11123
	Landeira	84	67	401	171	723
		Variação 2001-2011 - %				
NUTS III	Alentejo Central	-8,39	-26,99	-0,63	4,85	-3,93
Município	Vendas Novas	9,14	-25,87	-2,97	27,69	1,95
Freguesias	Vendas Novas	11,52	-24,60	-2,61	26,38	2,50
	Landeira	-22,22	-40,71	-7,82	54,05	-5,74

Fonte: INE – Censos.

Quadro 7.6 | Estrutura Etária estimada em 2019, e variação entre grupos etários, 2011- 2019 (estimativa)

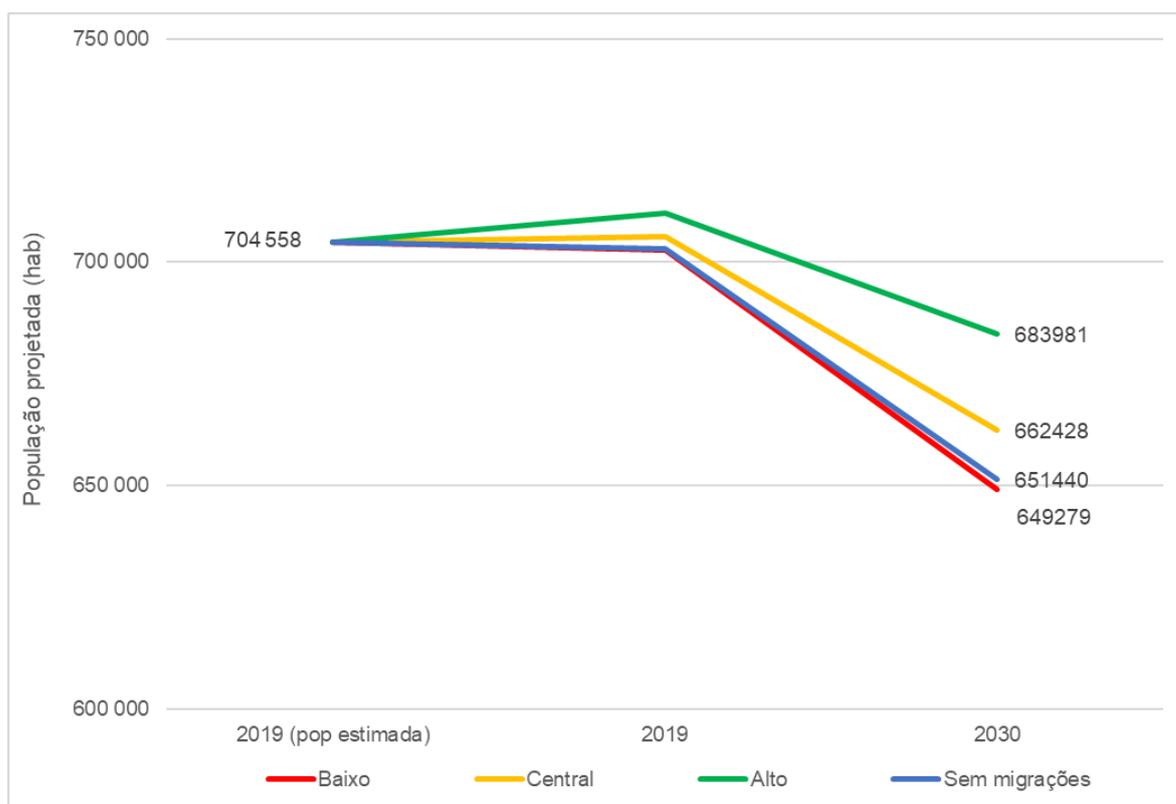
Unidade Territorial		Distribuição da População Residente				
		Grupos etários				Total
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
		2019 - hab				
NUTS III	Alentejo Central	18501	14963	78910	39925	152299
Município	Vendas Novas	1376	1164	5582	3133	11255
		Variação 2011-2019 - %				
NUTS III	Alentejo Central	-16,62	-9,65	-9,61	-2,07	-8,71
Município	Vendas Novas	-17,65	9,81	-9,10	5,35	-4,99

Fonte: INE.

Apresentam-se de seguida os resultados do exercício mais recente de projeções populacionais apresentado pelo INE, efetuado para o período 215-2080 (Gráfico 7.2). Apesar de o mesmo estar apenas disponível ao nível da NUTS II, é possível constatar que, nos próximos 10 anos, existe uma tendência regional decrescente em todos os cenários considerados.

Entende-se que esta tendência deve refletir-se também numa perda a nível municipal, uma vez que apesar do município de Vendas Novas exibir no período 2001-2011 um ligeiro aumento, as estimativas de 2019 apontam já para uma perda, assim como a análise da evolução do saldo natural e migratório.

Gráfico 7.2 | Projeções da população residente – NUTS II Alentejo



Nota: A população estimada para 2019 é inferior à população projetada para essa data (a partir de 2015) em todos os cenários com exceção do Alto.

Fonte: INE, Projeções da população residente 2015-2080 (anual). Estimativas da população, 2019.

7.3. QUADRO SOCIOECONÓMICO

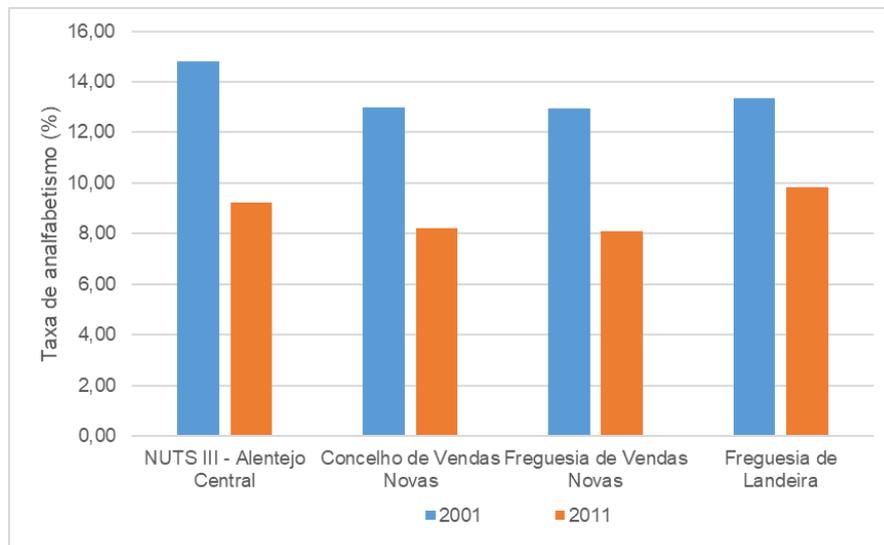
7.3.1. Nível Educacional da População

O nível educacional constitui um elemento determinante na caracterização do quadro socioeconómico na medida em que irá condicionar o emprego e a estrutura económica de um dado território.

No período intercensitário 2001-2011, a taxa de analfabetismo diminuiu cerca de 5 a 6 pontos percentuais a nível concelhio e sub-regional, mantendo o concelho uma taxa de analfabetismo inferior à média sub-regional, possivelmente associada a uma estrutura etária também menos envelhecida. Em 2011, a taxa de analfabetismo do concelho é de 8,2%, sendo também inferior a 10% em ambas as freguesias.



Gráfico 7.3 | Taxa de analfabetismo, 2001 e 2011



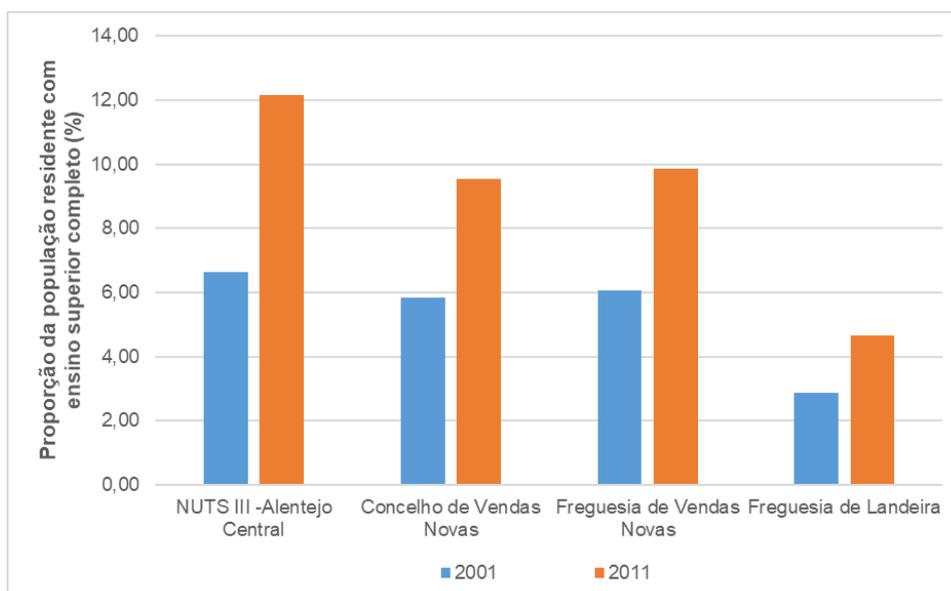
Nota: Taxa de analfabetismo - (População residente com 10 e mais anos ("Não sabe ler nem escrever")/ População residente com 10 e mais anos)*100

Fonte: INE – Censos.

Para a avaliação do nível educacional da população é ainda apresentada a proporção da população residente com o ensino superior, que representa o mais elevado nível de qualificação académica. Verifica-se que, também aqui, o concelho de Vendas Novas exibe uma tendência de melhoria no período 2001-2011, comum à tendência sub-regional, e presente também nas freguesias de Vendas Novas e da Landeira. Mantém-se, todavia, abaixo da média sub-regional com 9,53% da população residente no concelho com ensino superior. No caso da freguesia da Landeira, esta proporção é ainda inferior a 5%, enquanto na freguesia de Vendas Novas também se aproxima dos 10%.

Não tendo sido possível obter este indicador para o concelho e para anos mais recentes, considera-se ainda assim que a população com ensino superior terá maior representatividade no concelho, beneficiando da proximidade aos centros universitários de Évora, Setúbal e Lisboa.

Gráfico 7.4 | Proporção da população residente com ensino superior completo, 2001 e 2011



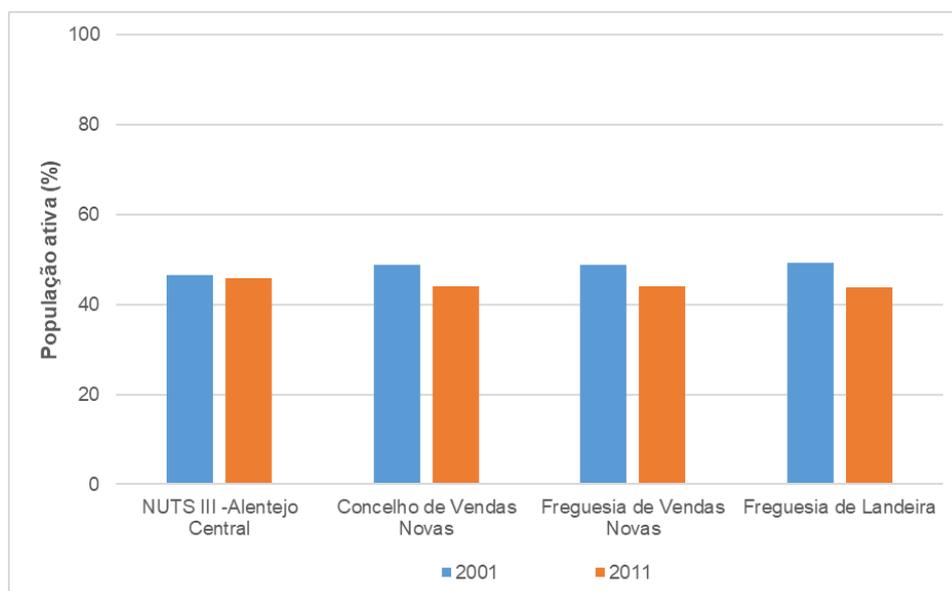
Fonte: INE – Censos.

7.3.2. População Ativa e Desemprego

O concelho de Vendas Novas dispunha, em 2011, de uma força de trabalho constituída por aproximadamente 5216 ativos, correspondendo a uma taxa de atividade de 44,03%. Esta taxa corresponde a uma perda de quase 5 pontos percentuais face a 2001, consequência principalmente do envelhecimento da população, mas ficando por identificar outros fatores que justifiquem esta quebra da taxa de atividade superior à média sub-regional (onde o envelhecimento da população se apresentou mais significativo). Não se encontram disponíveis, também neste caso, dados mais recentes por município.



Gráfico 7.5 | Taxa de atividade, 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos.

A par de uma taxa de atividade inferior à do Alentejo Central, o município de Vendas Novas apresenta uma taxa de desemprego também inferior. Em comum à NUTS III, concelho e freguesias analisados (Quadro 7.7), assiste-se no período 2001-2011 a um agravamento da taxa de desemprego.

Assim, em 2011, a taxa de desemprego no concelho de Vendas Novas rondava os 8%, correspondendo a um, total de 443 desempregados, dos quais apenas 30 residentes na freguesia da Landeira (sem prejuízo desta freguesia apresentar também uma taxa de desemprego acima dos 9%).

Quadro 7.7 | População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2011

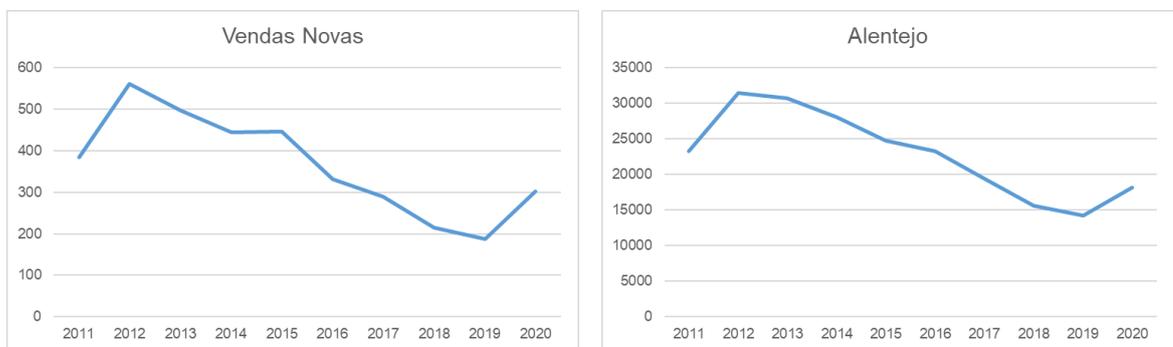
Unidade Territorial		População desempregada		Taxa de desemprego (%)	
		2011	2001	2001	2011
NUTS III	Alentejo Central	8571		6,2	11,19
Município	Vendas Novas	443		5,7	8,49
Freguesias	Vendas Novas	413		5,8	8,43
	Landeira	30		3,9	9,46

Fonte: INE - Censos

No caso do desemprego, é possível consultar dados atualizados por município (mas não por freguesia), correspondentes aos desempregados inscritos em centros de emprego, informação disponibilizada em estatísticas mensais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Os dados mais recentes publicados respeitam setembro de 2020, momento em que se encontravam registados 302 desempregados no concelho de Vendas Novas. Da análise do gráfico seguinte, verifica-se que a evolução do número de desempregados desde 2011 (data dos últimos censos) apresenta uma tendência para um decréscimo consistente, verificando-se, contudo, uma inversão no último ano. Esta evolução é semelhante à apresentada pela região Alentejo, e explica-se pelo crescimento económico nacional registado nos anos mais recentes, mas que foi bruscamente interrompido pela crise provocada pela situação pandémica associada ao COVID-19, cujas repercussões se encontram ainda por definir.

Gráfico 7.6 | Evolução do número de desempregados, entre 2011 e 2020 (mês de referência: setembro*)



*O mais recente disponível à data da consulta do site do IEFP, em 11-11-2020.

Fonte: IEFP. Estatísticas mensais por concelho, in <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Associado ao potencial aumento do desemprego, assinala-se o crescimento da população imigrante, que poderá concorrer com a população local na oferta de emprego.

7.3.3. Estrutura do Emprego

No que se refere à distribuição da população empregada por setores de atividade, apresentada no Quadro seguinte, é evidente, entre 2001 e 2011, uma grande redução da população empregada no município no setor primário (-39,3%) e no setor secundário (-31,6%), sendo esta perda comum à tendência sub-regional. No caso do setor primário verifica-se que a perda do município é ainda superior à da NUTS III (29,1%).

Ao nível das freguesias, assiste-se também a uma redução da população empregada nestes dois setores, sendo a perda maior na freguesia da Landeira, situação consistente com a perda populacional registada neste mesmo período (apresentada no subcapítulo anterior).

Em termos gerais, a população empregada na freguesia da Landeira registou uma perda maior (-20,9%), mas registou-se também uma perda na freguesia de Vendas Novas, município e NUTS III – Alentejo Central, sempre na ordem dos 10%.

Não obstante a perda generalizada da população empregada, a população empregada no setor terciário registou um aumento nas freguesias, município e NUTS III – Alentejo Central. É neste último que o acréscimo do setor terciário é menor (3,5%), mas é também este que apresenta em 2011 uma maior representatividade deste setor, que emprega assim quase 70% da população (69,3%).



No município de Vendas Novas, o setor terciário emprega em 2011, 65,8% da população, ou seja um total de 3142 indivíduos, seguido pelo setor secundário – 1319 indivíduos e 27,6% - e por fim pelo setor primário, com apenas 312 indivíduos e 6,5%. O peso do sector primário e secundário é maior na freguesia da Landeira, mas na verdade corresponde a efetivos populacionais muito reduzidos, de apenas 34 e 98 indivíduos, respetivamente.

De acordo com informação da Junta de Freguesia da Landeira, atualmente estes dados serão significativamente diferentes, revelando que cerca de 70% da população está empregada nas fábricas/superfícies comerciais instaladas em Palmela, mesmo no limite da freguesia – LIDL, Parmalat e HIP. Adianta ainda que se existisse uma zona industrial (como a prevista no Plano de Urbanização da Landeira), a aldeia poderia atrair algumas indústrias para se localizarem na freguesia, que dispõe de uma localização privilegiada.

Pelo contrário, também de acordo com a Junta de Freguesia da Landeira o setor primário terá um significado ainda menor, assinalando a reduzida mão-de-obra na agricultura (5-6 pessoas). A apanha do pinhão e a recolha da cortiça corresponde a trabalho temporário essencialmente com trabalhadores que vêm de fora em períodos específicos.

Quadro 7.8 | População empregada por setor de atividade em 2001 e 2011, e variação 2001-2011

Unidade Territorial		População empregada por setores de atividade						
		Total	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
		2011						
NUTS III	Alentejo Central	67996	6451	9,5	14441	21,2	47104	69,3
Município	Vendas Novas	4773	312	6,5	1319	27,6	3142	65,8
Freguesias	Vendas Novas	4486	278	6,2	1223	27,3	2985	66,5
	Landeira	287	34	11,8	96	33,4	157	54,7
		2001						
NUTS III	Alentejo Central	75723	9104	12,0	21128	27,9	45491	60,1
Município	Vendas Novas	5350	514	9,6	1928	36,0	2908	54,4
Freguesias	Vendas Novas	4987	447	9,0	1767	35,4	2773	55,6
	Landeira	363	67	18,5	161	44,4	135	37,2
		Variação 2001-2011 (%)						
NUTS III	Alentejo Central	-10,2	-29,1		-31,6		3,5	
Município	Vendas Novas	-10,8	-39,3		-31,6		8,0	
Freguesias	Vendas Novas	-10,0	-37,8		-30,8		7,6	
	Landeira	-20,9	-49,3		-40,4		16,3	

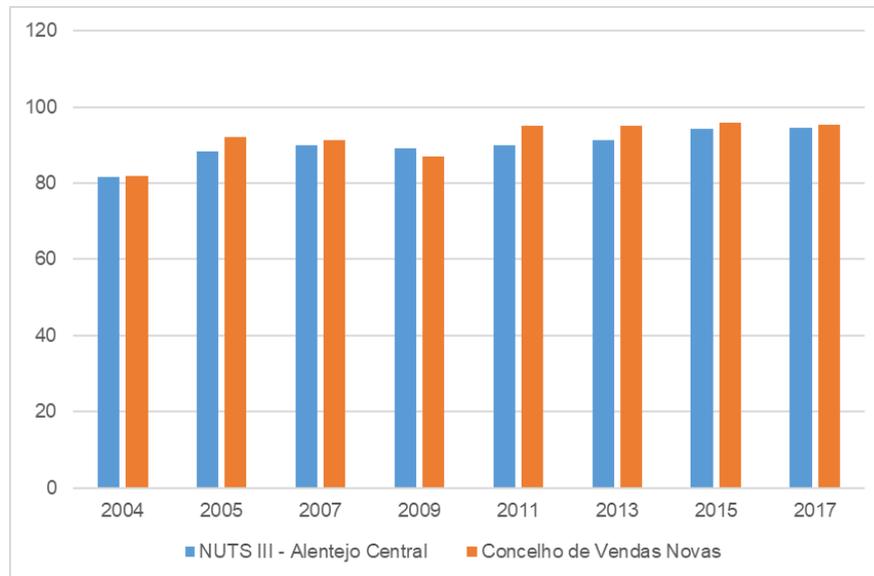
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

7.3.4. Poder de Compra

Por fim, na caracterização do Quadro socioeconómico apresenta-se a evolução do poder de compra per capita entre 2004 e 2017 (Gráfico 7.7) que revela uma tendência de crescimento entre os 80 e 95 no concelho de Vendas Novas, mantendo-se ligeiramente superior à NUTS III – Alentejo Central (com exceção de 2009).

Com um poder de compra per capita de 95,23 em 2017, o concelho de Vendas Novas aproxima-se já bastante da média nacional.

Gráfico 7.7 | Poder de compra per capita entre 2004 e 2017



Fonte: INE

7.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

7.4.1. Estrutura Empresarial

A atividade económica do município de Vendas Novas assenta numa cultura empresarial valorizada pela experiência acumulada da atividade industrial, que em alguns casos é tecnologicamente evoluída e com elevado nível de internacionalização, organizada em torno do Parque Industrial (apresentado em maior detalhe de seguida), que tem mostrado uma capacidade de atração de investimento e geração de emprego, quando comparado a infraestruturas semelhantes existentes na região.

No entanto, uma análise aos dados recentes sobre a atividade económica revela os constrangimentos económicos e financeiros que afetaram fortemente os fatores de desenvolvimento local, e consequentemente as atividades económicas no município, situação que importa identificar no sentido de garantir a adoção de medidas concretas vocacionadas para o desenvolvimento económico do município.

No que se refere ao tecido empresarial, é já possível obter valores até 2018 e comparar a sua evolução desde 2008²³, para as empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, conforme representados no Quadro e Gráfico seguintes. Em todo o caso, ressalva-se que esta análise pode não ser representativa da verdadeira dimensão de cada atividade no município, uma vez que algumas empresas poderão ter sede fora do Concelho.

²³ Apesar do INE apresentar dados que remontam a 2004, optou-se por utilizar o ano de 2008, por questões de comparabilidade.



Quadro 7.9 | Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios agrupados por Setor de Atividade, em 2018

		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
		2018		
NUTS III Alentejo Central	Setor Primário	4677	7873	352223553
	Setor Secundário	2196	12201	1125574304
	Setor Terciário	13370	25968	1549199879
	Total	20243	47333	3051870725
Município de Vendas Novas	Setor Primário	219	382	18033072
	Setor Secundário	162	1313	157698275
	Setor Terciário	909	1910	156491365
	Total	1290	3605	332222712
		2008		
Alentejo Central	Setor Primário	3410	7994	297251167
	Setor Secundário	2952	15369	1002860695
	Setor Terciário	14512	24019	1473691808
	Total	20874	49177	2801485802
Vendas Novas	Setor Primário	166	331	12330651
	Setor Secundário	223	1600	110149148
	Setor Terciário	956	1807	81622995
	Total	1345	3765	205861772
		Variação 2008-2018		
Alentejo Central	Total	-3,02	-3,75	8,94
Vendas Novas	Total	-4,09	-4,25	61,38

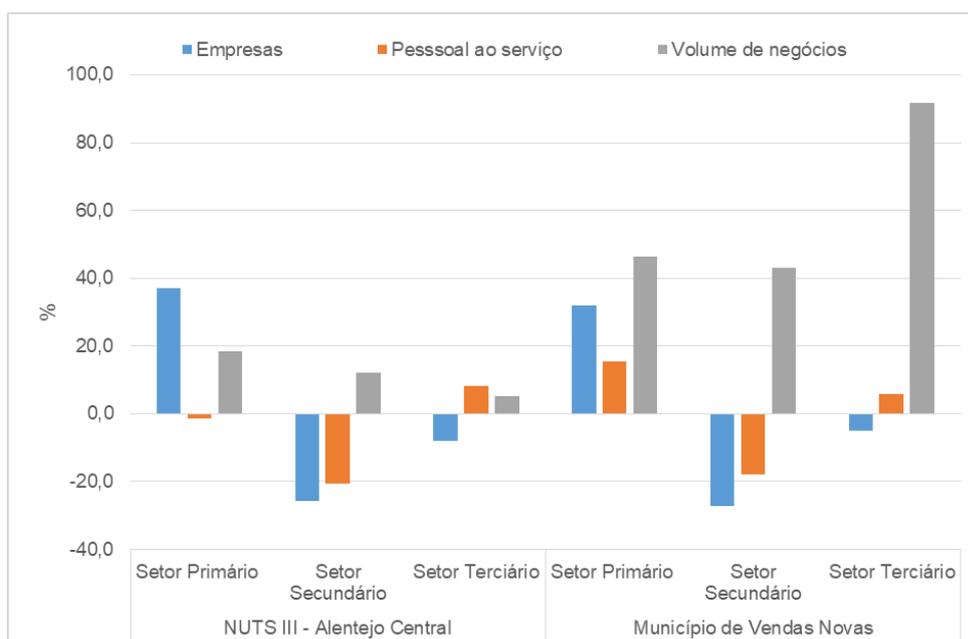
Nota: Correspondência CAE Rev 3 – conforme representada no Quadro 7.10:

Setor Primário: CAE A e B. Setor Secundário: CAE C a F. Setor Terciário: CAE G a S

Os totais podem não corresponder à soma dos vários setores de atividade, devido à existência de dados confidenciais no Quadro 7.10

Fonte: INE

Gráfico 7.8 | Variação das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios



Nota: Correspondência CAE Rev 3 – conforme representada no Quadro 7.10:

Setor Primário: CAE A e B. Setor Secundário: CAE C a F. Setor Terciário: CAE G a S

Os totais podem não corresponder à soma dos vários setores de atividade, devido à existência de dados confidenciais no Quadro 7.10

Fonte: INE

Em 2018, encontravam-se sedeadas no município de Vendas Novas 1.290 empresas, com 3.605 indivíduos ao serviço e com um volume de negócios que rondava os 332 milhões de euros (Quadro 3.8).

O número de empresas com sede no município de Vendas Novas em 2018 corresponde a um decréscimo de 4,09% face a 2008 (Quadro 7.10), próximo do apresentado a nível sub-regional. Também o pessoal ao serviço apresenta um decréscimo naquele período no município e NUTS III, mas o volume de negócios apresenta um aumento a nível sub-regional e especialmente no município.

O Gráfico 7.8 representa a variação do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por setor de atividade, verificando-se no município de Vendas Novas um aumento generalizado do setor primário, enquanto no caso da NUTS III o acréscimo do número de empresas e do volume de negócios neste setor de atividade é acompanhado por um ligeiro decréscimo do pessoal ao serviço. Nos setores secundário e terciário existe uma redução no número de empresas, mas ambos apresentam um aumento do volume de negócios. O pessoal ao serviço no setor secundário apresenta uma redução, enquanto o setor terciário experimenta um aumento do pessoal ao serviço (ainda assim menos significativo que o do setor primário).

A opção pela comparação com 2008 visa a utilização de uma mesma série temporal, contudo, ressalva-se que a comparação com anos anteriores revela também um decréscimo do número de empresas a nível municipal e sub-regional.



No Quadro 7.10 é apresentada a composição do tecido empresarial em 2018, desagregada ao nível da seção (CAE Rev3), uma vez que a análise por setor de atividade (apresentada atrás) agrega realidades muito específicas.

Assim sendo, a principal atividade em termos de número de empresas corresponde a “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” (20%), e é também a segunda mais importante em termos de pessoal ao serviço (17,92%) e de volume de negócios (17,22%).

A atividade mais importante em termos de pessoal ao serviço e de volume de negócios é a atividade “Indústrias transformadoras”, responsável respetivamente por 30,85% do pessoal ao serviço e por 45,44% do volume de negócios, independentemente de representar apenas 5,42% do número de empresas. Nesta atividade destaque, como principais atividades transformadoras, as indústrias alimentares (vinhos, queijos, enchidos), indústrias da cortiça e fabricação de produtos metálicos (componentes automóveis), sendo que praticamente todas as unidades industriais se localizam no Parque Industrial de Vendas Novas. Este apresenta-se em crescimento, e beneficia de uma forte ligação com a StartupAlentejo.

A segunda atividade em termos de número de empresas é “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (16,98%), representando 10,60 % do pessoal ao serviço, mas apenas 5,43% do volume de negócios, nesta destaca-se a produção florestal nomeadamente a cortiça e a pinha, bem como alguma atividade agrícola. Assinala-se a Herdade da Ajuda Velha com maior dimensão na produção agrícola, mas existem também vários pequenos produtores, contudo apenas se aponta a presença assídua no mercado municipal de uma vendedora.

Esta distribuição empresarial não difere muito do comportamento apresentado pela NUTS III – Alentejo Central, também representado no Quadro 7.10.

Deve ainda ser salientado o posicionamento do município de Vendas Novas na NUTS III que ocupa a 2.^a posição, a seguir ao município de Évora, num conjunto de indicadores como sejam: o volume de negócios total, o Valor Acrescentado Bruto e o saldo da balança comercial.

Quadro 7.10 | Distribuição das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por CAE, em 2018

Setores de Atividade	CAE Rev.3 - Secção	2018					
		NUTS III – Alentejo Central			Município de Vendas Novas		
		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)	Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
Total		20243	47333	3051870725	1290	3605	332222712
Primário	(A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4624	7873	352223553	219	382	18033072
	(B) Indústrias extrativas	53	*	*	0	0	0
Secundário	(C) Indústrias transformadoras	1037	9139	998540235	70	1112	150952561
	(D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e frio e ar frio	60	*	*	4	4	32846
	(E) Captação, trat. e dist. de água; san., gestão de resíduos e desp.	22	210	13362860	0	0	0
	(F) Construção	1077	2852	113671209	88	197	6712868
Terciário	(G) Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. aut. e motociclos	3373	8161	947629886	258	646	57199828
	(H) Transportes e armazenagem	309	1344	79927679	27	68	3504105
	(I) Alojamento, restauração e similares	1852	4572	151366818	109	400	12291926
	(J) Atividades de informação e de comunicação	206	649	95081835	16	122	72547687
	(L) Atividades imobiliárias	398	523	23082930	20	23	533510
	(M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1496	2457	68812819	88	137	2750965
	(N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2270	3990	47264139	148	158	1969270
	(P) Educação	749	*	*	47	48	176204
	(Q) Atividades de saúde humana e apoio social	1330	2363	77410306	89	176	4083889
	(R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	538	657	15462081	36	38	349510
	(S) Outras atividades de serviços	849	1252	43161386	71	94	1084471
		Peso face ao total - %					
Primário	(A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	22,84	16,63	11,54	16,98	10,60	5,43
	(B) Indústrias extrativas	0,26	*	*	0	0	0



Setores de Atividade	CAE Rev.3 - Secção	2018					
		NUTS III – Alentejo Central			Município de Vendas Novas		
		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)	Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
Secundário	(C) Indústrias transformadoras	5,12	19,31	32,72	5,43	30,85	45,44
	(D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e frio e ar frio	0,30	*	*	0,31	0,11	0,01
	(E) Captação, trat. e dist. de água; san., gestão de resíduos e desp.	0,11	0,44	0,44	0,00	0,00	0,00
	(F) Construção	5,32	6,03	3,72	6,82	5,46	2,02
Terciário	(G) Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. aut. e motociclos	16,66	17,24	31,05	20,00	17,92	17,22
	(H) Transportes e armazenagem	1,53	2,84	2,62	2,09	1,89	1,05
	(I) Alojamento, restauração e similares	9,15	9,66	4,96	8,45	11,10	3,70
	(J) Atividades de informação e de comunicação	1,02	1,37	3,12	1,24	3,38	21,84
	(L) Atividades imobiliárias	1,97	1,10	0,76	1,55	0,64	0,16
	(M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7,39	5,19	2,25	6,82	3,80	0,83
	(N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11,21	8,43	1,55	11,47	4,38	0,59
	(P) Educação	3,70	*	*	3,64	1,33	0,05
	(Q) Atividades de saúde humana e apoio social	6,57	4,99	2,54	6,90	4,88	1,23
	(R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2,66	1,39	0,51	2,79	1,05	0,11
	(S) Outras atividades de serviços	4,19	2,65	1,41	5,50	2,61	0,33

* Dados Confidenciais. Estes determinam que a soma das várias atividades económicas não totaliza os 100%. Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Por fim, são dadas algumas notas com relevo para a dinâmica económica, designadamente no que se refere à localização das atividades económicas no território municipal:

- A localização da quase totalidade da indústria transformadora no Parque Industrial de Vendas Novas, sendo praticamente nula a sua presença na cidade;
- A localização da atividade comercial e de serviços na Cidade de Vendas Novas (que como já mencionado atrás concentra cerca de 87% da população do município);
- A importância da ocupação florestal do espaço rústico que contribuí para o relevo da indústria da cortiça e do pinhão no município.
- Por fim, deve ser dada a nota da criação da StartUP Alentejo® em 2017, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas. Dispõe de 4 modelos de incubação: Pré-incubação, cowork, incubação física e escritório virtual, recebendo já 48 empresas

Parque Industrial de Vendas Novas

O Parque Industrial de Vendas Novas, que concentra a quase totalidade da indústria transformadora, foi objeto de um Plano de Pormenor, que se encontra descrito no ponto 2.3.3.1., e sobre o qual é já indicada a necessidade de revisão/expansão.

Com 80 ha, o Parque Industrial foi desenvolvido em 3 fases já concluídas:

- Fase 1 – 440 000,00 m²
- Fase 2 – 46870,00 m²
- Fase 3 – 64 025,00 m²
- Lote 70 Alv. 1/2007 – 44 500,00 m²

De acordo com a informação da CMVN²⁴, encontram-se localizadas no Parque Industrial cerca de 70 empresas com 1.200 trabalhadores, existindo ainda terrenos e edifícios disponíveis para arrendamento e/ou venda.

A percentagem de ocupação rondará os 67,9%, excluindo já os lotes que não estão para venda, pois são áreas de expansão de empresas já existentes, considerando assim esses lotes como área ocupada. Pela natureza das empresas localizadas e potencial logístico e de capacidade de atração de investimento, é expectável a necessidade de futuras expansões, uma vez que atualmente, embora com áreas ainda disponíveis, as mesmas podem ser rapidamente esgotadas face à tipologia de empresas que potencialmente procuram o Parque Industrial designadamente no setor da logística.

O Parque Industrial Vendas de Novas disponibiliza um conjunto de Serviços de Apoio, como restaurante, formação profissional, creche e jardim-de-infância, ginásio, limpezas industriais, jardinagem, ecocentro, entre outros, que contribuem para um melhor acolhimento empresarial e atração de investimentos.

A posição estratégica do Parque Industrial, em termos de proximidade dos grandes mercados e serviços, com boas acessibilidades e ligações intermodais de nível internacional, nacional e regional (interface Lisboa / Sul e Lisboa / Madrid, Setúbal e Évora – cruzamento A2/A6/A13), é reforçada no quadro das orientações nacionais definidas a nível portuário e logístico e da implementação de

²⁴ <http://www.cm-vendasnovas.pt/pt/site-investir/acolhimento/Paginas/parqueindustrial.aspx>



novas acessibilidades estruturantes a nível nacional e internacional. Neste sentido, o reforço da importância do Porto de Sines e da sua zona portuária, industrial e logística beneficiará de amplo desenvolvimento, não só no volume e diversificação de mercadorias movimentadas, mas também no desenvolvimento de iniciativas ligadas ao conhecimento e à inovação.

Em resumo o Parque Industrial dispõe de um conjunto de características distintivas que urge potenciar:

- Cluster Automóvel e Cluster da cortiça;
- Excelente posição geoestratégica associada às excelentes acessibilidades Ferro Rodoviárias, que elevam o potencial logístico;
- A localização num território com possibilidade de expansão;
- A dotação de Rede de Fibra Ótica e a possibilidade de inclusão de gás natural.

A distribuição por setores de atividade das empresas instaladas no Parque Industrial apresenta-se bastante variado, incluindo²⁵:

- Indústrias Transformadoras:
 - Componentes automóveis
 - Fabricação de carros e reboques
 - Cortiça e seus derivados
 - Fabricação de detergentes
 - Rações para animais
 - Fabricação de betão pronto
 - Fabricação de artigos de mármore e rochas similares
- Construção
 - Construção de edifícios
 - Construção e reparação de cemitérios
 - Construção de postos de transformação (PTS)
- Comércio e reparação de veículos automóveis
 - Comércio de veículos automóveis
 - Manutenção e reparação de veículos
 - Venda e reparação de veículos
 - Comércio de bebidas
 - Comércio de móveis
 - Comércio de produtos de higiene

²⁵ Apresentação do Parque Industrial de Vendas Novas, podendo diferir algumas das atividades indicadas.

- Reparação e manutenção de bens
- Comércio e reparação de motos
- Alojamento e restauração
- Restaurante
- Estabelecimento de bebidas
- Comunicações, transportes e armazenagem
- Emissão TV Satélite
- Atividades Logísticas e de distribuição
- Armazenagem
- Educação
- Cursos de formação profissional
- Serviços e atividades, principalmente prestados às empresas
- Limpeza
- Energia
- Lavagem e limpeza de veículos automóveis
- Carpintaria
- Serralharia de ferro e alumínio
- Serralharia de pressão
- Manutenção de equipamentos
- Jardim de Infância
- Ginásio

7.4.2. Alojamento e restauração

A análise do Quadro 7.10 revela que, em termos globais, a atividade de alojamento, restauração e similares tem uma representatividade significativa no tecido empresarial do concelho, seja pelo número de empresas (8,45%), seja pelo pessoal ao serviço (11,10%). Contudo o volume de negócios é mais modesto (3,70%), verificando-se que muitas das empresas correspondem a pequenos estabelecimentos de restauração e cafetaria.

É aqui importante destacar a fama das “Bifanas de Vendas Novas”, que constitui marca registada pelo Município de Vendas Novas desde 2011. Estas vendem-se em quase todos os estabelecimentos da cidade, com maior concentração na zona da Boavista. São recomendados os seguintes estabelecimentos pelo município de Vendas Novas:

- 100% Bifanas de Vendas Novas
- Bifanas & Companhia
- Café Boavista
- A Chaminé



- Império das Bifanas
- Passion Café
- O Silva

No que respeita ao sector do alojamento, este apresenta-se bastante modesto, na medida em Vendas Novas não apresenta uma tradição turística.

No Quadro 7.11 estão identificados os empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local registados no concelho de Vendas Novas, de acordo com o Turismo de Portugal, através da consulta do Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR) do Turismo de Portugal. Correspondem a um único empreendimento turístico, o Hotel Acez, de 4 estrelas, com 25 quartos e capacidade para 36 pessoas.

A oferta de alojamento local, com 8 estabelecimentos e uma capacidade total de 87 utentes, constitui um importante complemento na oferta de alojamento turístico. Concentra-se na cidade de Vendas Novas, com exceção de duas moradias (uma em Nicolaus e outra na Afeiteira), e corresponde essencialmente a estabelecimentos de hospedagem (4). Além destes existem 3 moradias e 1 apartamento.

Quadro 7.11 | Empreendimentos Turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local no concelho de Vendas Novas (novembro de 2020)

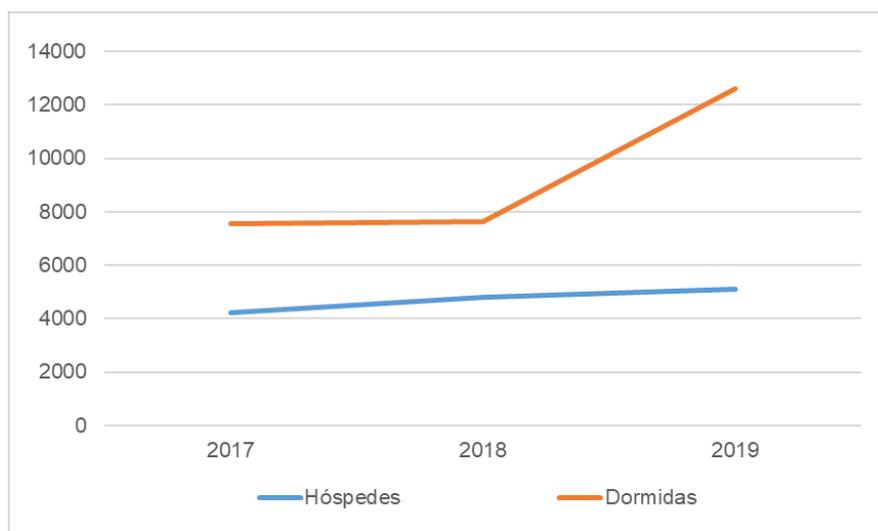
Designação	Tipologia	Categoria	Capacidade/ Nº de utentes	Unidade de alojamento/ N.º de quartos	Localização, Freguesia
Empreendimento turístico					
Hotel Acez	Hotel	4*	36	25	Vendas Novas, Vendas Novas
Alojamento local					
Casa Zanzibar	Moradia	-	15		Nicolaus, Landeira
Solar da Afeiteira	Moradia	-	6		Afeiteira, Vendas Novas
Laranjal 42	Estabelecimento de Hospedagem	-	3		Vendas Novas
Quinta do Ribeiro	Moradia	-	4		Vendas Novas
Passion Café	Estabelecimento de Hospedagem	-	10		Vendas Novas
Residencial Primavera	Estabelecimento de Hospedagem		23		Vendas Novas
Residencial Escondidinho	Estabelecimento de Hospedagem		24		Vendas Novas
Cocoon Guest House	Apartamento		2		Vendas Novas

Fonte: SIGTUR, pesquisa online em 12-11-2020.

Não existem Projetos e Pedidos de Informação Prévia (PIP) de empreendimentos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, tal como identificados no SIGTUR, mas é possível indicar o projeto de hotel e adega na Herdade do Monte Branco.

Os dados do INE relativos à oferta de alojamento turístico – estabelecimentos e capacidade de alojamento²⁶ constituem um universo mais reduzido que o resultante da pesquisa no SIGTUR, correspondendo, em 2019, a 55 quartos distribuídos por 3 estabelecimento de alojamento local e um hotel. Para este total, e com referência a 2019, a procura é representada por 4237 hóspedes e 7543 dormidas. Estes totais correspondem a um aumento nos últimos 3 anos, em especial das dormidas, contudo, entende-se que 2020 corresponderá a uma quebra acentuada (atendendo a crise provocada pela pandemia do COVID 19).

Gráfico 7.9 | Evolução do número de hóspedes e dormidas em estabelecimento de alojamento turístico no concelho de Vendas Novas, 2017-2019



Fonte: INE

Ainda respeitando a oferta turística, podem ser identificadas 6 empresas de animação turística com sede no concelho de Vendas Novas:

- Ocean Alive - cooperativa para a educação criativa marinha, CRL
- LUSITANUS ALENTEJANUS - ANIMAÇÃO TURISTICA UNIPessoal LDA
- Sunny Routes - Tours & Transfers Ld
- Bastirosasal Lda
- Liah Rosenfeld
- Riboat Tours, Unipessoal Lda

com a ressalva de que as mesmas podem oferecer produtos para fora do concelho, mas também empresas sedeadas noutros concelhos podem apresentar oferta de produtos turísticos no território de Vendas Novas.

Assinala-se ainda a oferta de campos de férias – Campos de Férias do Castor, na Quinta Contente, em Nicolaus – Landeira.

De um modo geral, reconhece-se o reduzido interesse turístico co concelho, mas assinala-se o potencial presente no património natural das quintas ainda por explorar; no conjunto da Marconi

²⁶ Os dados do INE relativos ao alojamento turístico incluem os empreendimentos turísticos e os empreendimentos de turismo em espaço rural designados como “hotalaria” e “TER e TH”, e o alojamento local. Não incluem os parques de campismo e de caravanismo.



(condomínio habitacional e Igreja), em estado de abandono; e no Palácio Vidigal que se encontra fechado ao público.

8. PATRIMÓNIO CULTURAL

8.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

A metodologia geral de caracterização do património histórico-cultural existente no concelho de Vendas Novas consiste na sistematização da informação disponível, relativa a:

- Achados arqueológicos e potencial do subsolo (nomeadamente, o valor, o número e locais onde existem ou possam existir, de onde provêm notícias de ocorrência de vestígios) e elementos edificados (no que respeita a tipologias, estado de conservação, usos, cronologias, alterações, etc.);
- Desenvolvimentos da investigação histórico-arqueológica no território concelhio e os conhecimentos que permitiram alcançar sobre a evolução da ocupação humana.

Esta recolha de informação permite reconstituir a evolução histórica do povoamento do concelho, de forma coerente, fundamentada em bases científicas e devidamente atualizada.

Na implementação da metodologia de pesquisa foram considerados distintos elementos patrimoniais, nomeadamente, os materiais, as estruturas e os sítios incluídos nos seguintes âmbitos:

- Património abrangido por figuras de proteção, compreendendo os imóveis classificados e em vias de classificação ou outros monumentos, sítios e áreas protegidas por lei;
- Sítios e estruturas de reconhecido interesse patrimonial e/ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação creditados, em inventários nacionais e ainda aqueles cujo valor se encontra convencionado;
- Estruturas singulares, testemunhos de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e de exploração dos seus recursos naturais em moldes tradicionais, definidos como património vernáculo.

Assim, aborda um amplo espectro de realidades:

- Elementos arqueológicos em sentido restrito (achados isolados, manchas de dispersão de materiais, estruturas parcial ou totalmente cobertas por sedimentos, locais de informação paleo-ambiental);
- Vestígios de rede viária e caminhos antigos;
- Vestígios de mineração, pedreiras e outros indícios materiais de exploração de matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e delimitadoras de propriedade;
- Estruturas de apoio a actividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

A pesquisa bibliográfica permite traçar um enquadramento histórico para a área em estudo. Com este enquadramento procura-se facultar uma leitura integrada das estações arqueológicas documentadas, no contexto mais amplo da diacronia de ocupação do território. O levantamento bibliográfico baseia-se nas seguintes fontes de informação:

- Inventários patrimoniais de organismos públicos (Portal do Arqueólogo; base de dados Ulysses - Sistema de Informação do Património Classificado e SIPA – Sistema de Informação para o



Património Arquitetónico da Direção-Geral do Património Cultural – DGPC; bases de dados da autarquia);

- Bibliografia especializada;
- Instituições públicas ou privadas com coleções de arqueologia e um papel interventivo ao nível do património local;
- Planos de ordenamento e gestão do território;
- Projectos de investigação e processos de avaliação de impactes existentes na região.

Para além da utilidade imediata do trabalho sistematização da informação histórico-arqueológica patente no processo de revisão do PDM, que permite a compilação de informação anteriormente mais dispersa, pretende-se que esta seja uma primeira etapa de criação de um corpo informativo que, de forma planeada e sistemática, possa ser revisto e atualizado, nomeadamente através de trabalho de campo complementar, que possa vir a resultar numa carta arqueológica do concelho de Vendas Novas.

8.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Pesem embora alguns processos de prospeção arqueológica, de avaliação de impacte ambiental e acompanhamento arqueológico de obra que já ocorreram em Vendas Novas, não existe de facto um conjunto representativo de arqueossítios identificados no território do concelho.

A escassez de registo arqueológico em muito se explica pela fisiografia do território.

De facto, as características específicas da sua geomorfologia tornam-no particularmente pouco propenso do ponto de vista do potencial arqueológico.

O concelho enquadra-se quer na Bacia Sedimentar do Sado quer na Bacia Sedimentar do Tejo, que localmente se interligam através de aquíferos comuns.

A exceção às amplas áreas decorrentes de sedimentogénese relativamente recente consiste num pequeno setor a este e a sudeste da cidade de Vendas Novas, caracterizada por unidades estruturais da Zona de Ossa-Morena (ZOM) e Zona Sul Portuguesa (ZSP), integradas no Maciço Hespérico ou Maciço Antigo, com litologia ígnea e metamórfica. Este setor constitui-se num ligeiro planalto sobre-elevado em relação ao nível do mar.

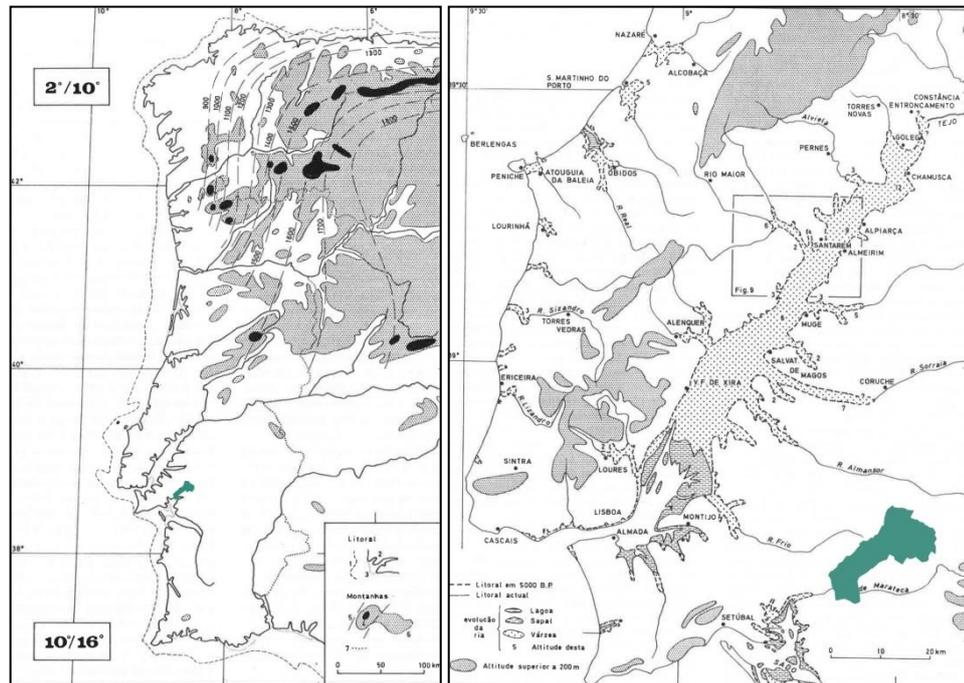
Portanto, trata-se um território maioritariamente constituído por uma litologia sedimentar, com domínio de estratos greso-argilosos, argilo-gresosos, cascalheiras, aluviões e depósitos de terraço.

Ao nível do relevo, também é sintomática reduzida variação altimétrica, situada aproximadamente entre os 0 e os 185 metros de altitude, sendo as cotas mais baixas e a superfície mais aplanada a sul, nas imediações da ribeira da Marateca.

A escassez de registo arqueológico tende a ser um reflexo dos traços físicos específicos do território, que sofreram mudanças muito profundas ao longo dos milénios, tendo o ser humano que se adaptar e enfrentar condições ambientais muito diversas, entre máximos glaciares e processos de transgressão marinha.

Suzanne Daveau em 1980 salientou efetivamente a importância da investigação arqueológica reconstituir a extensão e configuração das terras emersas, das formas de relevo, do clima, do

coberto vegetal e da fauna, no curto, médio e longo prazo, para assim entender o seu reflexo na presença humana e no registo arqueológico inerente (Daveau, 1980, p. 13).



Fonte: Daveau, 1980, p. 24, Fig. 5 e p. 26, Fig. 6

Figura 8.1 | Localização aproximada do território do atual concelho de Vendas Novas sobre o mapa de Portugal durante a Idade Glaciar Würm recente e sobre o mapa das rias flandrianas da Estremadura e Ribatejo (cerca de 3000 a.C.).

Nenhuma das estações arqueológicas reconhecidas no território de Vendas Novas consta na base de dados nacional Portal do Arqueólogo, da DGPC:

- Bica-Fria - estação paleolítica;
- Sesmaria de Cuncos - estação romana;
- Ferraria da Lavra de Maio (Landeira);
- Ferraria do Quintal do Henrique Rosa (Landeira);
- Olival de Amieira - estação medieval;
- Terras Frias (Moinhola, Landeira) - estação medieval.

8.3. HISTÓRIA DO CONCELHO E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

A história de Vendas Novas encontra-se captada na monografia “Vendas Novas – História e Património” (Coelho e Marques, 1991).

E esta é uma história indissociável da história das próprias vias de comunicação, das estradas, que visavam ligar o litoral ao interior alentejano.

De forma a encurtar a distância entre a Aldeia da Golegã, Atalaia e a cidade de Évora, foi projetado o traçado da denominada Estrada Nova (a atual Estrada Nacional nº 4), com passagem por Pegões e Montemor-o-Novo, dando assim origem ao primeiro povoamento de Vendas Novas, no século XVI.



A povoação mais antiga do concelho terá sido no entanto Landeira, atual freguesia do concelho, sobre a qual existem referências datadas de inícios do Séc. XII.

Quanto ao nome do povoado terá provavelmente origem nas construções, as "Estalagens" ou "Vendas", que por serem de construção recente, eram novas, denominadas pelos viajantes como "Vendas Novas".

O crescimento inicial deveu-se às porções de terra ofertadas aos parcos habitantes pelo então monarca D. Sebastião, dando origem a uma vasta plantação de pomares, vinhas e hortas, sendo a subsistência da população da vila baseada numa economia de base agrícola (Coelho e Marques, 1991).

Em 1729 D. João V manda construir o Palácio Real de Vendas Novas, embora ainda nos finais do século XVIII continuasse a ser apenas uma pequena povoação rural, definida ao longo do eixo de uma só rua, então denominada Rua do Forno e quatro núcleos populacionais, de Casas de Cima e respetiva Estalagem, Casas de Baixo e Estalagem de Baixo, duas casas residenciais e o Palácio Real.

A chegada do caminho-de-ferro coincidiu também com a construção de novos núcleos habitacionais e com o estabelecimento do pólo de artilharia e veio aproximar Vendas Novas do progresso técnico da época e das mercadorias, potenciando a instalação de novas indústrias. Nesta fase ocorre o efetivo crescimento da até então pequena aldeia.

Apesar desta fase de expansão urbana, as condições de vida da população em geral não eram as mais salutares, pelo que a epidemia de febre-amarela de 1957 teve um forte impacto. O receio de propagação da doença, levou a Câmara de Montemor a criar dois hospitais, sendo um deles instalado numa dependência do palácio Real e outro localizado no convento de São Francisco.

O século XIX é de facto um século de diversas conquistas da população de Vendas Novas, decorrentes de persistência e reivindicação. Embora já reivindicada desde 1846, a primeira escola só abre em Vendas Novas no ano de 1854. A paróquia levou cerca de dezassete anos a conseguir da Câmara de Montemor a cedência de um terreno para instalação do cemitério (Coelho e Marques, 1991).

A Casa de Bragança adquire na segunda metade do século XIX diversas herdades, que irão dar lugar ao Palácio e redondel do Vidigal, que se torna local de visita regular de D. Carlos, para caçar e assistir às corridas de touros.

Em 1898 foram instalados os primeiros candeeiros a gás, iluminação pública de Vendas Novas. Mas é posterior a 1910 a construção de um conjunto de infraestruturas básicas: canalização, esgotos, posto de socorro médico e matadouro (1916).

Nos alvares de 1920 chega a construção do hospital (1921) e o estabelecimentos das primeiras as empresas a Vendas Novas, nomeadamente as conservas de peixe em azeite, a cortiça, a petrolífera.

A 21 de Agosto de 1911, Vendas Novas vê reconhecida a sua importância com a passagem a Vila.

Embora a primeira iniciativa em prol da constituição do concelho de Vendas Novas date de 1926, este intuito foi travado pelos círculos dirigentes de Montemor-o-Novo e pela então Comissão de Defesa d'Integridade do Concelho de Montemor-o-Novo. Sendo de 1933 uma segunda tentativa falhada.

Apenas em 1961, a então Junta Distrital do Alto Alentejo emite um parecer favorável à elevação da vila de Vendas Novas a concelho, sendo formalizada a decisão através do Decreto-Lei nº 44557, de 7 de setembro de 1962, que designa o concelho rural de 3ª classe (classe atribuída a concelhos com menos de 30000 habitantes e cujo montante de contribuições diretas anuais liquidadas para o Estado fosse inferior a 3/10000 do total das receitas).

A elevação a cidade ocorreu no ano de 1993.

Apesar da sua história recente, o concelho de Vendas Novas possui um conjunto de património edificado erudito de que é exemplo o património classificado:

- Monte Velho do Outeiro de Santo António (conjunto) constituído pela Capela de Santo António do Outeiro (antiga Capela de São Fernando), ossário, sacristia e núcleo habitacional (Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997)
- Palácio Real de D. João V e Capela Real de Vendas Novas ou Palácio Real de Vendas Novas / Palácio das Entradas / Palácio das Passagens / Palácio Real de D. João V/ Escola Prática de Artilharia (Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 740-AB/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012).

Foi ainda objeto de proposta para classificação o imóvel dos CTT de Vendas Novas ou Estação dos Correios de Vendas Novas / Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, mas com procedimento encerrado / arquivado e sem proteção legal (Despacho de encerramento de 1-08-2007)

São também referência o Palácio e Capela do Vidigal (séc. XIX) e um conjunto de capelas e igrejas que datam desde o século XVI, entre outros imóveis notáveis do concelho:

- Capela Real do Palácio das Passagens
- Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré
- Igreja de Santo António/ Igreja Matriz
- Igreja de São Domingos Sávio
- Capela de São Gabriel - Marconi
- Igreja de Piçarras
- Capela de Nossa Senhora Auxiliadora - Afeiteira
- Capela de Nossa Senhora de Fátima - Campos da Rainha
- Capela de São Pedro - Bombel
- Capela de Nossa Senhora da Ajuda ou Capela do Monte Velho da Ajuda
- Capela de São Fernando/Santo António
- Palácio das Passagens
- Chafariz Real
- Palácio do Vidigal
- Capela do Vidigal
- Moinho de Vento da Avenida 25 de abril



8.4. NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

A vivência e identidade das populações do concelho de Vendas Novas encontram-se documentadas por núcleos museológicos e espaços culturais:

- Museu da Escola Prática de Artilharia
- Museu Etnográfico e Agrícola do Grupo de Danças e Cantares dos Pioneiros de Vendas Novas
- Espaço Etnográfico do Rancho Folclórico de Landeira
- Museu Etnográfico e Agrícola do Rancho Folclórico de Piçarras
- Ecomuseu de Recursos Florestais - Horto pedagógico experimental
- Auditório municipal

Esta página foi deixada em branco propositadamente





PARTE IV – DOMÍNIO EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Esta página foi deixada em branco propositadamente





9. ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE

9.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é feita a apresentação da configuração e hierarquia da rede rodoviária e rede ferroviária, a caracterização da oferta de transportes públicos rodoviários e ferroviários, e ainda a apresentação da aposta na mobilidade suave e a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

9.2. REDE RODOVIÁRIA

O Município de Vendas Novas é servido por um conjunto de vias de importância estratégica que garantem uma boa conectividade nacional e internacional, são elas:

- A2- Lisboa-Faro;
- A6- Marateca/Évora/Espanha;
- A13- Marateca/Santarém.

De entre estes, destaque para a A6, que liga a Lisboa a Madrid permitindo ainda o acesso ao Porto de Setúbal via 5454 bem como a A2 com acesso ao porto de Sines.

9.3. TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS

O concelho de Vendas Novas é servido pela Rodoviária do Alentejo, que assegura também o transporte escolar, através de protocolo com a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Existe ainda outra parte do Transporte escolar assegurada pela Câmara Municipal, designadamente através do serviço de táxi. Existe praça de táxis nas duas sedes de freguesia.

Por outro lado, também através da CIMAC, procedeu-se à implementação do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, que consiste na aplicação de descontos nos passes mensais de todos os residentes do Alentejo Central (nos quais se inclui Vendas Novas), que usam transportes rodoviários.

A Rodoviária do Alentejo assegura várias ligações diárias entre a sede de concelho e Évora e Setúbal, e todas as localidades do concelho dispõem de 2-3 circulações diárias de ligação ao concelho, conforme consta do quadro seguinte.

Quadro 9.1 | Ligações da Rodoviária do Alentejo entre as localidades do concelho e a sede de concelho

Localidades com ligação a Vendas Novas	Linhas da Rodoviária do Alentejo	Frequência
Foros da Afeiteira	Linha 8145 - FOROS DA AFEITEIRA - VENDAS NOVAS	Período escolar - 3 circulações ida e volta
Bombel	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta
Landeira	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 1 circulação ida e volta
	Linha 8902 - ÉVORA - SETUBAL	Período excepcional - 3 circulações ida e volta
	Linha 8980 - CABRELA - SETÚBAL (Por VENDAS NOVAS)	Período escolar - 1 circulação ida e volta
Nicolau	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta
Piçarras	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta

Fonte: Rodoviária do Alentejo - Pesquisa em <https://www.rodalentejo.pt/html/default.asp> 01-02-2021 (horários atualizados em 29-01-2021)

A oferta da Rodoviária do Alentejo é ainda complementada pela criação, pelo município, da Rede de Transportes “Mais Perto”, com 3 percursos - Linha Verde, a Linha Azul e a Linha Vermelha, que ligam o centro da cidade aos Campos da Rainha, a Bombel e à Afeiteira respetivamente. Estas linhas operam 4 ligações diárias, conforme representado na figura em baixo. O balanço da operação é positivo, mas a Câmara Municipal considera que a tendência será para o transporte a pedido – sistema a implantar em Piçarras (3 dias por semana).

PARAGENS E HORÁRIOS

LINHA VERMELHA | AFEITEIRA

Estação	07:45	09:25	15:45	17:25
Jardim do B.º José Saramago	07:50	09:30	15:50	17:30
Lar N.º Sr.ª da Saúde	07:55	09:35	15:55	17:35
GDR Afeiteira	07:58	09:38	15:58	17:38
Restaurante A Fonte	08:01	09:41	16:01	17:41
Santa	08:02	09:42	16:02	17:42
R. José Francisco Fragoso	08:04	09:44	16:04	17:44
R. José Francisco Fragoso 2	08:05	09:45	16:05	17:45
R. Bento Gonçalves	08:07	09:47	16:07	17:47
Largo 7 de Setembro	08:10	09:50	16:10	17:50
Av. Marechal Craveiro Lopes	08:12	09:52	16:12	17:52
Piscinas	08:13	09:53	16:13	17:53
Estação	08:15	09:55	16:15	17:55

LINHA VERDE | CAMPOS DA RAINHA

Estação	08:20	10:00	16:20	18:00
Rotunda da Artilharia	08:22	10:02	16:22	18:02
Cemitério	08:24	10:04	16:24	18:04
P. Industrial - Rotunda Sul	08:26	10:06	16:26	18:06
P. Industrial - Rotunda Norte	08:28	10:08	16:28	18:08
R. António Filipe Silva Janeiro	08:30	10:10	16:30	18:10
Campos da Rainha	08:31	10:11	16:31	18:11
R. das Palmeiras	08:32	10:12	16:32	18:12
Polígono	08:34	10:14	16:34	18:14
Bairro José Dias Coelho	08:37	10:17	16:37	18:17
Av. República	08:39	10:19	16:39	18:19
Estação	08:40	10:20	16:40	18:20

LINHA AZUL | BOMBEL

Estação	08:45	10:25	16:45	18:25
Largo Serpa Pinto	08:48	10:28	16:48	18:28
Bairro Dr. Luis Viana de Sá	08:51	10:31	16:51	18:31
Boavista	08:53	10:33	16:53	18:33
Estrada de Canha	08:55	10:35	16:55	18:35
Infantes	08:57	10:37	16:57	18:37
Bombel - Nascente	09:01	10:41	17:01	18:41
Bombel Poente	09:03	10:43	17:03	18:43
R. Fernando Lopes Graça	09:07	10:47	17:07	18:47
R. Almada Negreiros Poente	09:09	10:49	17:09	18:49
R. Almada Negreiros Nascente	09:11	10:51	17:11	18:51
Av. Misericórdia	09:14	10:54	17:14	18:54
Av. Misericórdia 2	09:15	10:55	17:15	18:55
Av. 25 de Abril	09:17	10:57	17:17	18:57
Piscinas	09:18	10:58	17:18	18:58
Estação	09:20	11:00	17:20	19:00

O Mais Perto circula de 2.ª a 6.ª feira, exceto feriados.

Fonte: <https://www.cm-vendasnovas.pt/municipio/areas-de-acao/transportes/mais-perto-vendas-novas-em-movimento/>

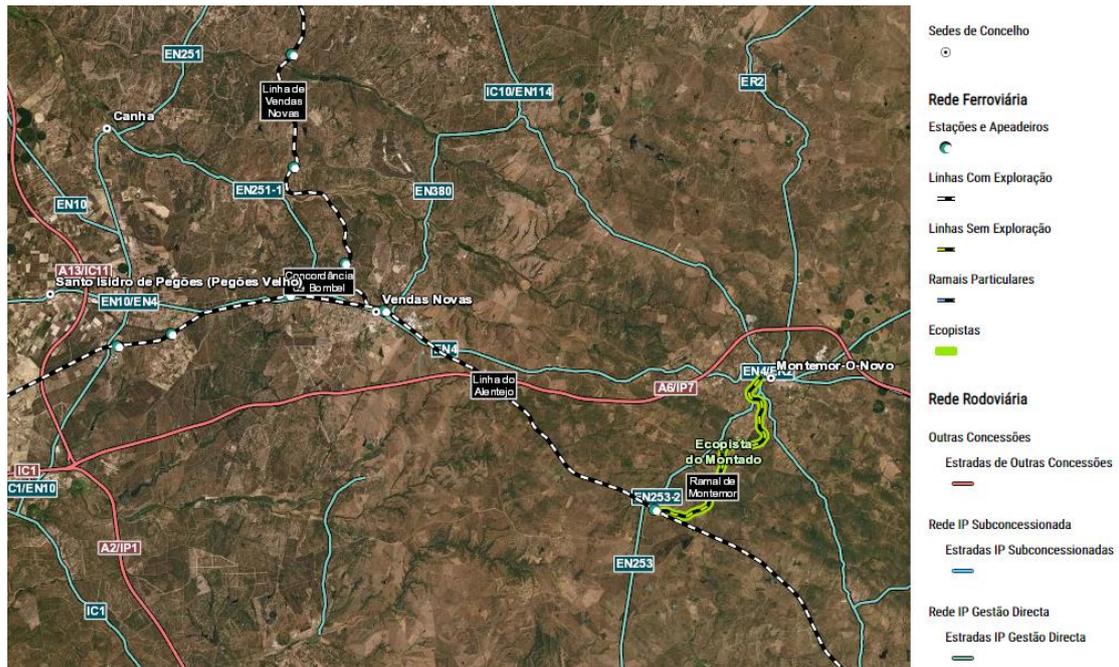
Figura 9.2 | Horários da Rede de Transportes “Mais Perto”



9.4. REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTES PÚBLICOS FERROVIÁRIOS

Paralelamente à rede rodoviária, Vendas Novas é servida pela linha ferroviária, Linha do Alentejo, que permite a ligação à Área Metropolitana de Lisboa, a Évora e ao Algarve, com serviços regionais e intercidades.

Esta linha foi recentemente eletrificada, tornando mais rápida a ligação de Vendas Novas a Évora e Lisboa, todavia independentemente da renovação da linha, o serviço apresenta uma frequência reduzida.



Extraído de: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/rede>

Figura 9.3 | Rede Ferroviária que serve o concelho de Vendas Novas – Linha do Alentejo





Extraído de: www.cp.pt

Figura 9.4 | Traçado da Linha do Alentejo

O transporte ferroviário encontra-se atualmente limitado ao Intercidades, com apenas:

- 2 comboios de manhã: saída direção Évora, às 8h18/10h10 e saída direção Pinhal Novo, às 7h06 e 9h06
- 2 comboios de tarde: saída direção Évora, às 18h10/20h10 e saída direção Pinhal Novo, às 16h57/19h06.

Esta frequência reduzida, associada ao custo elevado do passe, determina que o número de utilizadores seja inferior ao que poderia ser potenciado pela existência de um maior número de comboios diários, possibilitando até a existência de movimentos pendulares entre Vendas Novas e Lisboa. Apesar de recentemente ter sido negociada uma redução no preço dos passes, este apresenta-se ainda muito elevado quando comparado com o custo do passe dos municípios vizinhos inseridos na Área Metropolitana de Lisboa.

9.5. MOBILIDADE SUAVE

Outra importante iniciativa da Câmara Municipal foi a criação de Princesinhas – Sistema de Utilização de Bicicletas de Uso Público de Vendas Novas, que consiste numa rede de oito bicicletas partilhadas.

A melhoria dos acessos cicláveis tem sido uma aposta do PEDU, mas as ciclovias são mais utilizadas para lazer. Da experiência resulta a ideia que é preferível assegurar dois sentidos e faixas separadas da circulação pedonal.

Assinala-se, por outro lado, a ausência de sombras e, portanto, de condições de conforto para as deslocações pedonais, assinalando-se também o problema da altura dos passeios e a necessidade de intervir em todo o espaço público da cidade.

9.6. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Vendas Novas, que data de agosto de 2015, “visa a mobilidade urbana sustentável, e materializa-se em ações com vista a eficiência do sistema de mobilidade e transportes, a redução das emissões de CO₂, e a promoção da utilização de modos



suaves.” Constitui um plano estratégico, cujas ações propostas deverão ser objeto de operacionalização num estudo mais detalhado, mas que importa considerar na Revisão do PDM.

De acordo com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável²⁷: “A rede viária atual apresenta debilidades, das quais se destacam:

- Ausência de hierarquia viária
- Ausência de homogeneidade das larguras de vias
- Inexistência de ordenamento que favoreça a mobilidade em modos suaves
- Fraco controlo das velocidades
- Fracas condições de segurança para a mobilidade em modos suaves
- Estacionamento desordenado”

De acordo com o mesmo plano “as principais prioridades têm de passar pela resolução das seguintes problemáticas:

- Questões de segurança, ruído e emissões de carbono ao longo da EN4 que atravessa a cidade de VN, com maior evidência nos seus extremos (nascente e poente);
- Pouca articulação entre os interfaces dos transportes públicos e os transportes privados, dificultando o estímulo à sua utilização;
- Rede pedonal desconfortável e pouco atrativa. O uso do automóvel privado sobrepõe-se aos modos suaves, gerando insegurança;
- Demasiado espaço consumido pelos meios motorizados, quer em termos de faixa de rodagem, quer em espaço de estacionamento, originando desconforto aos peões;
- Existência de barreiras arquitetónicas que dificultam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida;
- Dificuldade em aceder aos equipamentos e serviços centrais para a população que reside na periferia e que apresenta poucos recursos e/ou limitações físicas, ou não possui transporte automóvel;
- Grande extensão do perímetro urbano obriga a grande número de deslocações diárias, com longas distâncias a percorrer;
- Grande potencial para a existência de uma rede ciclável ou pedonal eficiente devido às características topográficas do território, no entanto esta encontra-se apenas parcialmente implementada, não funcionando como uma rede e portanto não constituindo uma verdadeira alternativa.”

Deve ainda ser destacada a importância das propostas deste plano no contexto da revisão do PDM, destacando-se os seus objetivos específicos:

- “1. **Integração das políticas de uso do solo e de mobilidade e transportes.** Implica o desenvolvimento de políticas concertadas de urbanismo e transportes, que disciplinem e restrinjam o crescimento urbano, e que influenciem padrões de urbanização e requalificação

²⁷ 2015. Câmara Municipal de Vendas Novas. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

urbana que incrementem a acessibilidade à habitação, emprego, comércio e serviços, bem como outras atividades, sem necessidade de deslocações com recurso ao automóvel. Desenvolvimento de soluções urbanas compactas, com aposta na diversidade e complementaridade de usos e funções urbanas, de modo a favorecer a mobilidade em modos não motorizados;

- 2. Apostar em modos de mobilidade suaves, através da **qualificação do espaço público de modo a tornar mais atraentes e seguras as deslocações a pé e de bicicleta**;
- 3. Promover o uso racional dos modos individuais motorizados. Implica a **gestão da circulação, do estacionamento**, dos transportes públicos, de modo a aumentar a eficiência dos sistemas de deslocações urbanas e promover a mudança do automóvel para outros modos de transporte mais amigos do ambiente.
- 4. Melhorar a segurança urbana rodoviária;
- 5. Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos pela redução dos impactes negativos (sociais, ambientais e económicos) da mobilidade. Criação de zonas com redução de velocidades, moderação e restrições à circulação automóvel, dando prioridade ao peão, que fomentem a utilização de modos suaves em condições de segurança;
- 6. Estabelecer uma configuração eficiente do sistema de acessibilidades, de modo a garantir a qualidade e segurança. Implica uma aposta na Intermodalidade, de modo a integrar os diferentes modos de transporte, facilitar a mobilidade e o transporte multimodal sem descontinuidades;
- 7. Garantir níveis adequados de acessibilidade oferecida pelo sistema de transportes públicos a todos os cidadãos. Implica aumentar a eficiência e atratividade do transporte público, não só nas deslocações urbanas, como nas deslocações regionais e inter-regionais.
- 8. Melhorar a informação aos cidadãos sobre os sistemas de transporte e mobilidade, garantindo a existência de informação atualizada e integrada sobre o sistema de transportes e mobilidade;
- 9. Assegurar a participação pública nos processos de decisão associados à mobilidade, e intensificar as ações de educação, formação e sensibilização para uma nova cultura da mobilidade;
- 10. Desenvolver medidas com vista a melhorar a eficiência da logística urbana, incluindo a distribuição urbana de mercadorias, reduzindo simultaneamente as externalidades conexas, como as emissões de gases com efeito de estufa, a poluição e o ruído. Implica integrar as necessidades de distribuição urbana de mercadorias nos processos de planeamento urbano.”

Por fim, e no tema usos do solo destaque do plano para a “(...) **A promoção de um Urbanismo de proximidade, com uma ocupação urbana densa, mais compacta e com maior diversidade de usos**, contribui para a realização de um maior número de deslocações em modos suaves. Adicionalmente, defende-se a promoção de um desenvolvimento urbano coordenado, orientado principalmente para aumentar a acessibilidade em modos alternativos ao automóvel, limitar as distâncias das deslocações em transporte individual, restringir de forma proactiva o espaço dedicado ao automóvel e realocar o espaço rodoviário para outros meios de transporte, renovar e melhorar a qualidade do centro urbano, estabelecendo boas ligações em transporte público e modos suaves. **Implica o desenvolvimento de políticas concertadas de urbanismo e transportes, que disciplinem e restrinjam o crescimento urbano.**” [negrito nosso]



10. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

10.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

Definição dos domínios e tipologias dos equipamentos de utilização coletiva

Os equipamentos de utilização coletiva encontram-se definidos pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro como *"as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil."* (...) Corresponde ao conceito de equipamentos coletivos a que se refere o artigo 21.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e ao conceito de equipamentos a que se refere o artigo 43.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

Apesar da ex-Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano considerar haver um consenso entre os sectores onde se considera a existência de equipamentos coletivos: saúde, educação, ação social, desporto, recreio e lazer, cultura, segurança, proteção civil e defesa nacional, no âmbito da sua publicação "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, 2002" procede à compilação de normas e critérios estabelecidos pelos organismos responsáveis pela programação de equipamentos apenas nas áreas da educação, saúde, solidariedade e segurança social, segurança pública e desporto.

No Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, da Direção-Geral do Território (Edição Digital de março de 2014), são consideradas outras tipologias de equipamentos, e procede-se à atualização de conceitos.

Tendo por base o referido Glossário, são considerados os seguintes domínios no levantamento dos equipamentos de utilização coletiva do concelho de Vendas Novas:

- Educação²⁸
- Saúde
- Solidariedade e Segurança Social
- Segurança Pública e Defesa²⁹
- Cultura e Lazer
- Desporto
- Administração
- Investigação e Desenvolvimento
- Religiosos
- Funerários
- Comércio

²⁸ Inclui os equipamentos de formação profissional. Não é por isso apresentado o Domínio Emprego e Formação Profissional.

²⁹ Optou-se por agrupar os domínios apresentados no Glossário - Segurança Pública e Defesa.

Apesar das classificações do domínio e da tipologia terem sido adaptados do Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, as tipologias podem divergir bastante devido a atualizações legislativas e alterações organizativas de cada Setor (Domínio).

Ressalva-se ainda que não foram identificados no levantamento, os equipamentos ligados ao Turismo³⁰, assim como Finanças e Justiça.

Fontes de informação

O levantamento dos equipamentos aqui apresentado considera as seguintes fontes de informação:

- Levantamento cartográfico 1:2.000.
- Pesquisa de todas as respostas sociais do concelho de Vendas Novas na Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt.
- Pesquisa Serviço Nacional de Saúde - Prestadores Cuidados do Saúde, disponível em <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores>.
- Consulta do site da CMVN – Município – Áreas de Intervenção, disponível em <http://www.cm-vendasnovas.pt/>
- Diagnóstico Social de Vendas Novas, Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas, maio de 2017.
- Plano de Ação 2019, Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas, maio de 2019.
- Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas, Relatório Final, outubro de 2006.

Cartografia de equipamentos

Nas Plantas de Perímetros Urbanos (em vigor), procede-se à implantação cartográfica pontual da localização de cada equipamento (através do Código criado para o PDM, e indicado nos quadros dos equipamentos que constam do presente Relatório), remetendo-se para a fase de Proposta de Plano, a análise das situações em que se afigure ser necessário proceder à delimitação cartográfica dos polígonos para efeito da classificação e qualificação do solo.

10.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A atual oferta de equipamentos de educação, identificada no Quadro 10.1, é resultado das intervenções executadas de acordo com a Carta Educativa de 2006, que conduziu ao encerramento de várias escolas do 1º ciclo do ensino básico dos pequenos aglomerados, integrando, na sua vertente pública, um único agrupamento de escolas, com sede na Escola Secundária de Vendas Novas.

Este agrupamento é constituído pelos níveis de ensino do Pré-escolar ao Ensino Secundário:

- No nível do Pré-escolar são identificados os Jardins de Infância de Monte Branco e da Afeiteira, existindo também educação pré-escolar no Centro Educativo Prof. Cadete Moreira, em Vendas Novas.

³⁰ O levantamento dos empreendimentos turísticos é efetuado na análise das Atividades Económicas.



- O 1º ciclo do Ensino Básico é ministrado no mesmo Centro Educativo Prof. Cadete Moreira, assim como na EB dos Campos da Misericórdia, EB1 de Vendas Novas – Extensão e EB da Landeira.
- O 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico são ministrados na EB de Vendas Novas nº 1.
- E o Ensino Secundário na Escola Secundária de Vendas Novas.

Além dos equipamentos abrangidos pelo Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, encontram-se identificadas neste domínio, três Instituições Particulares de Solidariedade Social, que disponibilizam o serviço de Pré-escolar (juntamente com creche), sendo o caso de Associação de Solidariedade Social Creche 25 de Abril, Associação de Solidariedade Social Renascer de Bombel, e Associação de Solidariedade Social Os Amigos da Landeira. Esta última assegura a única oferta de ensino pré-escolar na freguesia da Landeira.

Assinala-se ainda a existência de oferta privada no nível pré-escolar, pelo Colégio Laura Vicunha, na sede de concelho, que oferece também 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Existe também a Associação Técnico-Profissional D. Carlos I (conhecida por Escola Agrícola), que oferece ensino profissional na área da produção agrícola e pecuária.

Assinala-se ainda a oferta de formação profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pelo Inovinter – Pólo de Vendas Novas.

Quadro 10.1 | Equipamentos do Domínio Educação

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
Agrupamento de Escolas de Vendas Novas			
E15	Jardim-de-Infância do Monte Branco	Bombel (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância
E14	Jardim-de-Infância da Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância
E05	Centro Educativo Prof. Cadete Moreira	Vendas Novas (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico
E12	EB dos Campos da Misericórdia	Vendas Novas (Vendas Novas)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E11	EB1 de Vendas Novas - Extensão	Vendas Novas (Vendas Novas)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E07	EB1 da Landeira	Landeira (Landeira)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E08	EB de Vendas Novas nº 1	Vendas Novas (Vendas Novas)	2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico
E13	Escola Secundária de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Ensino Secundário
IPSS			
E02	Associação de Solidariedade Social Creche 25 de Abril	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche e Jardim-de-Infância
E03	Associação de Solidariedade Social Renascer de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Creche e Jardim-de-Infância
E01	Associação de Solidariedade Social Os Amigos da Landeira	Landeira (Landeira)	Creche e Jardim-de-Infância
Rede Privada			
E06	Colégio Laura Vicunha	Vendas Novas (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
E04	Associação Técnico-Profissional D. Carlos I	Vendas Novas (Vendas Novas)	Ensino Profissional

Notas:

E01 (vertente Jardim-de-Infância) corresponde ao mesmo equipamento identificado no Domínio Solidariedade e Segurança Social como SS03 (vertente creche).

E02 (vertente Jardim-de-Infância) corresponde ao mesmo equipamento identificado no Domínio Solidariedade e Segurança Social como SS04 (vertente creche).

Os seguintes equipamentos ainda identificados nas Plantas dos Perímetros Urbanos encontram-se desativados: (E09) EB1 Campos da Rainha; (E10) EB1 Campos dos Infantes; (E16) Salesianos S. Domingos de Sávio/Escola Secundária de Vendas Novas (1975-1993).

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

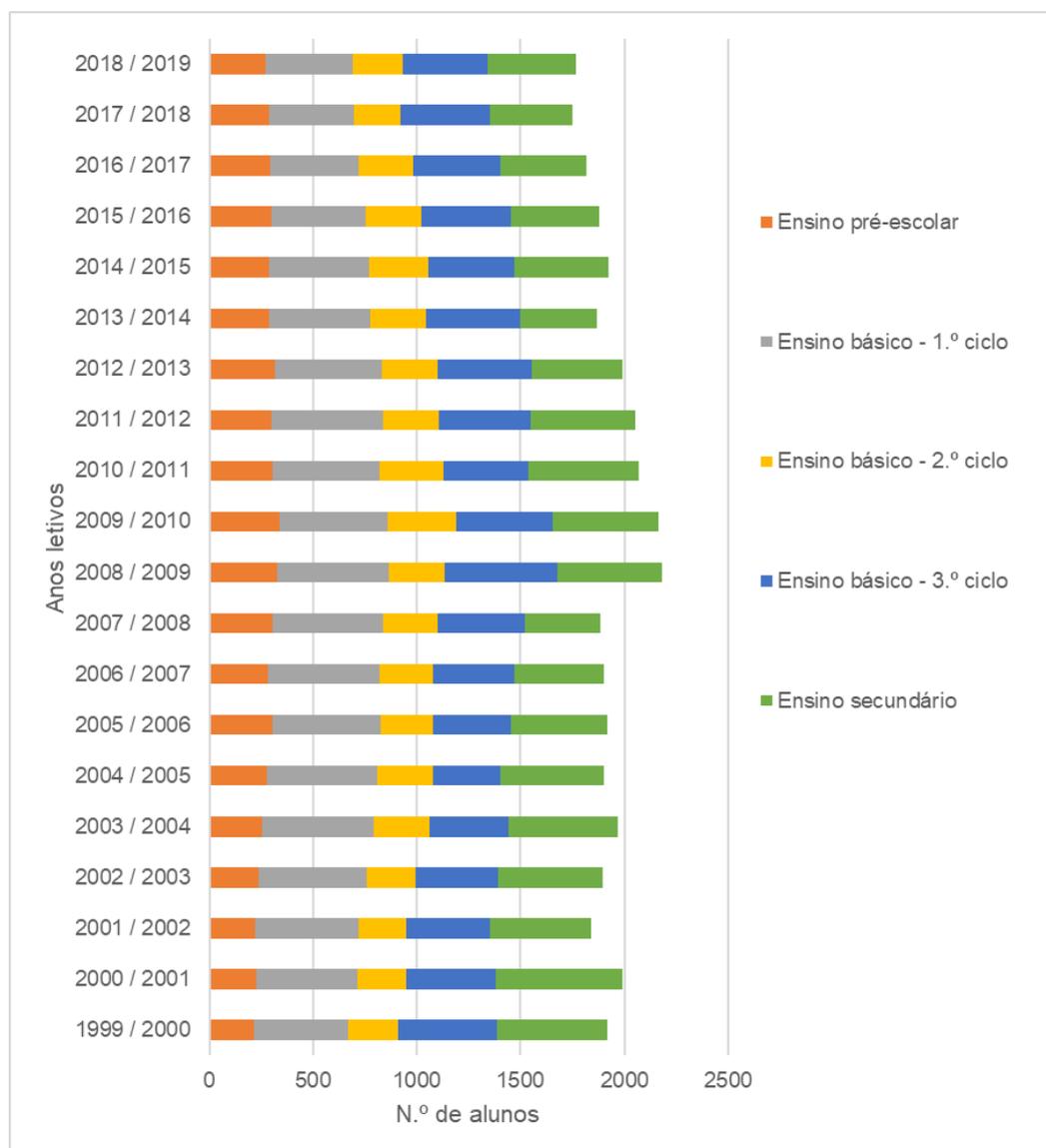
O número de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas em 2018/2019 totaliza os 1769 alunos, correspondendo a 274 alunos no ensino pré-escolar, 417 alunos no ensino básico do 1.º ciclo, 242 alunos no 2.º ciclo, 409 alunos no 3.º ciclo e 427 alunos no ensino secundário.

Este número corresponde a uma redução comparativamente ao ano letivo de 1999/2000, ano em que totalizava os 1918 alunos, número que seria ainda ultrapassado em anos seguintes, com o máximo de 2181 em 2008/2009.

A redução referida aplica-se de um modo geral a todos os níveis de ensino, independentemente de algumas oscilações anuais.



Gráfico 10.1 | N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas, entre 1999/2000 e 2018/2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos, Pesquisa online, em www.ine.pt

Neste sentido, não são identificadas necessidades de equipamentos de educação, nem se encontra prevista a criação de novos equipamentos. Contudo, alguns apresentam necessidades ao nível da requalificação, por exemplo a Escola Secundária e Básica de Vendas Novas (necessidade de auditório e de abrigo exterior). A Escola Básica da Landeira encontra-se já em requalificação e vão ser iniciadas as obras de requalificação do Jardim-de-Infância da Afeiteira.

10.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A rede pública de equipamentos de Saúde do concelho de Vendas Novas insere-se no Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central e é constituída pelo Centro de Saúde de Vendas Novas, que

alberga várias unidades funcionais - Unidade de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; Unidade de Cuidados na Comunidade

Existe ainda uma Extensão de Saúde, na sede da outra freguesia do concelho – Landeira, e o Posto de Piçarras, também associados ao Centro de Saúde de Vendas Novas. O hospital de referência é o Hospital Espírito Santo, EPE, em Évora.

Dada a distância ao hospital de Évora, o Centro de Saúde de Vendas Novas dispõe de serviço de urgência básico, e verifica-se que serve também outros concelhos.

A Junta de Freguesia de Vendas Novas fornecia também o serviço de posto de enfermagem em várias localidades, mas este serviço seria suspenso com a situação pandémica de COVID 19.

Referência ainda para a presença de várias clínicas privadas em Vendas Novas.

O concelho é servido por quatro farmácias, das quais três em Vendas Novas e uma na Landeira.

Sem prejuízo da situação excecional associada à situação pandémica de COVID 19, o concelho encontra-se bem servido de equipamentos de saúde, servindo inclusive outras localidades de concelhos vizinhos. Contudo, entre os principais problemas identificados pelo Diagnóstico Social de 2017, consta a falta de técnicos de saúde no Centro de Saúde de Vendas Novas.

Quadro 10.2 | Equipamentos do Domínio Saúde

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
Serviço Nacional de Saúde			
S01	Centro de Saúde de Vendas Novas/ Unidade de Saúde Familiar Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Saúde; Unidade de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; Unidade de Cuidados na Comunidade
S02	Extensão de Saúde da Landeira	Landeira (Landeira)	Extensão de Saúde
*	Posto de Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Posto médico
Farmácia			
S03	Farmácia Flor de Lotus da Landeira	Landeira (Landeira)	Farmácia
S04	Farmácia Nova de Vendas Novas, Lda	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia
S06	Farmácia Santos Monteiro	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia
S05	Farmácia Ribeiro de José António Dias Ribeiro, Unipessoal, Lda	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia

* Localização a aferir.

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

10.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As tipologias dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social do concelho de Vendas Novas abrangem as áreas de intervenção de Apoio a Crianças e Jovens, Apoio a Idosos, Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Perigo, Apoio a Pessoas com Deficiência, e outros, verificando-se, na maior parte das vezes, a coexistência de várias respostas sociais na mesma estrutura.



Quadro 10.3 | Equipamentos do Domínio Solidariedade e Segurança Social e respetiva capacidade/utentes

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade (1)	Utentes (1)
Apoio a Crianças e Jovens					
SS04	Associação de Solidariedade Social “25 de Abril” (2)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	60	55
SS05	Associação de Solidariedade Social “Renascer” de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Creche	35	35
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	15	15
SS03	Associação de Solidariedade Social “Os Amigos da Landeira” – Rua Joaquim Agostinho(2)	Landeira (Landeira)	Creche	25	8
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	35	15
SS13	CONSIGO – Cooperativa de Ensino e Solidariedade Social	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	NI	NI
SS20	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas – Creche Lydia Maia Cabeça	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	72	58
Total do Concelho			Creche	192	156
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	50	30
Apoio aos Idosos					
SS04	Associação de Solidariedade Social “25 de Abril” (3)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	117	67
SS05	Associação de Solidariedade Social “Renascer” de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Centro de Convívio	40	46
SS02	Associação de Solidariedade Social “Os Amigos da Landeira” – Rua 30 de Novembro	Landeira (Landeira)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	5	3
			Centro de Dia	20	8
SS21	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas – Rua Santo António	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	43	35
			Centro de Dia	20	13
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	60	60
			Atendimento/Acompanhamento Social	52	52
SS07	Casa do Povo	Afeiteira (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	60	14
			Centro de Dia	45	11
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	49	49
			Ajuda Alimentar a carenciados		
SS08	Casa do Povo (6)	Vendas Novas (Vendas Novas)	-	-	-
SS01	AICVN – Associação de Intervenção Comunitária de Vendas Novas (5)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	60	60
*	Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Vendas Novas - CCRPICVN	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Convívio	NI	NI
SS19			Centro de Dia	5	0

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade (1)	Utentes (1)
	Raízes do Tempo (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	49	48
SS15	Hospedaria São José (ENTIDADE LUCRATIVA)	Afeiteira (Vendas Novas)	Centro de Dia	6	5
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	18	18
SS14	Domus Sénior (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Dia	5	5
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	36	36
SS06	Casa de Repouso A Vivenda (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Dia	2	1
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	8	8
SS18	Quinta do Mestre (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	29	28
Total do Concelho			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	285	179
			Centro de Convívio	40	46
			Centro de Dia	103	43
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	249	247
			Atendimento/Acompanhamento Social	52	52
Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Perigo					
SS16	Lar Betânia	Vendas Novas (Vendas Novas)	Lar de Infância e Juventude	50	27
Apoio a Pessoas com Deficiência					
SS11	CERCIMOR (Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL) – Pólo 2	Vendas Novas (Vendas Novas)	Intervenção Precoce	33	33
SS12	CERCIMOR (Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL) – Pólo CAO (4)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Atividades Ocupacionais (Deficiência)	15	13
SS09	Centro de Apoio à Vida Independente Alentejo - Inovar Autismo – Associação de cidadania e inclusão	Vendas Novas (Vendas Novas)	Apoio à população com autismo e famílias	NI	NI
Outros					
SS10	Centro Distrital de Solidariedade Social de Évora – Serviço Local de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Atendimento/Acompanhamento Social	NI	NI
SS17	Liga dos Combatentes	Vendas Novas (Vendas Novas)	Apoio Social aos Ex-Combatentes e seus familiares	NI	NI
*	Centro sociocultural da Marconi	Marconi (Vendas Novas)	Apoio à população	NI	NI

(1) Informação obtida através da consulta da cartasocial.pt, em 29-01-2021 (dados atualizados entre 2019 e 2021)

(2) Funciona também como Educação Pré-escolar, incluída nos Equipamentos de Educação.

(3) Funciona também como Lavandaria Social.

(4) Funciona também como Centro de Recursos para a Área Educativa (CRAE), Centro de Reabilitação Profissional, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).



(5) Outras Atividades: Serviços de Apoio à Família (babysitting ou seniorsitting); Programa de Ajuda Alimentar a Carençados; Outras Respostas Dirigidas a Pessoas Idosas; Banco de Ajudas Técnicas.

(6) Foi identificada esta segunda localização da Casa do Povo, não tendo sido possível aferir quais as valências aí existentes. De acordo com a Carta Social só é identificada a localização da Estrada da Afeiteira e respetivas valências.

NI – Não identificado na Carta Social.

* Localização a aferir.

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

O levantamento dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social encontra-se organizado no Quadro 10.3, nas áreas de intervenção referidas, identificando as respostas sociais de cada equipamento, e sempre que possível a sua capacidade e número de utentes, de acordo com os dados constantes da Carta Social (www.cartasocial.pt). É igualmente apresentado o total de capacidade e de utentes de cada resposta social para a totalidade dos equipamentos do concelho.

No Apoio a Crianças e Jovens, assinala-se a presença de Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres em Bombel e Landeira, e de várias creches em Vendas Novas, correspondendo a capacidade do conjunto de equipamentos do concelho, a 192 lugares de creche e a 50 lugares de Centro de Ocupação de Tempos Livres, sendo o número de utentes em ambos os casos inferior (256 e 30 utentes, respetivamente).

No Apoio a Idosos, distingue-se a componente de IPSS e a componente lucrativa, esta última com oferta de Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. No conjunto do concelho, a capacidade das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (249) encontra-se praticamente toda ocupada, mesmo considerando a oferta privada. Entende-se assim, que no Diagnóstico Social de 2017 seja apontado como um dos principais problemas do concelho o insuficiente número de equipamentos de apoio à população idosa, sem prejuízo de se verificar que existe oferta excedentária ao nível de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. No caso de Centro de Convívio, são identificados dois equipamentos - Associação de Solidariedade Social “Renascer” de Bombel e Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Vendas Novas – CCRPICVN – dos quais apenas o primeiro encontra-se identificado na Carta Social com a respetiva capacidade e ocupação, revelando uma situação de sobre-ocupação. Toda a oferta de apoio a idosos concentra-se em Vendas Novas, com exceção da Associação de Solidariedade Social “Renascer” de Bombel, com valência de Centro de Convívio, e da Associação de Solidariedade Social “Os Amigos da Landeira” – Rua 30 de Novembro, com valência de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos.

No concelho existem também respostas sociais de:

- Apoio a crianças e Jovens em situação de perigo – o Lar Bethânia, Lar de Infância e Juventude, com uma ocupação de 27 e uma capacidade de 50.
- Apoio a Pessoas com Deficiência - desenvolvido pela CERCIMOR na vertente de Centro de Atividades Ocupacionais e de Intervenção Precoce, em ambos casos com capacidade praticamente toda ocupada, e pelo Centro de Apoio à Vida Independente Alentejo - Inovar Autismo, no apoio particularmente a pessoas com autismo e suas famílias. A falta de equipamentos e respostas sociais de apoio à população com deficiência e a alunos com

Necessidades Educativas especiais constam entre os principais problemas identificados pelo Diagnóstico Social de 2017.

- Outras estruturas vocacionadas para o apoio social - Centro Distrital de Solidariedade Social de Évora – Serviço Local de Vendas Novas, Liga dos Combatentes, e Centro sociocultural da Marconi (com utilização pontual).

10.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA

Os equipamentos de Segurança Pública e Defesa existentes no concelho de Vendas novas correspondem a:

- um Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, situado na sede de concelho (Código SP03);
- os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas (Código SP01);
- a Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas (Código SP03), instalada no Palácio Real de Vendas Novas, conhecido pelo Palácio das Passagens;
- e o Serviço Municipal de Proteção Civil (Código SP04).

No caso dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, assinala-se a existência de menos profissionais e voluntários, o que foi agravado pela situação de pandemia, com vários pedidos de entrada para a reserva.

10.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

A animação cultural do concelho conta com alguns equipamentos municipais de maior dimensão, todos concentrados na sede de freguesia, caso do Auditório Municipal, a Biblioteca Municipal, o Fórum Cultural “A Praça”, o Centro Sociocultural, e o Anfiteatro ao Ar Livre.

Também a sede de freguesia da Landeira dispõe de um Pólo da Biblioteca Municipal e de um Anfiteatro ao Ar Livre.

Não existem museus municipais, apenas os museus ligados aos Ranchos Folclóricos e o museu do Regimento da Artilharia, este último com horários de abertura muito limitativos.

Quadro 10.4 | Equipamentos do Domínio Cultura e Lazer

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
CL04	Auditório Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Auditório
CL06	Biblioteca Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Biblioteca
CL05	Biblioteca da Landeira, Pólo da Biblioteca Municipal	Landeira (Landeira)	Biblioteca
CL08	Fórum Cultural “A Praça”	Vendas Novas (Vendas Novas)	Auditório e Sala de Exposições
CL07	Centro Sociocultural (Vendas Novas)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Edifício Polivalente
CL02	Anfiteatro do Jardim Público de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Anfiteatro de espetáculo ao ar livre
CL01	Anfiteatro do Jardim Público de Landeira	Landeira (Landeira)	Anfiteatro de espetáculo ao ar livre



Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
CL10	Rancho Folclórico da Landeira	Landeira (Landeira)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL03	Associação Grupo de Danças e Cantares Os Pioneiros	Vendas Novas (Vendas Novas)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL11	Rancho Folclórico das Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL09	Museu do Regimento da Artilharia (Ministério da Defesa)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Museu

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

Na promoção cultural e de atividades de lazer no concelho têm um importante papel as Associações Culturais do concelho, podendo ser identificadas as seguintes³¹:

- Associação Arte dos Sons
- Associação A Oficina dos R's
- Associação Era Uma Vez o Cante
- Grupo de Danças e Cantares Os Pioneiros de Vendas Novas
- Grupo de Cantares e Música Popular Portuguesa os Reformados de Vendas Novas
- Grupo Desportivo das Piçarras – Rancho Folclórico das Piçarras
- Rancho Folclórico de Landeira
- Teatro das Artes Associação Cultural Portuguesa e da União Europeia

Por fim, merece também referência o Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural 2021-2030, elaborado pelo Serviço de Cultura e Juventude do Município de Vendas Novas, que tem por objetivo central “criar novos públicos”, reconhecendo que “Os públicos da cultura apresentam características muito específicas sendo que estas estão, por norma, ligadas a fatores sociais, económicos e sobretudo educacionais”. São estabelecidos 4 eixos de execução:

- Eixo 1 - Vendas Novas Educa – tem por objetivo “proporcionar a todas as faixas etárias da comunidade uma educação artística livre, de forma a criar novos públicos, novas linguagens e atualizações/reinvenções de públicos existentes”, propondo-se intervir nos seguintes polos de atuação:
 - AEC (Atividades Extra-Curriculares) – Educação Cultural no 1º Ciclo
 - Biblioteca Municipal
 - Academia Sénior
 - Associativismo Cultural
- Eixo 2 - Vendas Novas Cria – tem por objetivo a criação de Públicos e Cultura, através do desenvolvimento dos 3 últimos projetos, que se podem articular entre si ou apostar no

³¹ Conforme identificadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural 2021-2030

desenvolvimento individual de ações, cabendo ao primeiro executar o mapeamento individual de todos os artistas que vivam no concelho:

- Procur'arte
- Criação de um Clube de Escrita e de Poesia
- Criação de um Grupo de Teatro
- Criação de um Grupo de Expressão Artística
- Eixo 3 – Vendas Novas Palco – consiste em *“aumentar a oferta, numa democratização cultural, abrindo portas a novas expressões e linguagens artísticas que habitualmente não ocupam os nossos equipamentos, dando especial enfoque a programação de eventos para os públicos jovens”*
- Eixo 4 – Vendas Novas Mais Cultura – visa um conjunto de 10 medidas de intervenção *“que vise a implementação deste plano, não somente enquanto gerador de estratégias específicas, mas sim como um movimento de afirmação do sector cultural no nosso Concelho.”*:
 - Apoiar a criação, produção e exibição (apoio aos agentes culturais nas suas diversas vertentes)
 - Melhorar a relação do Município com o utilizador cultural
 - Promover a ligação e a expressão afetiva no Concelho
 - Afirmar o protagonismo da autarquia na articulação do tecido cultural
 - Promover cruzamentos de públicos na fruição cultural
 - Procurar investimento ou captação de financiamentos para a programação cultural
 - Criação de um Grupo Jovem de Programação Cultural
 - Voucher Cultural Jovem
 - Circuito de memória local
 - Fórum Consultivo para a Política Cultural Municipal

10.7. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

O levantamento dos equipamentos do domínio Desporto considera as várias tipologias de equipamentos desportivos, incluindo ainda os Espaços de Jogos e Recreio.

A distribuição geográfica da totalidade dos equipamentos desportivos revela uma evidente concentração na sede de concelho. Esta é servida por Piscinas Municipais, Estádio Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo, Campos de Padel e Ténis e por vários polidesportivos.

A sede de freguesia da Landeira tem polidesportivo e campo de futebol, existindo também polidesportivos em Piçarras e Afeiteira.



Quadro 10.5 | Equipamentos do Domínio Desporto

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
D21	Piscinas Municipais de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Piscinas
D18	Estádio Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Estádio Municipal
D20	Pavilhão Gimnodesportivo de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Pavilhão Gimnodesportivo
D03	Campos de Padel e Ténis (Parque Desportivo Municipal)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Campos de Padel e Ténis
D28	Polidesportivo do Parque Desportivo Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D23	Polidesportivo da Landeira	Landeira (Landeira)	Polidesportivo descoberto
D01	Campo de Futebol 11 – Sporting Clube Landeira	Landeira (Landeira)	Campo de Grandes Jogos
D02	Campo de Jogos do Estrela Futebol Clube	Vendas Novas (Vendas Novas)	Campo de Grandes Jogos
D25	Polidesportivo de Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D24	Polidesportivo de Misericórdia	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D22	Polidesportivo de Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D27	Polidesportivo do Jardim Público	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D26	Polidesportivo do Bairro Zeca Afonso	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
	Campo Sintético	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D19	Parque de Desportos Radicais	Vendas Novas (Vendas Novas)	Parque de Jogos
D05	EJR da Landeira - Landeira	Landeira (Landeira)	Espaço de Jogos e Recreio
D14	EJR junto à Creche da Landeira – Landeira	Landeira (Landeira)	Espaço de Jogos e Recreio
D16	EJR Prof. Joaquina Pegas- Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D10	EJR do jardim do Bº José Saramago – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D17	EJR Rua Dr. Pascoal Coelho – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D04	EJR Bairro Dr. Luís Viana de Sá – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D11	EJR do Jardim Público – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D15	EJR Praceta Dr. Benito Garcia – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D13	EJR do Loteamento da Igreja de Stº António – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D12	EJR do Loteamento da Courela da Asneira – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
D09	EJR do Centro Educativo – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D06	EJR das Piçarras - Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D07	EJR de Bombel – Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D08	EJR do Bairro 07 Setembro – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D29	Salão - Sporting Clube Landeira	Landeira (Landeira)	Salão de Jogos

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

Para a utilização destes equipamentos e na promoção da prática desportiva no concelho, contribuem de modo importante as associações desportivas do concelho, que se apresentam em grande número, sendo de seguida identificadas por principal atividade³²:

- "Os Descendentes" - Grupo de Dança Danças e Ritmos
- Associação de Caçadores e Pescadores da Landeira - Caça e Pesca
- Associação de Jovens da Landeira - Danças e Ritmos
- Associação Desp. dos Caçadores e Pescadores - Caça e Pesca
- Associação Desportiva Natura Trilhos - BTT
- Bússola - ADL - Esgrima
- Casa do Benfica em Vendas Novas - Futebol de formação (7 e 9), Dança Desportiva
- Casa do Povo de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Clube Columbófilo de Vendas Novas - Columbofilia
- Clube de Aerodelismo de Vendas Novas - Aerodelismo
- Clube de Bilhar de Vendas Novas - Bilhar e Snooker
- Clube Desportivo "Os Aliados de Vendas Novas" - Futsal Feminino de Formação e Futsal Veteranos
- Clube Desportivo Académica Salesiana - Sem atividade Desportiva
- Clube Ferroviário de Vendas Novas - Futsal, Ténis de Mesa e Cicloturismo
- Desportivo Clube das Piçarras - Escola de Desporto
- Estrela Futebol Clube - Futebol, Atletismo e Basquetebol
- Fundação Salesianos Vendas Novas - Atividade Desportiva Informal
- Grupo de Danças e Cantares Pioneiros de Vendas Novas - Aeróbica
- Grupo Desp. E Cult. Dos Trabalhadores da Brisa
- Grupo Desp. e Recr. dos Trab. da C. M. de V. Novas - Pesca
- Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira Futebol - Formação e Futebol Sénior INATEL
- Grupo Recreativo "Empregados no Comércio" - Cicloturismo

³² Conforme identificadas no Diagnóstico Social 2017



- Kirugui Clube Taekwondo - Vendas Novas - Taekwondo e Defesa Pessoal
- Liga dos Combatentes - Núcleo de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Manga Rota - Associação de Pesca Desportiva de Vendas Novas - Pesca
- Moto Clube de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Núcleo de Árbitros de Futebol de Vendas Novas - Formação em arbitragem de futsal e futebol
- Núcleo Sportinguista de Vendas Novas - Futebol de Formação (7 e 9) Futsal Feminino
- Rancho Folclórico da Landeira - Secção de Cicloturismo - Cicloturismo
- Raquete Clube de Vendas Novas - Desportos de Raquete
- Sporting Clube de Landeira - Escola de Desporto

O Desporto constitui uma das áreas estratégicas de intervenção do Município, através do desenvolvimento do conceito de “Vendas Novas – Cidade Desporto”, entendendo o mesmo como *“um factor de desenvolvimento sócio-económico do concelho e da região, de qualificação e apoio à actividade do Associativismo Desportivo e Recreativo e um dos elementos de promoção da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos.”*³³

A Estratégia de Desporto desenvolvida pelo Município visa *“Continuar a desenvolver o Programa de Infraestruturas do Parque Desportivo Municipal, designadamente da qualificação do Estádio Municipal, do Pavilhão Gimnodesportivo, dos Polidesportivos de Landeira, Afeiteira, EB1 da Misericórdia e Piçarras, da Piscina Coberta de 25 m, do Campo de Futebol (11 e 7) em piso sintético, do polidesportivo descoberto, campos de ténis, circuito de manutenção, pista de desportos radicais e em parceria (com promotores públicos e privados) o estudo da viabilidade de um Centro de Estágio Desportivo/Unidade Hoteleira e um Centro de Investigação Desportiva”*.³⁴

Efetivamente, o município encontra-se bem servido de equipamentos desportivos, mas muito apresentam necessidades de requalificação, sendo ainda assinalada a intenção de construção de uma nova piscina coberta e do desenvolvimento de um Centro de Estágios.

10.8. OUTROS EQUIPAMENTOS

São ainda identificados no quadro seguinte, os equipamentos classificados nos restantes domínios:

- Administrativo – é identificada a Câmara Municipal e as duas Juntas de Freguesia.
- Funerários – é identificado o cemitério municipal em Vendas novas, que serve todo o concelho.
- Comerciais – corresponde ao Mercado Municipal e ao Parque de Feiras e Mercados, localizados na sede de concelho.

³³ Estratégia de Desporto in www.cm-vendasnovas.pt

³⁴ Estratégia de Desporto in www.cm-vendasnovas.pt

Quadro 10.6 | Outros Equipamentos

Código	Domínio	Designação do Equipamento	Freguesias	Tipologia
A01	Administrativo	Câmara Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Câmara Municipal
A03	Administrativo	Junta de Freguesia de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Junta de Freguesia
A02	Administrativo	Junta de Freguesia da Landeira	Landeira (Landeira)	Junta de Freguesia
F01	Funerários	Cemitério Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Cemitério
F02	Funerários	Cemitério da Landeira	Landeira (Landeira)	Cemitério
C01	Comerciais	Mercado Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Mercado
C02	Comerciais	Parque de Feiras e Mercados	Vendas Novas (Vendas Novas)	Mercado

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.



11. INFRAESTRUTURAS

11.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é apresentada a rede de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, avaliando em particular o grau de cobertura dos perímetros urbanos.

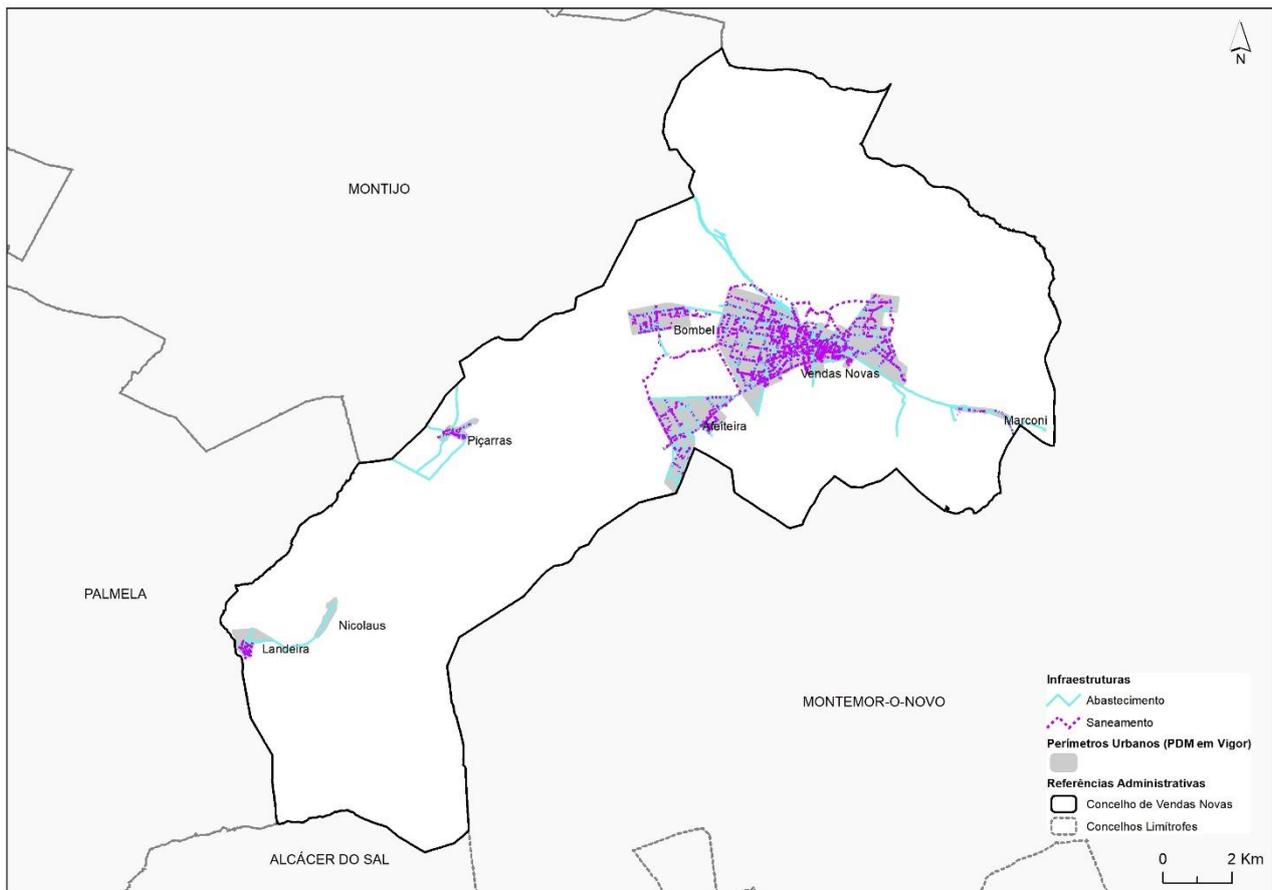
11.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água no concelho de Vendas Novas é assegurado pela empresa AGDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.. responsável pelo sistema em “alta”, que incluiu as captações (furos), tratamento, condutas e reservatórios de distribuição, e pelo Município de Vendas Novas, responsável pelo sistema em “baixa”, que inclui toda a rede de distribuição, desde a saída dos reservatórios até ao ponto de entrega aos consumidores.

De acordo com a informação da Câmara Municipal, “toda a água distribuída no concelho é de origem subterrânea. Estão definidas 3 zonas de abastecimento:

- Zona de abastecimento (ZA) de Bica fria, que inclui Vendas Novas, Bombel, Afeiteira, Foros de Infantes, Campos da Rainha e Marconi;
- Zona de abastecimento (ZA) de Piçarras, que inclui a zona de Piçarras;
- Zona de abastecimento (ZA) de Landeira, que inclui Landeira e Nicolaus.”

Esta rede de abastecimento (em conjunto com a rede de saneamento) encontra-se representada na figura seguinte, e é também transposta para as Plantas dos Perímetros Urbanos, permitindo identificar em maior detalhe as áreas servidas/não servidas, informação determinante na classificação do solo urbano.



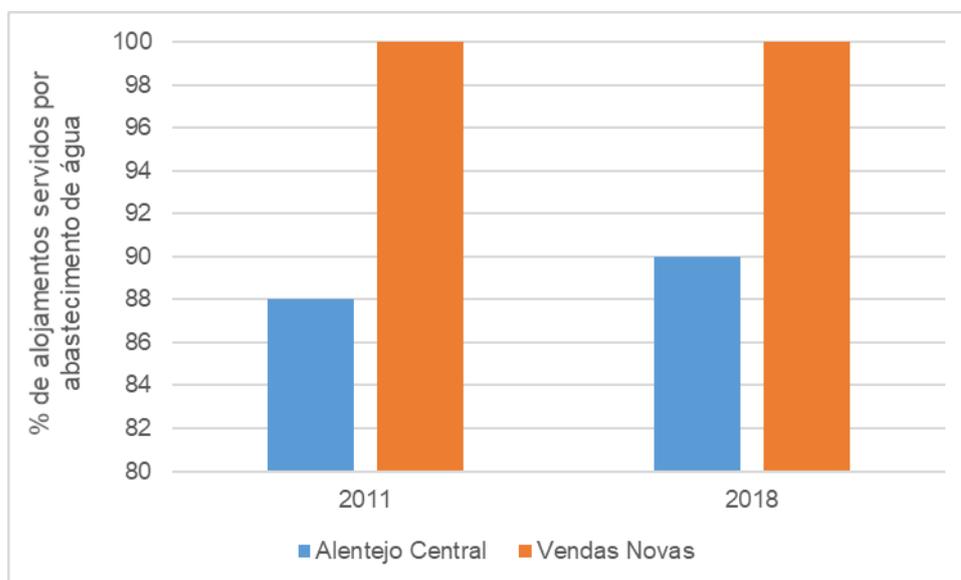
Fonte: CMVN

Figura 11.1 | Zonas servidas por redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho de Vendas Novas

De acordo com os dados do INE, em 2011 a totalidade dos alojamentos do concelho eram já servidos por abastecimento de água, e os dados de qualidade da água também são conformes.



Gráfico 11.1 | Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, 2011 e 2018



Fonte: INE

O principal problema consiste nas perdas significativas de água na rede e em frequentes situações de rutura na rede de abastecimento, que obrigam a intervenções também frequentes.

De acordo com a consulta dos dados de 2019 da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos³⁵, o concelho de Vendas Novas apresenta uma acessibilidade física de 100%, mas a água não faturada situa-se nos 45,2% (situação insatisfatória), e as avarias em condutas classificam-se também como uma situação insatisfatória.

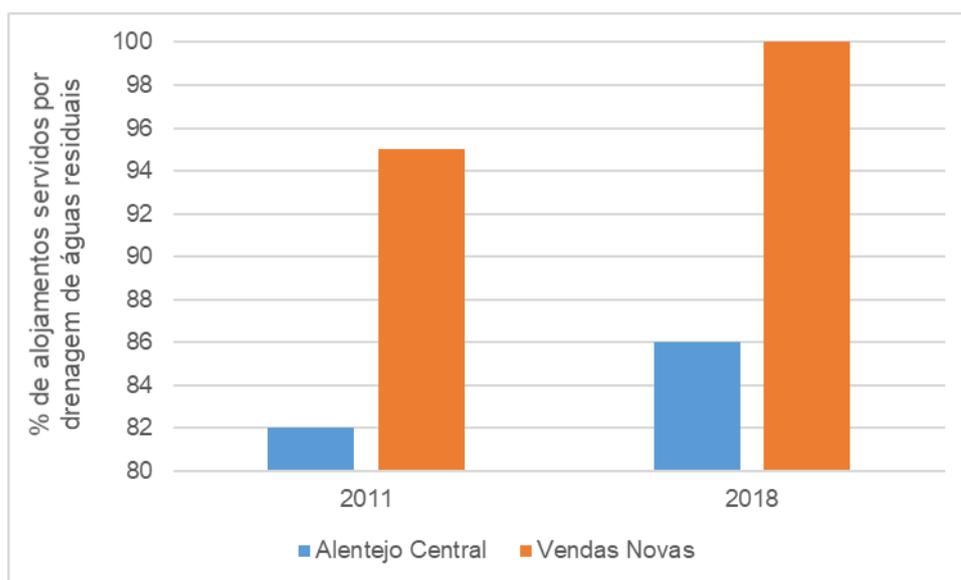
Contudo, não se prevê a curto prazo a substituição da rede, porque tal dependeria de financiamento, e conseqüentemente de um agravamento do tarifário (por forma a torná-lo sustentável), o que não constitui uma opção válida para a Câmara Municipal.

11.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema de drenagem das águas residuais é da responsabilidade da Câmara Municipal, apontando o INE uma evolução positiva entre 2011 e 2018, ano em que 100% dos alojamentos se encontram servidos por drenagem de águas residuais.

³⁵ <http://www.ersar.pt/pt/setor/caracterizacao/abastecimento-de-agua>

Gráfico 11.2 | Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, 2011 e 2018



Fonte: INE

De acordo com a Câmara Municipal, apesar da maioria dos perímetros urbanos encontrarem-se totalmente cobertos por infraestrutura de drenagem de águas residuais, existem ainda fossas sépticas no concelho. É o caso de Nicolaus, que não se encontra servido pela rede de drenagem, dispondo de fossa séptica, cujo transporte para a ETAR da Landeira é assegurado a Junta de Freguesia da Landeira.

A rede de drenagem das águas residuais consta também da Figura 11.1, e encontra-se também transposta para as Plantas dos perímetros urbanos permitindo identificar em maior detalhe as áreas servidas/não servidas, informação determinante na classificação do solo urbano.

De acordo com os dados da ERSAR (2019)³⁶ a acessibilidade física do serviço de saneamento de águas residuais é boa, ficando-se, contudo, pelos 96%. A acessibilidade física do tratamento é de 100% e não existe registo de ocorrência de inundações, o que configura uma qualidade boa do serviço. Porém, ao nível do cumprimento da licença de descarga, a percentagem de 74% é já considerada insatisfatória.

³⁶ <http://www.ersar.pt/pt/setor/caracterizacao/saneamento-de-aguas-residuais>





PARTE V – DOMÍNIO URBANO

Esta página foi deixada em branco propositadamente



12. DINÂMICA URBANA E POVOAMENTO

12.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo é feita uma análise aos diferentes indicadores que permitem caracterizar o parque habitacional do concelho, bem como a dinâmica construtiva.

No âmbito da caracterização geral do parque edificado, é feita a análise aos edifícios e alojamentos, de forma a identificar as carências existentes no domínio da habitação e das condições de habitabilidade, avaliando a respetiva evolução temporal. Paralelamente, a análise pretende enquadrar a situação concelhia face ao referencial geográfico mais próximo.

Esta análise baseia-se principalmente na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo por referência principal os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001 e 2011. As unidades estatísticas de referência espacial utilizadas foram, sobretudo, o concelho e a freguesia, comparando com a região Alentejo Central.

Esta caracterização recorre aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística na sequência dos últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001 e 2011 e tendo como referência, os dados à escala municipal, regional e nacional.

A análise da dinâmica construtiva tem em conta também os dados do Instituto Nacional de Estatística, considerando o período entre 1999 e 2019 (ano mais recente disponibilizado pelo INE).

12.2. PARQUE HABITACIONAL

12.2.1. Evolução do edificado

No Quadro 12.1, constata-se um aumento significativo do número de edifícios no Município de Vendas Novas entre 2001 e 2011 (de 8,8%). O número de edifícios passou de 4815 edifícios em 2001 para 5238 edifícios em 2011, estimando-se um crescimento mais modesto até 2019 - 1,7% entre 2011 e 2019. Esta variação apresenta-se, em ambos os períodos, semelhante à NUTS III - Alentejo Central.

O aumento do número de edifícios do concelho deve-se ao aumento registado na freguesia de Vendas Novas, que totaliza em 2011 os 4893 edifícios. A freguesia da Landeira que apresenta também um aumento no período 2001-2011, tem em 2011, apenas 345 edifícios.

Quadro 12.1 | Edifícios em 2001 e 2011, e estimativa para 2019 e variação

Unidade Territorial		N.º de edifícios			Variação (%)	
		2001	2011	2019	2001-2011	2011-2019
NUTS III	Alentejo Central	73972	80100	81506	8,3	1,8
Município	Vendas Novas	4815	5238	5326	8,8	1,7
Freguesias	Vendas Novas	4480	4893		9,2	
	Landeira	335	345		3,0	

Fonte: INE – Censos 2011; Estimativas do Parque Habitacional.

25,8% dos edifícios do Município de Vendas Novas foram construídos no período 1991-2011, foram construídos, peso semelhante ao apresentado na NUTS III – Alentejo Central (24,7%). Outros 30 a 31% foram construídos nos dois períodos anteriores (1946-1970 e 1971-1990), pelo que apenas 12,4% foram construídos antes 1945.

O concelho de Vendas Novas apresenta assim um parque habitacional mais recente comparativamente com o sub-região em que se insere, e é ainda mais no caso da freguesia da Landeira.

Quadro 12.2 | Edifícios por época de construção, em 2011

Unidade Territorial		Época de construção					
		Total	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
		N.º de edifícios					
NUTS III	Alentejo Central	80100	7955	12779	19583	19977	19806
Município	Vendas Novas	5238	167	481	1588	1652	1350
Freguesias	Vendas Novas	4893	161	462	1523	1495	1252
	Landeira	345	6	19	65	157	98
		% de edifícios					
NUTS III	Alentejo Central		9,9	16,0	24,4	24,9	24,7
Município	Vendas Novas		3,2	9,2	30,3	31,5	25,8
Freguesias	Vendas Novas		3,3	9,4	31,1	30,6	25,6
	Landeira		1,7	5,5	18,8	45,5	28,4

Fonte: INE – Censos

12.2.2. Evolução dos alojamentos

A evolução do número de alojamentos registou também um aumento generalizado entre 2001 e 2011.

O número de alojamentos passou de 5718 em 2001 para 6416 em 2011. Trata-se de um aumento de cerca de 12,2%, apresentando-se assim, ligeiramente acima do aumento da NUTS III - Alentejo Central (Quadro 12.3). A variação estimada do número de alojamentos no Município de Vendas Novas é, em 2011-2019, bastante mais reduzida, de 1,3%, o que encontra em linha com o contexto sub-regional.

O aumento da freguesia da Landeira é, em termos absolutos e relativos, muito reduzido, quando comparados com a freguesia de Vendas Novas, onde aumentou 12,7% entre 2001 e 2011, vindo a totalizar os 6416 alojamentos.

Quadro 12.3 | Alojamentos familiares clássicos em 2001 e 2011, e estimativa para 2019 e variação

Unidade Territorial		N.º de alojamentos			Variação (%)	
		2001	2011	2019	2001-2011	2011-2019
NUTS III	Alentejo Central	89497	98068	99429	9,6	1,4
Município	Vendas Novas	5718	6416	6499	12,2	1,3
Freguesias	Vendas Novas	5378	6063		12,7	
	Landeira	340	353		3,8	

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011; Estimativas do Parque Habitacional



A distribuição dos alojamentos familiares por forma de ocupação (residência habitual, secundária e vago) (Quadro 12.4) revela um predomínio da residência habitual no concelho de Vendas Novas e freguesia de Vendas Novas, acima dos 70%. No caso da freguesia de Landeira aproxima-se dos 80%, mas correspondendo a um total de 281 alojamentos.

Os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária no concelho, assim como na freguesia de Vendas Novas, representam cerca de 11% do parque habitacional do concelho, menos que na NUTS III. Porém, na freguesia da Landeira os alojamentos de uso sazonal são apenas 6,2%.

Os alojamentos vagos são, em 2011, cerca de 14 a 15% no concelho e freguesias, ainda que no caso da freguesia da Landeira, tal corresponda, em termos absolutos, a apenas 50 alojamentos. Contudo em todo o concelho, o número de alojamentos vagos era de 992, número considerável, a atender na proposta de estratégia habitacional do concelho, sem prejuízo de corresponderem a dados já com 10 anos.

De facto, os resultados das Sessões Públicas realizadas para aferição do Diagnóstico, indicam como um dos principais problemas do concelho, a dificuldade no acesso à habitação, decorrente dos baixos rendimentos e obrigando a uma taxa de esforço muito elevada no aluguer ou compra de habitação. De um modo geral, o mercado de arrendamento é muito reduzido, dadas as dificuldades encontradas pelos investidores na cobertura das despesas que estão associadas à compra e/ou reabilitação do imóvel e ao subsequente negócio de aluguer.

Quadro 12.4 | Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em 2011

Unidade Territorial		Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação 2011			
		Total	Residência habitual	Uso sazonal ou residência secundária	Alojamentos vagos
		N.º			
NUTS III	Alentejo Central	98068	66324	18362	13382
Município	Vendas Novas	6416	4678	746	992
Freguesias	Vendas Novas	6063	4397	724	942
	Landeira	353	281	22	50
		%			
NUTS III	Alentejo Central		67,6	18,7	13,6
Município	Vendas Novas		72,9	11,6	15,5
Freguesias	Vendas Novas		72,5	11,9	15,5
	Landeira		79,6	6,2	14,2

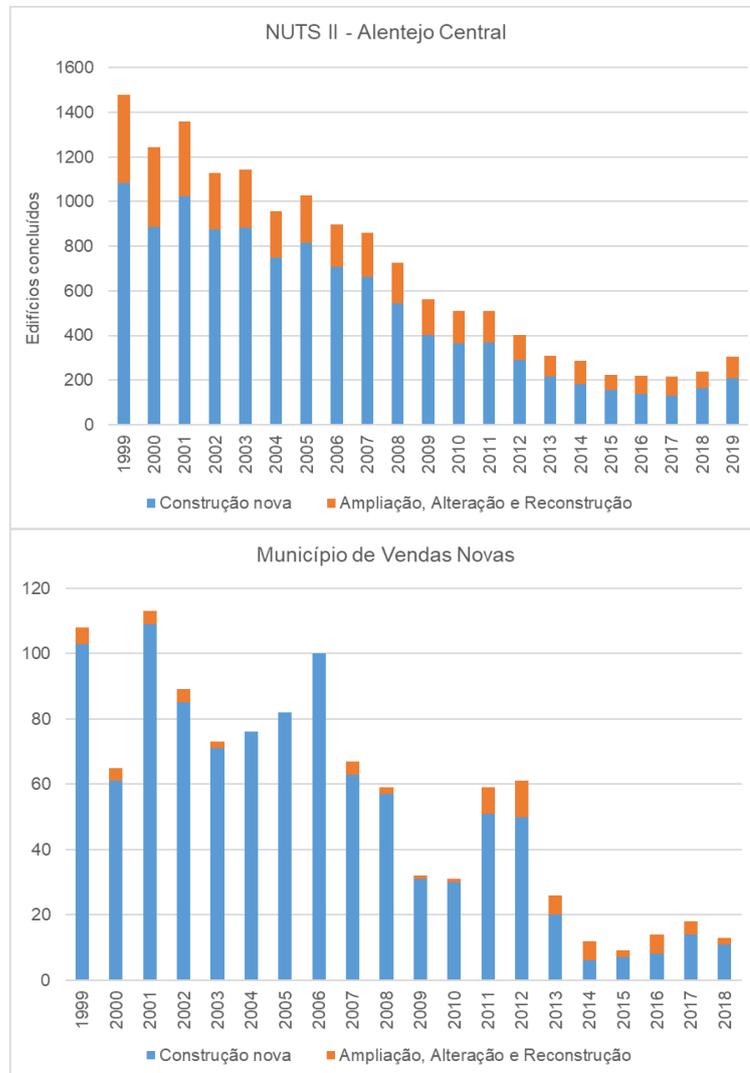
Fonte: INE – Censos 2011

12.3. DINÂMICA CONSTRUTIVA

Por forma a avaliar a dinâmica de construção é de seguida feita a análise da informação relativa aos edifícios concluídos por tipo de obra entre 1999 e 2019 (ano mais recente disponibilizado pelo INE). Esta análise revela que ao longo do período avaliado se apresenta no município de Vendas Novas alguma variabilidade, mantendo-se, ainda assim, um número de licenças anuais acima das 50, com

exceção dos anos 2009-2010 e depois a partir de 2013 (Gráfico 12.1). Em termos globais, assiste-se a uma tendência decrescente no município de Vendas Novas, que é mais evidente na NUTS III - Alentejo Central, conforme representado no Gráfico seguinte.

Gráfico 12.1 | Edifícios concluídos – construção nova e ampliação, alteração e reconstrução – entre 1999 e 2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Por outro lado, no mesmo Gráfico verifica-se que a predominância da construção nova nos edifícios concluídos no município de Vendas Novas se mantém em todo o período analisado, sendo que globalmente que apenas 6,6% correspondem a edifícios concluídos em obras de ampliação, alteração e reconstrução.



Quadro 12.5 | Edifícios concluídos, % construção nova face ao total de edifícios concluídos – entre 1999 e 2019

Anos	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
1999	73,2	95,4
2000	71,4	93,8
2001	75,4	96,5
2002	77,3	95,5
2003	77,3	97,3
2004	78,3	100,0
2005	79,2	100,0
2006	78,7	100,0
2007	77,0	94,0
2008	74,7	96,6
2009	71,5	96,9
2010	71,7	96,8
2011	72,1	86,4
2012	71,5	82,0
2013	69,8	76,9
2014	64,2	50,0
2015	69,8	77,8
2016	63,0	57,1
2017	60,9	77,8
2018	68,9	84,6
2019	68,1	88,2
Total 1999-2019	74,3	93,4

Fonte: INE

Verifica-se que, no conjunto do período 1999-2019, no município é mais acentuado o peso dos edifícios concluídos em construção nova, na ordem dos 93,4%, face a 74,3% na NUTS III – Alentejo Central. (Quadro 12.5)

No que respeita o número de edifícios e o número de fogos licenciados em construções novas, revela-se a mesma tendência decrescente representada nos edifícios concluídos, tanto no município de Vendas Novas como na NUTS III – Alentejo Central, sem prejuízo do acréscimo registado no último ano disponível (2019).

Face aos dados apresentados, foi aferido o número médio de fogos por edifício para o período entre 1999 e 2019 (Quadro 12.6), situando-se nos 1,5 para o município de Vendas Novas (semelhante ao número do Alentejo Central), o que é indicador de que prevalecem as moradias unifamiliares.

Quadro 12.6 | Fogos e edifícios licenciados em construções novas e nº de fogos por edifício entre 1999 e 2019

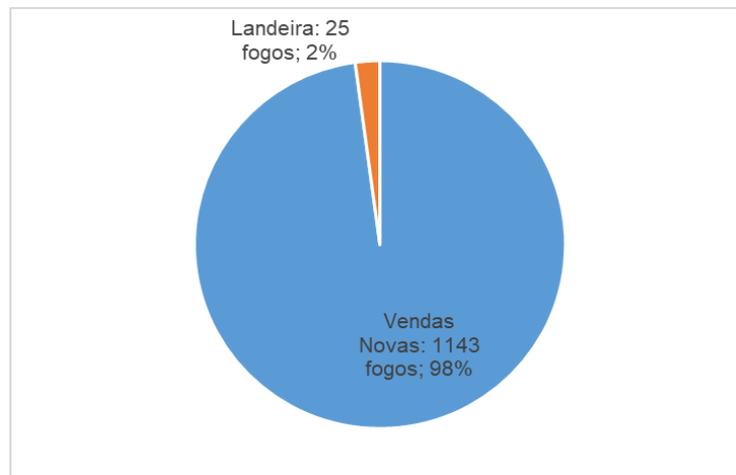
Anos	Construções novas			
	Edifícios licenciados		Fogos licenciados	
	NUTS III Alentejo Central	Município Vendas Novas	NUTS III Alentejo Central	Município Vendas Novas
1999	861	59	1680	147
2000	792	99	1262	129
2001	693	59	1088	94
2002	819	59	1143	86
2003	638	63	880	87
2004	682	66	1033	107
2005	631	89	1147	181
2006	533	71	757	104
2007	493	44	699	53
2008	368	16	493	28
2009	272	17	516	22
2010	253	27	301	32
2011	256	20	306	22
2012	173	21	193	26
2013	105	2	152	2
2014	56	2	56	2
2015	64	5	84	5
2016	97	8	105	8
2017	97	8	114	10
2018	128	8	162	9
2019	146	14	184	14
Total	8157	757	12355	1168
	Fogos/edifício			
Média 1995-2019	1,5	1,5		

Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

O Gráfico seguinte representa a distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, verificando-se uma forte concentração na freguesia de Vendas Novas, onde foram licenciados 1126 novos fogos entre 1999 e 2018 (98% do total).



Gráfico 12.2 | Distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, no período 1999-2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Apesar da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas e do investimento público, na área central, os projetos privados de reabilitação não têm acompanhado esta dinâmica municipal. O negócio de reabilitar para venda ou arrendamento não se apresenta interessante, dado o elevado custo pedido pelos imóveis (mesmo quando degradados) face às perspetivas de rendimento do mesmo.

Contudo, como já referido atrás, a dificuldade de acesso à habitação constitui um problema primordial no desenvolvimento de Vendas Novas, pois afeta diretamente a capacidade de captação de população nova, e da mão-de-obra necessária para o Parque Industrial.

13. AVALIAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR

13.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente Capítulo é feita uma avaliação à situação atual dos perímetros urbanos do PDM em vigor, apresentada nas Plantas dos Perímetros Urbanos (Plantas 5 a 11), tendo em conta os seguintes critérios de análise:

- PDM em vigor
- Área
- Categorias de espaço – espaço urbanos versus espaço urbanizável
- Dinâmica urbanística
- Área ocupada
- Área comprometida – correspondente aos loteamentos disponibilizados pela CM em 13-11-2020 (e que serão ainda objeto de atualização e correção)
- Área ocupada *versus* a área comprometida

Esta análise, em sede de Proposta de Plano, deverá ser completada avaliando, de forma integrada, um outro conjunto de indicadores como seja: o n.º de fogos e população residente, o acesso a equipamentos coletivos, a dotação de redes de abastecimento e de saneamento, entre outros. Esta informação, a par da análise no campo e da auscultação das partes interessadas permitirá detalhar com rigor as novas propostas de perímetros urbanos, tendo em consideração as regras de classificação e qualificação do solo previstas no novo enquadramento legal.

De acordo com o decreto regulamentar que define os critérios de classificação e qualificação do solo³⁷ devem ser cumpridos cumulativamente os seguintes critérios para a classificação do solo como urbano:

- “a) *Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;*
- *b) Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;*
- *c) Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;*
- *d) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;*
- *e) Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.”*

³⁷ Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto



13.2. CONCRETIZAÇÃO DO SOLO URBANO DO PDM EM VIGOR

A análise do grau de concretização do solo urbano foi desenvolvida através da identificação das áreas efetivamente ocupadas (artificializadas) de acordo com a análise visual dos ortofotomapas da Direção Geral do Território de 2018 e da COS 2018.

A aferição da área ocupada dos vários perímetros urbanos encontra-se representada na Plantas dos Perímetros Urbanos (Plantas 5 a 11) através da representação do limite do perímetro urbano do PDM em vigor e classificação em Espaço Urbanizado/Urbanizável, em sobreposição com a área ocupada, assim como da respetiva contabilização.

A análise da concretização dos 7 perímetros urbanos do PDM em vigor (Quadro 12.7) revela que perto de 60% (811 ha e 57,11%) do solo urbano se encontra ocupado.

Quadro 13.1 | Grau de ocupação dos perímetros urbanos do município de Vendas Novas

Perímetros urbanos	Categoria	Área da Categoria (ha)	Área Ocupada da Categoria		Área do PU (ha)	Área do PU		Contributo para a área ocupada total (%)
			ha	%		ha	%	
Afeiteira	Espaço Urbanizável	230,72	96,36	41,77	268,21	116,15	43,31	18,92
	Espaço Urbanizado	37,49	19,79	52,79				
Bombel	Espaço Urbanizável	49,73	8,78	17,66	105,79	38,87	36,74	7,46
	Espaço Urbanizado	56,07	30,09	53,67				
Landeira	Espaço Urbanizável	22,74	0	0,00	44,63	15,32	34,33	3,15
	Espaço Urbanizado	21,89	15,32	69,99				
Marconi	Espaço Urbanizado	13,25	8,78	66,26	13,25	8,78	66,26	0,93
Nicolaus	Espaço Urbanizado	17,75	9,17	51,66	17,75	9,17	51,66	1,25
Piçarras	Espaço Urbanizável	6,36	0,91	14,32	20,41	6,93	33,95	1,44
	Espaço Urbanizado	14,05	6,93	49,32				
Vendas Novas	Espaço Urbanizável	539,22	289,04	53,60	947,76	614,44	64,83	66,85
	Espaço Urbanizado	408,52	325,4	79,65				
Total		1418	811	-	1418	811	57,11	

Fonte: CMVN. PDM em vigor. Área ocupada delimitada a partir do Ortofotograma 2018 e da COS 2018.

O maior contributo de área ocupada pertence ao perímetro urbano de Vendas Novas (66,85%), que é também o maior perímetro urbano do concelho (com um total de 974,76 ha).

Vendas Novas é o perímetro urbano que apresenta uma maior percentagem de área ocupada, situando-se nos 64,83%, com exceção de Marconi (66,26%). Contudo, o perímetro de Marconi encontra-se inteiramente classificado como Espaço Urbanizado, enquanto no caso do perímetro de Vendas Novas, este tem ainda 289,04 ha classificados em Espaço Urbanizável, dos quais 53,60% estão ocupados. No caso do Espaço Urbanizado do perímetro urbano de Vendas Novas, a área ocupada representa cerca de 80%.

Além destes, apenas o perímetro urbano de Nicolaus apresenta uma área ocupada superior a 50%, mas trata-se também de um perímetro sem espaços urbanizáveis.

Nas mesmas Plantas encontra-se representada a área comprometida, ou seja abrangida por loteamentos, que conjuntamente com a análise da área ocupada, constituem elementos que irão fundamentar a nova delimitação dos perímetros urbanos.

Estando perante um novo paradigma de gestão urbanística (alicerçado no novo RJIGT em que os espaços urbanizáveis deixam de existir), será de futuro determinante intervir no solo urbano existente, repensando os PMOT que no passado eram vocacionados para a expansão urbana. Neste domínio, assume particular relevo a existência de um quadro normativo flexível bem como o empenho do município, munícipes e *stakeholders*, através de uma participação ativa.

Independentemente de uma análise quantitativa ao solo urbano a abordagem ao PDM em vigor não se deve esgotar na delimitação do que é urbano e do que é rural (rústico de acordo com o novo RGIJT). Com efeito, na fase de Proposta de Plano será necessário avaliar igualmente a adequação dos parâmetros urbanísticos definidos no PDM em vigor às necessidades atuais.

13.3. UNIDADES DE PLANEAMENTO DO PDM

O PDM em vigor estabelece um conjunto de unidades de planeamento para os vários perímetros urbanos, a sujeitar a plano de urbanização, plano de pormenor e projetos de loteamento, conforme listados no Quadro seguinte (correspondente ao Anexo II do Regulamento do PDM em vigor).



Quadro 13.2 | Unidades de planeamento definidas no PDM em vigor

UOPG	Categorias de espaço	Definição	Plano proposto	DP máxima
Cidade de Vendas Novas				
PU	{ Todas	Proposto	Plano de urbanização	{ Alta.
	AC			Alta.
UP1	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Alta.
UP2	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP3	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Alta.
UP4	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP5	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP6	ACE	Proposto	Plano de pormenor	Equip.
UP7	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP8	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP9	Industrial	Existente	Plano de pormenor	—
UP10	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP11	Urbanizável Misericórdia	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
Afeiteira				
UP	{ Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	{ Baixa.
	AC			Baixa.
Marconi				
	AC			Baixa.
Bombel				
UP1	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP2	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
Piçarras				
	AP			Baixa.
	Urbanizável			Baixa.
Nicolaus				
	ANE			Baixa.
Landeira				
UP1	AC	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP2	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP3	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Média.

Fonte: PDM em vigor (1999)

Contudo estas Unidades de Planeamento não foram, na sua maioria, objeto de concretização. Várias são as razões que podem ser identificadas que justificam este comportamento destacando-se:

- A sua desadequação no contexto da evolução da cidade;
- A ausência de planeamento estruturado por parte da autarquia que resultou, em parte da iniciativa privada através de operações de loteamento, que face à ausência de uma estratégia clara para a cidade surgem desgarradas.

De entre as UP identificadas:

- A UP 9 corresponde ao Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, já em vigor aquando da aprovação do PDM (1999).

- A UP6 seria alterada com a aprovação do Plano de Pormenor da Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas (2010) (apresentado no capítulo 2.3.3.2).

Além destes dois PP apenas seria aprovado outro plano municipal de ordenamento do território - o Plano de Urbanização da Landeira (2012), que não se encontrava previsto em Unidade de Planeamento.

Encontra-se em elaboração o Plano de Urbanização de Vendas Novas, já previsto no PDM em vigor.

Na fase seguinte, de Proposta de Plano, e procedendo-se à redelimitação do Solo Urbano (excluindo os espaços urbanizáveis e outros não consolidados, tendo como base os critérios de classificação e qualificação do solo previstos no decreto regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto), verificar-se-á que parte destas unidades de planeamento deixarão de estar abrangidas pelos perímetros urbanos, devendo na sua globalidade ser reavaliadas.



14. SISTEMA URBANO – ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA

14.1. INTRODUÇÃO

O sistema urbano apresenta-se muito determinado pelas infraestruturas viárias e ferroviárias. A Linha Ferroviária (interface da Linha do Alentejo) e a EN4 conectando os núcleos urbanos: Bombel; Vendas Novas e Marconi, e a A6 e A2 esquartelando o território.

Piçarras, Nicolau e Landeira são os restantes núcleos urbanos que não interagem diretamente com a grande centralidade determinada pela Cidade, sendo assim de certo modo mais periféricos e estabilizados, revelando, no entanto, Landeira uma diferenciação positiva quer nas suas virtualidades intrínsecas na organização e na forma urbana, quer na relação com a envolvente próxima de relevância ambiental e paisagista.

A Cidade de Vendas Novas *de per si*, agregando todas as principais valências e dinâmicas socioeconómicas do concelho, potencia uma atratividade, que se tem traduzido no somatório de experiências urbanas e periurbanas muito díspares, mantendo uma forte ligação ao valor seminal da Estrada Nacional.

O desenvolvimento da Cidade aproximou e dinamizou os núcleos urbanos antes periféricos, hoje cada vez mais integrados numa vivência urbana unitária, ainda que de geometria muito variada. Este princípio constitui, no entanto, o principal tema no entendimento e no âmbito da relação do fator urbano com o ordenamento do território do concelho.

14.2. A CIDADE

A história da cidade de Vendas Novas parece revelar ao longo dos anos uma crescente consolidação de uma ideia de cidade, em particular a partir dos anos 80, mas igualmente uma persistência na existência de espaços livres e agrícolas, estabelecendo relações e formas de intraurbanidade muito peculiares, por um lado acentuando a densificação, por outro assegurando uma relação quase ‘liquida’ com o território rural.

Este duplo sentido nas formas de qualificação integrada do território urbano e da progressiva assimilação de arrabaldes por ações de consolidação, colmatação e requalificação do tecido urbano são em grande parte favorecidas pelas características morfológicas do território – a sua planura.

Esta particularidade pode facilitar a implantação de zonas verdes, a proximidade e a preservação de áreas agrícolas e de biodiversidade exigindo critérios bem determinados para o efeito.

Numa leitura prospetiva do pensamento sobre a Cidade devemos assim equacionar duas escalas de trabalho.

- A primeira numa perspetiva “metropolitana” integrando diretamente na equação os núcleos urbanos satélites: Bombel; Afeiteira e Marconi, perspetivando também a partir daqui as potencialidades e constrangimentos na interação com a Área Metropolitana de Lisboa e com os principais centros urbanos do Alentejo.

Têm neste contexto primazia a determinação de novas redes e sistemas de comunicação viária assim como a temática da edificabilidade dispersa, a relação com a atividade agrícola e a permanência de elementos naturais estruturantes no território.

- A segunda enquanto núcleo urbano estrito que, em grande medida, continua a ser determinado pelo atravessamento da EN4 e pela presença da Linha ferroviária. Esta dimensão convoca uma abordagem a dinâmicas tão diversas como a Regeneração Urbana, o Sistema Viário e as circulações em geral (viárias – nas mais diferentes categorias, cicláveis e pedonais), os valores Culturais, em destaque para o património arquitetónico e urbano, os serviços, o comércio e os equipamentos, a política habitacional, a paisagem e a biodiversidade integrada na afirmação da Estrutura Ecológica Urbana.

Neste âmbito destacam-se como área chave a correspondente ao PP Entrada Sul / Parque da Cidade e o PP Zona Industrial e a sua requalificação e expansão.

14.3. ESTRATÉGIA

De lugar histórico e remoto de passagem a lugar de estadia a cidade, neste sentido lato e centralista, revela hoje um imenso potencial estratégico como um grande ponto de venda(s) novas, na área da indústria, dos serviços, na cultura e no comércio.

Existem assim grandes desafios na perspetiva da inversão do sentido predominante de lugar de passagem para o sentido de estadia e permanência.

Neste quadro, o desenho da cidade no seu todo abrangente, do núcleo central à cintura periférica, deve privilegiar as relações socioculturais, os valores locais, as novas políticas urbanas de valorização da sustentabilidade ambiental do território, mas também a afirmação do seu potencial de criação de valor, bem estar social e inteligência, inerentes a uma ideia positiva de cidade integradora e criativa.

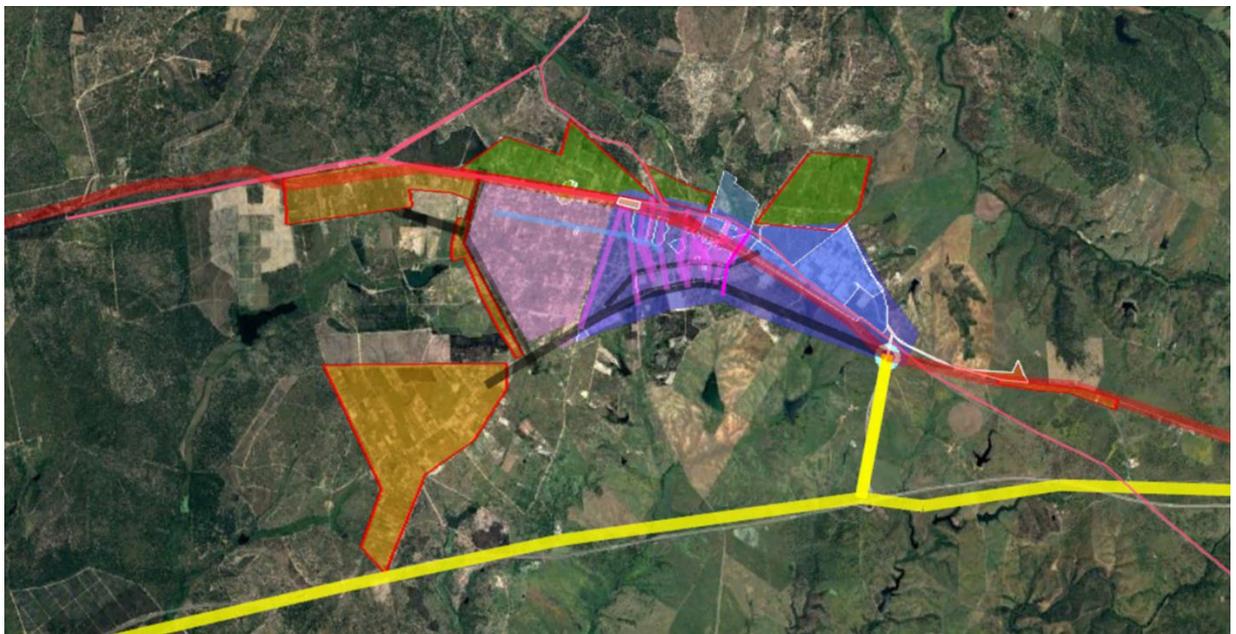


Figura 14.1 | Esquema da dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas

A figura em cima reflete esquematicamente a dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas no seu contexto plural, evidenciando as tensões inerentes às infraestruturas (viárias e ferroviárias), à diferenciação dos diversos assentamentos e intensidades na ocupação e uso do território e à interação com os núcleos urbanos: Bombel, Afeiteira e Marconi.

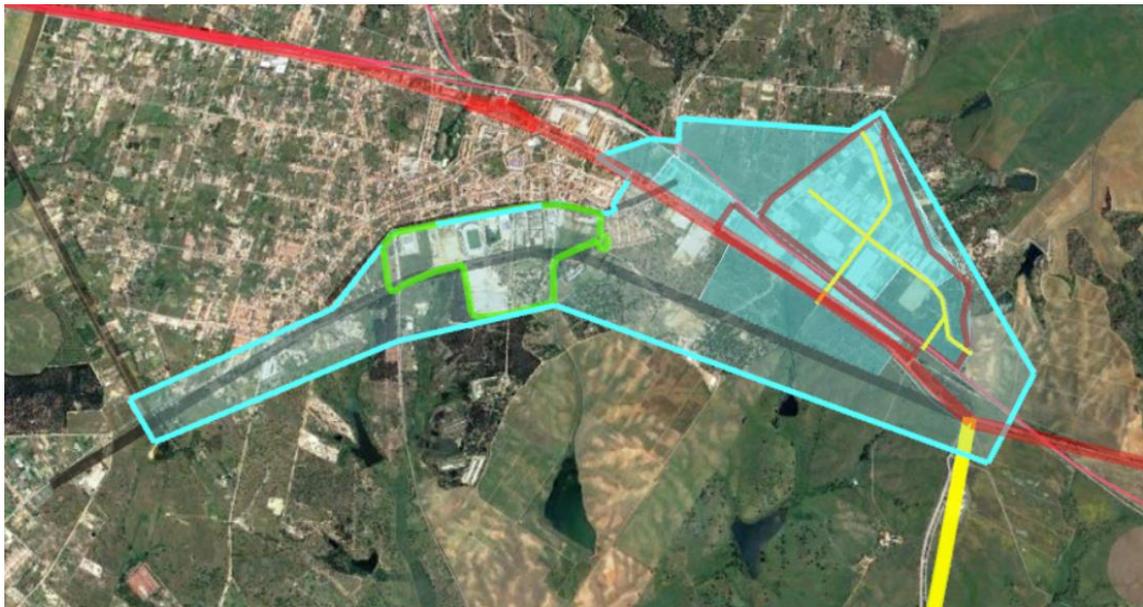


De entre os maiores desafios ao nível do reposicionamento, organização e ordenamento da cidade e do concelho em sentido genérico, destacamos a estruturação viária e circulações e a afirmação da vocação estratégica ao nível do empreendedorismo, comércio, indústria, serviços, etc.

Neste sentido os dois Planos de Pormenor em equação na cidade: Parque Industrial e Entrada Sul / Parque da Cidade, quer pela complementaridade de objetivos quer pela interação com a estrutura e o desenho do território, deverão ser abordados de forma conjunta.

Esta perspetiva poderá ser entendida no quadro de uma nova UOPG - Parque VN (global, integrando o dois PP) definida por 3 objetivos principais:

- Interpretar e assegurar o relacionamento com a cidade estabilizada, central, tendo particular atenção à interação com o parque habitacional, o comércio, e a valorização do espaço público e do património;
- Estabelecer um programa conjunto enquanto Parque de Feiras e Exposições e Parque Empresarial (e industrial) e ainda com outras infraestruturas já existentes, criando sinergias conjuntas como a Start-up Alentejo;
- Assegurar uma reestruturação na estrutura viária, acessibilidade, espaço público e circulação, tendo em conta as principais ligações existentes (EN4 e A6) e a influência e impacto com os dois objetivos descritos nos pontos anteriores.



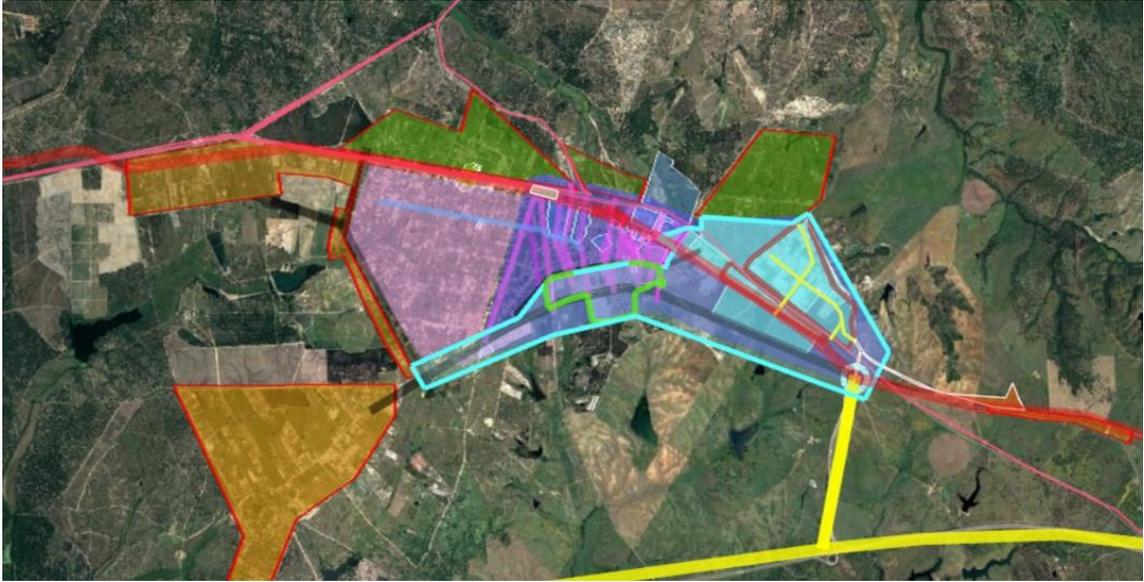


Figura 14.2 | Delimitação potencial da UOPG Parque VN, integrando os 2 PP e a interação com a cidade central





PARTE VI - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E PROPOSTA PRELIMINAR ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA

Esta página foi deixada em branco propositadamente



15. DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRATÉGIA

15.1. NOTA METODOLÓGICA

No final da Fase 1 da Revisão do PDM de Vendas Novas, e em particular no âmbito do diagnóstico, pretende-se identificar os principais elementos da estratégia que irão fundamentar a futura proposta de modelo territorial.

O novo Plano Diretor Municipal requer a definição de um modelo de organização e gestão territorial sustentado que esteja em conformidade, quer com a atual situação sociodemográfica e urbanística, quer com as perspetivas de evolução.

Exige-se assim o desenvolvimento de uma proposta de Plano equilibrada, que responda às necessidades atuais e de desenvolvimento do município, e que não crie situações, nem de excessivo condicionamento, nem de desnecessário esforço de infraestruturização.

O atual quadro sociodemográfico e económico de Vendas Novas traduz-se na necessidade de definir um modelo de desenvolvimento sustentado no aproveitamento das valias internas e das oportunidades do posicionamento no contexto regional, enquanto fatores de afirmação do município.

Um Plano equilibrado não é fácil de conceber, dada a variedade de interesses e necessidades em causa.

O esquema metodológico representado na Figura 15.1 sintetiza a metodologia da definição do Modelo Territorial, estruturada nos seguintes subcapítulos:

- Diagnóstico Setorial (capítulo 15.2) – que consiste na sistematização dos principais elementos de caracterização e da evolução no período de vigência do PDM.
- Quadro Estratégico Global de Intervenção – Principais orientações estratégicas para o Município de Vendas Novas – que considera o Enquadramento da Revisão do PDM (definido no REOT) e o Quadro de Referência Estratégico (elaborado pela Equipa no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica).
- Apresentação preliminar dos elementos de estratégia para o futuro Modelo Territorial (capítulo 15.4).

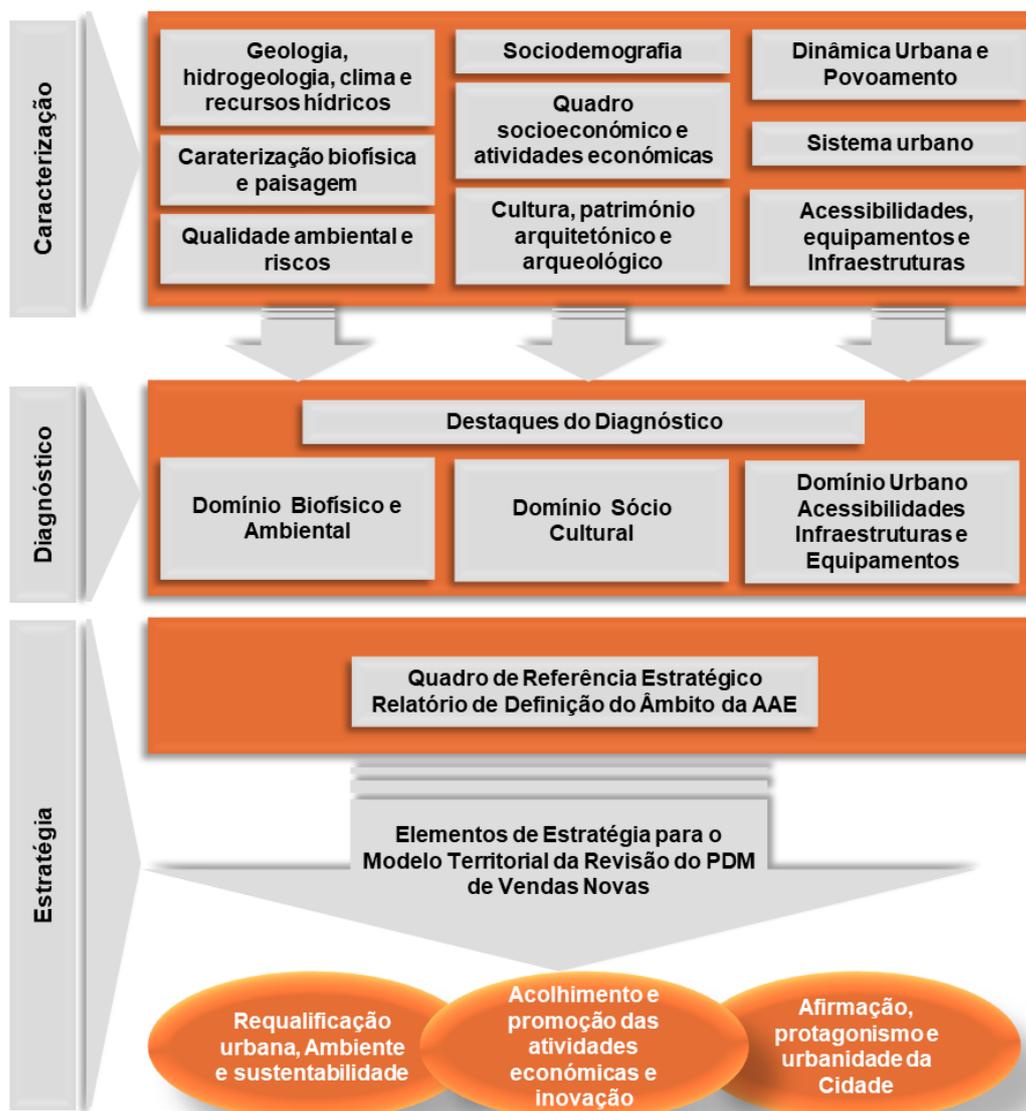


Figura 15.1 | Esquema Global do Diagnóstico Integrado

15.2. DIAGNÓSTICO SETORIAL

O diagnóstico do Município de Vendas Novas abrange todas as componentes dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico (apresentadas nos capítulos 3 a 12). Do diagnóstico resultam um conjunto de destaques estruturados em três domínios interrelacionados: Domínio Biofísico e Ambiental, Domínio Sócio Cultural e Domínio Urbano, Infraestruturas e equipamentos [nesta versão preliminar dos ECD, optou-se por associar no Diagnóstico Domínio Equipamentos e infraestruturas com o Domínio Urbano] que se sintetizam de seguida.



Domínio Biofísico e Ambiental

- Em termos gerais, a altimetria do Município encontra uma dominância entre as cotas de 70 metros e 130 metros, que se caracteriza claramente pela distinção de três zonas hipsométricas distintas que se relacionam igualmente com paisagens distintas:
 - Uma zona de altitude baixa (na zona sul do concelho, nas imediações da Landeira e Nicolaus, até sul de Piçarras), que se assemelha à paisagem típica da charneca do Sado, caracterizada pela presença do montado e do pinheiro manso
 - Uma zona de média altitude (compreende a zona de Piçarras, oeste de Bombel e a norte da cidade de Vendas Novas), onde é marcada a paisagem da charneca do Ribatejo marcada por um relevo suave e pela presença do montado, e em que as áreas em torno dos aglomerados populacionais revelam uma ocupação dispersa.
 - Uma zona de altitudes mais elevadas (cidade de Vendas Novas e a este da mesma, ao longo da EN4) que se enquadra um território já com características dos campos abertos típicos do Alentejo Central.
- Destaque no Município para a componente florestal: nomeadamente de montados sobro, por vezes associados a azinheira e de pinhais (de pinheiro manso ou bravo e mistos).
- O território de Vendas Novas é atravessado por três ribeiras de dimensões consideráveis, a Ribeira da Marateca, Ribeira da Landeira (pertencentes à bacia hidrográfica do Sado) e a Ribeira de Canha (pertencente à bacia hidrográfica do Tejo). A rede hidrográfica destas três ribeiras preenche na sua maioria a área do concelho.
- Município que dispõe de um clima ameno pautado por uma boa qualidade do ambiente onde apenas se denotam algumas pressões sobre os recursos hídricos essencialmente derivadas dos sectores agrícola, urbano, pecuário e industrial.
- Segundo o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, os cenários com maior probabilidade de ocorrência (Médio-Alto) são as Vagas de Frio e Ondas de Calor. Em associação com o grau de gravidade, vários são os riscos que recebem a classificação de elevado, designadamente as Ondas de calor, Secas ciclones violentos e tornados, incêndios florestais, cheias e inundações, sismos, acidentes ferroviários e aéreos, colapsos de túneis, pontes e viadutos, rutura de barragens e acidentais em locais com elevada concentração populacional. Os restantes riscos são classificados como Moderados, e não existem riscos críticos.

Domínio Socioeconómico e Cultural

- Município com crescimento populacional de 2% no último período intercensitário (2001-2011), possuindo, em 2011, 11.846 habitantes (face aos 11.619 em 2001). Este crescimento foi apoiado na componente migratória, uma vez que se verifica um envelhecimento generalizado da população, embora seja um concelho jovem comparativamente ao Alentejo e ao Continente.
- Concentração na distribuição da população. A cidade sede de concelho, com 9681 habitantes em 2011, concentra cerca de 87% da população do concelho. Foros da Afeiteira e Landeira (segundo e terceiro lugares com maior número de habitantes) concentram cerca de 687 e 610 habitantes, respetivamente em 2011.

- A atividade económica do Município assenta numa cultura empresarial valorizada pela experiência acumulada da atividade industrial, organizada em torno do Parque Industrial que tem mostrado uma capacidade de atração de investimento e geração de emprego, concentrando a quase totalidade das indústria transformadora presente no concelho.
- A posição estratégica do Parque Industrial, em termos de proximidade dos grandes mercados e serviços, com boas acessibilidades e ligações intermodais de nível internacional, nacional e regional (interface Lisboa / Sul e Lisboa / Madrid, Setúbal e Évora – cruzamento A2/A6/A13).
- Independentemente da relevância da atividade industrial, salienta-se a importância da ocupação florestal do espaço rústico, que contribuí para o relevo da indústria da cortiça e do pinhão no município.
- Deve ainda ser salientado o posicionamento do Município de Vendas Novas na NUTS III que ocupa a 2.ª posição, a seguir ao município de Évora, num conjunto de indicadores como sejam: o volume de negócios total, o Valor Acrescentado Bruto e o saldo da balança comercial.
- A localização da atividade comercial e de serviços quase exclusivamente na Cidade de Vendas Novas (que como já mencionado atrás concentra cerca de 87% da população do município); essencialmente ao longo da EN4 onde se têm vindo a implantar as grandes superfícies comerciais.
- A criação da StartUP Alentejo® em 2017, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas. Dispõe de 4 modelos de incubação: Pré-incubação, cowork, incubação física e escritório virtual, recebendo já 48 empresas
- A atividade turística revela um desenvolvimento pouco acentuado, embora se verifique, desde 2015 um aumento crescente das unidades de alojamento local que se localizam tanto na área urbana de Vendas Novas como nas aldeias e espaços mais rurais, em quartos, moradias, apartamentos, ou ainda em duas “estalagens de hospedagem”. Das atrações turísticas destaque para a existência de três percursos assinalados para fruição da paisagem.
- Não existe um conjunto representativo de arqueossítios identificados no território do concelho, o que se explica pela fisiografia do território, e, de facto, nenhuma das (6) estações arqueológicas reconhecidas no território de Vendas Novas consta na base de dados nacional Portal do Arqueólogo, da DGPC.
- A história do concelho é recente e indissociável da história das próprias vias de comunicação, das estradas, que visavam ligar o litoral ao interior alentejano. Possui ainda assim um conjunto de património edificado erudito, de que é exemplo o património classificado - Monte Velho do Outeiro de Santo António (conjunto) e Palácio Real de D. João V e Capela Real de Vendas Novas – assim como o Palácio e Capela do Vidigal e um conjunto de capelas e igrejas que datam desde o século XVI, entre outros imóveis notáveis do concelho.

Domínio Equipamentos e Infraestruturas

- Posição geográfica de transição entre a AML e o Alentejo Central.
- Excelentes acessibilidades rodo-ferroviárias, mas assinalando-se importantes limitações ao nível do transporte público.



- O transporte público ferroviário, que beneficia da recente renovação e eletrificação da linha, apresenta uma frequência muito reduzida e valores tarifários muito elevados quando comparado com os municípios vizinhos, pertencentes à AML.
- Dotação de bons equipamentos ao nível da saúde e da educação, servindo uma área geográfica mais alargada que o concelho.
- Necessidade de equipamentos ao nível do apoio social à população idosa, em particular na vertente residencial.
- O município encontra-se bem servido de equipamentos desportivos, mas muito apresentam necessidades de requalificação, sendo ainda assinalada a intenção de construção de uma nova piscina coberta e do desenvolvimento de um Centro de Estágios.

Domínio Urbano

- Dificuldade no acesso à habitação, o que constitui um fator limitativo importante à atratividade do concelho.
- O sistema urbano apresenta-se muito determinado pelas infraestruturas viárias e ferroviárias. A Linha Ferroviária (interface da Linha do Alentejo) e a EN4 conectando os núcleos urbanos: Bombel; Vendas Novas e Marconi, e a A6 e A2 espartelando o território.
- Piçarras, Nicolau e Landeira são os restantes núcleos urbanos que não interagem diretamente com grande centralidade determinada pela Cidade, sendo assim de certo modo mais periféricos e estabilizados, revelando, no entanto, Landeira uma diferenciação positiva quer nas suas virtualidades intrínsecas na organização e na forma urbana quer na relação com a envolvente próxima de relevância ambiental e paisagista.
- A Cidade de Vendas Novas de per si, agregando todas as principais valências e dinâmicas socioeconómicas do concelho, potencia uma atratividade que se tem traduzido no somatório de experiências urbanas e periurbanas muito díspares, mantendo uma forte ligação ao valor seminal da Estrada Nacional.
- O desenvolvimento da Cidade aproximou e dinamizou os núcleos urbanos antes periféricos hoje cada vez mais integrados numa vivência urbana unitária, ainda que de geometria muito variada. Este princípio constitui, no entanto, o principal tema no entendimento e no âmbito da relação do fator urbano com o ordenamento do território do concelho.
- A cidade de Vendas Novas, sendo sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, o que requer uma estruturação urbanística exigente face às dinâmicas económicas e sociais, implicando para tal uma requalificação do espaço público, reabilitação do património edificado, e o redesenho da cidade.

15.3. QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO

Apresentado o diagnóstico setorial, foi analisado o enquadramento estratégico e global, designadamente as principais orientações estratégicas e de intervenção que recaem sobre o Alentejo Central e sobre o município de Vendas Novas, em particular designadamente:

- Os Desafios Territoriais do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - PNPOT;
- Os Eixos Estratégicos de base territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo - PROTA;
- Os fatores críticos de sucesso do PEDU de Vendas Novas.

A leitura integrada dos elementos acima mencionados, desenvolvida no REOT e RDA permitiu verificar a coerência dos elementos estratégicos, revelando uma forte concordância entre os vários documentos, o que desde já faz antever o enquadramento dos elementos de estratégia para a Revisão do PDM de Vendas Novas apresentados no sub-capítulo seguinte.

15.4. ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA PARA O FUTURO MODELO TERRITORIAL

Os elementos de estratégia para o Modelo Territorial resultam das componentes dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico que sobressaem no âmbito do diagnóstico integrado e que apresentam uma potencial interferência na definição de uma estratégia de desenvolvimento e do respetivo modelo territorial para o município.

Os elementos de estratégia encontram-se identificados e descritos no Quadro seguinte, tendo sido estruturados em três grande áreas:

- Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade
- Acolhimento e promoção das atividades económicas e inovação
- Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade



Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade

- Apostar na reabilitação urbana e ambiental, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público, de criação de novos espaços verdes, de reabilitação do património edificado e de redesenho da cidade, numa abordagem que integre as preocupações atuais associadas, designadamente a qualificação ambiental e adaptação às alterações climáticas, tornando o centro mais atrativo para o investimento e para habitar.
- Afirmar uma estratégia objetiva para a implementação de uma mobilidade suave, em linha com o Plano de Mobilidade Sustentável, através, entre outros, da qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, e da criação de uma rede de percursos acessíveis, enquadrada na estrutura ecológica urbana.
- Considerar a eficiência energética nas opções de povoamento, de mobilidade e de classificação e qualificação do solo, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
- Apontar para uma gestão do território que considere as mais valias da Estrutura Ecológica Municipal, nomeadamente no que se refere à conservação da água (Ribeira de Canha, Ribeira da Marateca e Ribeira da Landeira) e do solo.

Acolhimento e promoção das atividades económicas e inovação

- Potenciar a localização estratégica de Vendas Novas, claramente evidenciada no PROT, tornando-a mais qualificada e atrativa para o investimento.
- Promover a revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial, adaptando os índices e parâmetros urbanísticos às necessidades atuais, bem como atraindo novas atividades.
- Ponderar a revisão do Regulamento do PDM, no sentido de uma maior flexibilização da localização de empresas no território municipal.
- Valorizar e potenciar o desenvolvimento do sector primário, atribuindo um papel fundamental às atividades da economia da floresta, e às novas formas de agricultura, as quais devem ser equacionadas e enquadradas na Revisão do PDM (exemplo: Apoios agrícolas e estufas de grande dimensão em zonas de transição urbano-rural, atualmente definidas no PDM como espaços urbanizáveis).
- Promover a captação de investimento relacionado com o conhecimento e inovação, dadas as excelentes condições territoriais (qualidade de vida urbana e ambiental e proximidade a Lisboa).

Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade

- Promover a afirmação de Vendas Novas: de lugar histórico e remoto de passagem a lugar de estadia e a cidade.
- Potenciar a inversão do sentido predominante de lugar de passagem, para o sentido de estadia e permanência. Neste quadro o desenho da cidade no seu todo abrangente, do núcleo central à cintura periférica, deve privilegiar as relações socioculturais, os valores locais, as novas políticas urbanas de valorização da sustentabilidade ambiental do território, mas também a afirmação do seu potencial de criação de valor, bem estar social e inteligência inerentes a uma ideia positiva de cidade integradora e criativa.
- Qualificar a cidade de Vendas Novas, tornando a cidade atrativa pela regeneração do espaço público, com clara aposta na requalificação ambiental, criando uma nova identidade para a cidade, avaliar os parâmetros urbanísticos por forma a permitir uma maior compactação da cidade.
- Afirmar uma cultura de planeamento, com vista a sinalizar estabilidade e futuro ao nível do investimento, dotando o município dos instrumentos de gestão territorial necessários, apostando, posteriormente, nos processos de monitorização, como forma de os manter atualizados, enquadrando:
 - Estruturação urbanística da Cidade de Vendas Novas que, como sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, requerendo uma estruturação urbanística exigente face às dinâmicas económicas e sociais, implicando para tal uma valorização do desenho e planeamento urbanístico como suporte único;
 - A aferição e avaliação dos índices e parâmetros definidos no PDM, que garanta, uma maior compactação da cidade e uma distribuição equilibradas dos usos e atividades.

